

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CAMPUS UFRJ-MACAÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS E
CONSERVAÇÃO

**A FORMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E O PROCESSO DE
JUDICIALIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS NATURAIS NA APA DO
SANA, MACAÉ-RIO DE JANEIRO**

JAMILE LAVIGNE HALLA

MACAÉ



UFRJ

**A FORMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E O PROCESSO DE
JUDICIALIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS NATURAIS NA APA DO
SANA, MACAÉ-RIO DE JANEIRO**

JAMILE LAVIGNE HALLA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação.

Orientador (a): Luiz Alberto Alves Couceiro

MACAÉ
Agosto de 2015

**A FORMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E O PROCESSO DE
JUDICIALIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS NATURAIS NA APA DO
SANA, MACAÉ-RIO DE JANEIRO**

JAMILE LAVIGNE HALLA

Orientador (a): Luiz Alberto Alves Couceiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr. Luiz Alberto Alves Couceiro

Prof.. Drº Gustavo Arantes Camargo (PPGCIAC/UFRJ)

Prof.. Drª Rejane Valvano Corrêa da Silva (DESOC/UFMA)

MACAÉ
Agosto de 2015

Halla, Jamile Lavigne

A Forma Unidade de Conservação e o Processo De Judicialização dos Usos dos Recursos Naturais no Sana, Macaé-Rio De Janeiro. Jamile Lavigne Halla. Macaé: UFRJ/NUPEM 2015.

xi, 82f.

Orientador: Drº Luiz Alberto Alves Couceiro

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais e Conservação. 2015

Referências bibliográficas: f. 80 - 82

1. Unidade de conservação. 2. Área de proteção ambiental. 3. Recursos naturais. 4. Judiscialização. 5. Etnografia I. Couceiro, Luiz Alberto Alves. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo de Pesquisas e Desenvolvimento Sócio Ambiental de Macaé, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação. III. Título

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, aos Orixás, e à toda energia infinita deste universo pela minha encarnação nesta era no planeta Terra.

Agradeço a toda minha família baiana e macaense, aos meus pais Elias Halla e Rosana Halla que sempre me apoiam nas minhas decisões e me trouxeram à este mundo. Aos meus irmãos Igor e Danilo, que mesmo distante emanam energias de amor e carinho. À minha avó Regina que despertou em mim o amor pela roça e ensinou a dar valor à família. Especialmente meu marido Ian Souto Maior, que sempre me incentivou à seguir meus sonhos e aguentou minhas crises existenciais no mundo acadêmico e pessoal, agradeço também pelo nosso filho que está a caminho e nos trará um dos maiores ensinamentos da vida.

Agradeço ao meu orientador Luiz Alberto Couceiro, por todo trabalho, apoio e compreensão comigo, sempre me incentivando com seu otimismo e palavras positivas. Pela excelente orientação, mesmo que distante geograficamente, e por aceitar orientar uma bióloga pelas trilhas da antropologia. Sem você esta dissertação seria impossível.

Agradeço ao Gustavo Arantes, Rejane Silva e Giuliana Leal pelas orientações na minha fase de qualificação e por serem exemplos de ótimos profissionais das Ciências Sociais.

À todos os meus professores da graduação e do mestrado do NUPEM UFRJ que com muito profissionalismo contribuíram para a minha formação de bióloga. Em especial aos professores com quem tive a oportunidade de trabalhar na graduação tanto no estágio como na monitoria: Ana Petry, Tatiana Konno e Rodrigo Lemes.

Aos meus colegas do NUPEM os quais espero nunca perder o contato, pelas trocas, festas, conselhos e incentivos. Obrigada Mariana Huguet, Matheus Maia, Fábio Patiu, Vitor Cândido, Letícia Brito, Raquel de Souza, Thiago Wentzel, Jeanete Simone e todos os colegas da graduação e do mestrado.

Aos meus amigos da vida que me ajudaram nas crises e são muito queridos em todas as fases futuras, Elizabeth Alice, Adriano Cordeiro Peixoto, Emmiline Aguiar, Matheus Filgueiras, Flavia de Noronha, Michely Valente, Amanda Futema, Ana Luiza. Obrigada Gabriela Maia, Heron Franco e Lana Rosa por me ouvir e incentivar neste processo. Agradeço também ao meu mestre de yoga Marcos Leite. Aos colegas de trabalho Maurício Saes, Marcelo Loureiro, Carlos Jeronymo, Vicente Klonowisk e Livia Souza. Em especial ao Guilherme Sardenberg e à Maria Inês Paes pelas oportunidades e ensinamentos.

Agradeço também aos amigos do Sana pelo abrigo, trocas e experiências, Marco Aurelio, Izabel Pinto, Levina Araújo, Cauan Araújo, Pedro Marinho, Simonide Asht, Seu Ilson.

À APA do Sana, à Prefeitura Municipal de Macaé, ao Conselho Gestor SANAPA e aos meus interlocutores por todos os dados e informações essenciais para a realização da pesquisa.

Ao PPGCiAC e o Conselho Deliberativo pelo incentivo e compreensão nos momentos de dificuldades pessoais. Ao NUPEM, à UFRJ por me acolherem na graduação e na pós-graduação. E a CAPES pela bolsa que possibilitou realizar esta pesquisa.

À todos aqueles que esqueci de contemplar neste texto e que me ajudaram na minha trajetória acadêmica e com a finalização textual do meu trabalho. Muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E FOTOS.....	iii
LISTA DE SIGLAS.....	iv
RESUMO.....	x
ABSTRAT.....	xi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Estratégias de investigação.....	6
2. CAPÍTULO 1: APRESENTANDO O TERRITÓRIO DO SANA E O CERNE DO PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO DAS DISPUTAS.....	8
2.1 Área de estudo.....	8
2.2 Inserção no Campo.....	12
2.3 Mata Atlântica e importância ecológica e social.....	16
2.4 Unidades de Conservação.....	20
2.5 Agentes sociais e criação da APA	26
2.6 Usos dos recursos naturais e problemas associados.....	29
3. CAPÍTULO 2: DISPUTA JUDICIALIZADA PELO USO DOS RECURSOS.....	33
3.1 Recursos retóricos para legitimação da atual política no município.....	33
3.2 Por dentro da estrutura política.....	40
3.3 Cenários político atual no Sana.....	44
3.4 Os “ambientalistas” no Sana: protetores de qual tipo de natureza?	55
4. CAPÍTULO 3 – CAMINHOS DA MEMÓRIA E A FORMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO SANA.....	58
4.1 Estratégias narrativas e sentidos acerca dos recursos da natureza.....	58
4.2 A Forma Unidade de Conservação.....	66
4.3 Depoimentos biográficos e narrativas de usos de recursos naturais legítimas.....	71
5. CONCLUSÃO.....	75
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Figura I: Mapa de localização da sub-bacia hidrográfica do rio Sana (NUNES, et al. 2004)

Figura II: Mapa da cobertura remanescente da Mata Atlântica no Rio de Janeiro.
Fonte: Atlas SOS Mata Atlântica

Figura III: Carta-imagem da Área de Preservação Ambiental do Sana, Macaé – RJ.
Jeronymo s/d

FOTO I: Fotografia com vista para o Vale do Peito do Pombo e a Pedra do Peito do Pombo. Autora: Jamile Halla

LISTA DE SIGLAS

ACAETS - Associação Comercial Agropastoril e Ecoturística do Sana
AMA-SANA - Associação de Moradores do Sana
AMPRET - Associação de Moradores Proprietários Rurais e Ecoturística da Cabeceira do Sana
APA – Área de Proteção Ambiental
APP – Área de Proteção Permanente
COMMADS – Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CONAMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
ESANE - Empresa Municipal de Saneamento
ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
ETA – Estação de Tratamento de Água
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
ITR – Imposto Territorial Rural
IUCN - International Union for Conservation of Nature
GDEPS - Grupo de Defesa Ecológica Pequena Semente
FESPORTUR - Fundação de Esporte e Turismo de Macaé
FMP – Faixa Marginal de Proteção
ONG – Organização Não Governamental
PDP – Peito do Pombo
PMM – Prefeitura Municipal de Macaé
PSA – Pagamento Por Serviços Ambientais
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEMA – Secretaria Municipal de Ambiente
SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC – Unidade de Conservação
ZCVS - Zona de Conservação da Vida Silvestre
ZPVS - Zona de Preservação da Vida Silvestre
ZUAp - Zona de Uso de Agropecuário

RESUMO

A FORMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E O PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS NATURAIS NA APA DO SANA, MACAÉ-RIO DE JANEIRO

Jamile Lavigne Halla

Orientador: Prof^o. Dr^o Luiz Alberto Alves Couceiro

Resumo dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação.

A reconfiguração da utilização e reivindicação dos recursos naturais após a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Sana se deu a partir da chegada de agentes sociais externos ao local ao longo das últimas quatro décadas. O local pertence à região serrana do município de Macaé/RJ, a qual fazia parte do circuito do café até os anos 1930, a partir daí passou por uma diminuição demográfica e abandono de algumas propriedades cujo o tempo encarregou-se de reflorestar e outras foram substituídas por pastagens. Hoje uma das principais fontes de renda no local está ligada ao turismo. Há contrastes entre os objetivos legais de criação da APA e a realidade dos usos dos recursos e do território. As formas burocratizadas de reivindicar os usos dos recursos revelaram-se importantes para evidenciar a sociogênese dos processos que levaram o local ao estado de conservação/degradação ambiental atual. O ponto de vista etnográfico permitiu observar quais os processos sociais contribuíram para a construção dos entendimentos dos atores nos usos dos recursos naturais no Sana. A partir do intenso envolvimento afetivo com o campo, frequentando reuniões do Conselho Gestor e trocando informação com variados atores sociais, identifiquei que a **forma Unidade de Conservação** é fruto de um método de se fazer política ambiental, que mexe com a organização das disputas dos usos dos recursos naturais. Revelando pessoas envolvidas, moralidades em propostas de usos desses recursos, suas justificativas, e seu grau de influência nos debates através de processos de judicialização.

Palavras-chave: unidade de conservação; área de proteção ambiental; recursos naturais; judicIALIZAÇÃO; etnografia.

MACAÉ
Agosto de 2015

ABSTRACT

THE CONSERVATION UNIT FORM AND JUDICIALIZATION PROCESS OF USES OF NATURAL RESOURCES IN THE EPA SANA, RIO DE JANEIRO - MACAÉ

Resumo dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais e Conservação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais e Conservação.

The reconfiguration of the use and demand of natural resources after the creation of Sana Environmental Protection Area (EPA) was given from the arrival of external social agents to the site over the past four decades. The site belongs to the mountainous region of the district of Macaé / RJ, which was part of the coffee production and distribution circuit until the 1930s, from there suffered a demographic decline and abandonment of some properties whose time was in charge of reforestation and others were replaced by pastures. Today one of the main sources of income on site is linked to tourism. There are contrasts between the legal objectives of creation of the EPA and the reality of the uses of resources and territory. The bureaucratic forms to claim the uses of resources proved to be important to highlight the sociogenesis of the processes that led the site to the current environmental conservation/degradation. The ethnographic point of view allowed to observing the social processes that contributed to the construction of understandings of the actors in the use of natural resources in Sana. From the intense affective involvement with the field, attending meetings of the Management Congregation and exchanging information with various social actors, I have identified that the **Conservation Unit form** is the result of a method of making environmental policy that stirs the organization of disputes the uses of natural resources. Revealing people involved, moralities in uses of proposals of these resources, their justifications, and their degree of influence in the debate over judicialization.

Key-words: conservation unit; environmental protection area; natural resources; judicialization; ethnography.

Macaé

Agosto de 2015

1 INTRODUÇÃO

Desde muito criança me encantam as áreas verdes naturais e rurais, talvez por que sempre brincava cercada por mata e restinga na casa da roça dos meus avós em Ilhéus, na Bahia. Convivi com fazendas de cacau, coco, dendê e gado, que considero serem estas as sementes do meu fascínio pelo ambiente natural em toda a sua diversidade de vida, formas, cores e relações. Talvez influenciada por este cenário de minhas primeiras socializações decidi me formar bióloga. Mesmo após quatro períodos cursando faculdade de artes visuais eu mantinha a curiosidade pelas várias formas de vida encontradas na natureza, fosse através do cultivo de plantas alimentícias, medicinais e ornamentais ou pelo interesse na diversidade animal e seus comportamentos. Eu também desejava aprender cientificamente como se dão os processos ecológicos e algum dia poder trabalhar pela conservação da natureza e biodiversidade.

A relação que tenho com o campo escolhido para este estudo também é uma questão de afeto, não seria honesto negar a legítima causa da minha motivação em pesquisar neste local. O Sana é o lugar que frequentava desde adolescente para acampar e tomar banho de rio e cachoeiras, passar dias nas propriedades rurais de amigos, e evocava os sentimentos de pertencimento ao ambiente rural e natural que vivi na infância. Quando adulta, já tocada por questões de crise ambiental, como o aumento da poluição, desmatamento, a perda de diversidade e pressão urbana sobre os ambientes naturais, tive a oportunidade de comprar um lote de terra numa área bem conservada em sociedade com alguns amigos. Todos nós estávamos motivados pelo sonho da casa no campo, como cantou Elis Regina, ou mesmo pelo interesse em ter um local de lazer com características silvestres, com poucas intervenções humanas, almejando, além do lazer, cultivar alimentos de forma sustentável por meio de cultivos agroflorestais de pequena escala. É fascinante observar o brotar de nascentes, o canto e voo de aves diversas, a infinidade de tons de verde e espécies vegetais no alto de uma montanha coberta por floresta nativa e saber que processos ecológicos, muito bem descritos em diversas pesquisas, em locais semelhantes, ocorrem o tempo inteiro num contínuo frenesi evolutivamente organizado.

O olhar romantizado de uma Área de Proteção Ambiental (APA) era presente em mim antes desta pesquisa, no que concerne pensar que por ser uma “área protegida por lei” seus recursos e desenvolvimento sustentável já estariam assegurados. Caminhando pelas trilhas para acessar propriedades longínquas me encantava a diversidade de espécies habitando os fragmentos de florestas. Ao passar por grandes áreas de pasto, um tanto erodidas e com o solo

degradado, me perguntava: se estava em uma área de proteção ambiental, porque aqueles pastos eram permitidos? Quem comeria aquela carne de gado criado em montanhas? Não seriam carnes musculosas e duras? Onde estavam os programas da APA e do governo destinados a recuperar o ecossistema natural do local? Qual incentivo os produtores recebem para conciliar suas atividades a APA? Também me perguntava acerca dos caçadores, que no meu entendimento são predadores da fauna e ameaçam populações de animais vulneráveis à extinção, apesar de entender ser esta uma questão cultural, também. Conheço pessoas no local que são de diversas origens, como fazendeiros nativos, imigrantes dos anos 1970 que abordarei com mais detalhes no primeiro capítulo, imigrantes dos anos 1990 à 2000, pessoas que moram em Macaé e tem casa de veraneio nesta serra e outras que só frequentam o local a passeio. Apenas fui perceber esta variedade de fontes de informação no final da minha graduação em que fiz disciplinas nas áreas de humanas, como filosofia e sociologia da educação.

A decisão de viver o meu momento acadêmico ali viria por influência desse afeto pelo lugar bem como pelo desejo em responder questões que pudessem lançar luz sobre os problemas observados nesta região. Inicialmente tive a ideia de fazer levantamentos florísticos e fitossociológicos em uma parcela de mata secundária, para construir informações sobre a flora local e contribuir assim para a produção de dados científicos no Sana, mas não prossegui. Sabia que o programa de pós-graduação ao qual eu submeteria meu projeto de pesquisa apresenta linha de pesquisa operando investigações e abordagens numa perspectiva socioambiental interdisciplinar, através da transversalidade entre diferentes disciplinas de diversas áreas.

Nesse contexto, considerando a existência de conflitos ambientais no Sana e intencionada em contribuir de alguma forma com avaliações acerca de suas conformações socioambientais, me desafiei a deixar de lado os métodos de pesquisa que eu conhecia - nos quais seres humanos geralmente não são considerados - e encarar uma nova disciplina, ampliando assim os meus pontos de vista, isto é, a antropologia e os seus métodos em trabalho de campo.

Para a antropóloga Mariza Peirano (2014, p. 379) os momentos de início e término de pesquisa são arbitrários, não existe o “momento certo”, dependem da potencialidade de estranhamento, da necessidade de analisar por que algumas situações, vividas ou observadas, nos surpreendem, e assim nos tornamos agentes na etnografia e não apenas investigadores. A empiria para nós deixa de ser apenas dados observados, mas fontes de questionamento e

renovação da antropologia. Segundo a autora “todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia”, sendo a mesma “resultado de uma permanente recombinação intelectual” (p.381). Passei a observar meu campo e construir meus dados de maneiras diferentes das que estava acostumada, e procurei avaliar as percepções múltiplas acerca dos recursos naturais no Sana. Assim, fui transformando-me em etnógrafa, em um processo em que passei a vivenciar novas formas de escrever e fazer ciência não através de informantes frios, instrumentais, mas através do diálogo com as pessoas envolvidas com o lugar, encaradas por mim como interlocutores.

Em diversos momentos me questioneei a respeito da minha arbitrariedade, pois inicialmente julgava alguns agentes sociais como infratores das leis ambientais e ecológicas, perdendo, naquele momento, a oportunidade de enxergar as nuances das relações sociais com os recursos naturais. Também me questionava quanto ao método de coletar os dados, pois nas ciências naturais a forma de observação empírica consiste na fiel descrição do objeto e no teste das hipóteses através de experimentos. Através de Favret-Saada (2005), antropóloga, compreendi que deixar-me ser afetivamente tocada pela relação com os interlocutores também seria um instrumento de conhecimento, uma forma de envolver-me naquilo que não apenas descrevo, mas compreendo e participo. E, ainda, entendi que as descobertas científicas não são achados de coisas que estão esperando o toque do pesquisador para virem à tona. Por isso, os dados são produzidos no âmbito da pesquisa, e, no meu caso, na relação com os interlocutores.

Peirano (p.386) descreve como uma “boa etnografia” aquelas que “ultrapassam o senso comum quanto aos usos da linguagem”. Então, é importante revelar o que foi vivido e sentido, transformando a experiência no campo em um texto onde é possível, de forma analítica, detectar a eficácia das ações. Atingir esta meta foi o meu objetivo, ou seja, observar quais os processos sociais contribuíram para a construção dos entendimentos dos atores nos usos dos recursos naturais da APA do Sana. Deste modo minha experiência no campo foi de intensa vivência afetiva, questionamentos e reformulações quanto às minhas concepções relativas às questões legais, sociais e ecológicas existentes no lugar. No decorrer da dissertação busco ser espontânea na escrita e na sistematização e análise dos dados, procurando revelar no texto as possíveis contribuições teóricas para o campo etnográfico.

Ainda segundo Peirano a etnografia não é só um método, e não tem a intenção de ser um retrato fiel de uma realidade, nem pretende alcançar um valor jornalístico, mas sim ser uma importante contribuição teórico-etnográfica a qual moderniza a antropologia, em

constante transformação. Ou seja, o etnólogo visa “contestar os sistemas de equilíbrio então fluentes na antropologia”, “eliminar ideias de sistemas fechados (tribo, aldeia, etc.)”, “indicar que sistemas políticos podem *oscilar* em uma só região” e “chamar atenção para o fato de que os limites/fronteiras da sociedade não são coincidentes com os da cultura” (2014, p.383). Neste sentido, realizar esta pesquisa reconfigurou em mim o olhar empírico, onde observo fontes de dados em locais que antes não imaginaria. Dialogando com textos de outros antropólogos foi possível verificar o jogo local da política ambiental em relação aos usos sociais dos recursos naturais. Em campo, observei e busquei entender o que estava sendo considerado pelas pessoas envolvidas nesse processo de disputas de propostas pelos usos desses recursos e o que elas apresentavam como sendo as melhores alternativas para estes usos, ou as que eram atacadas como as piores.

O Sana é um distrito pertencente ao município de Macaé do qual o território foi transformado numa Área de Proteção Ambiental, cujos objetivos legais são “proteger, conservar e melhorar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, disciplinar, orientar e ordenar o processo de ocupação, visando à melhoria da qualidade de vida da população local e visitante, e também objetivando a proteção dos ecossistemas representativos na Região” (Art. 2º Lei 2.172/2001, PMM). O distrito fica relativamente isolado da cidade matriz. A distância, saindo de Macaé e passando por dentro do município, é de aproximadamente 79 km e o acesso se faz atravessando outros quatro distritos. A partir do último, Frade, segue-se através de uma estrada de barro sem sinalização ou acostamento. Utilizando o transporte público municipal a viagem total dura cerca de três horas, sendo necessário a troca de veículo no distrito de Frade. Acessando o Sana por outra via não é possível utilizar o transporte público, deve-se seguir até o município vizinho e de lá tomar uma van até o portal da APA, onde se deve embarcar num ônibus público e pegar uma estrada de barro por cerca de 30 minutos. Este percurso total tem cerca de 70 km. A logística de acesso ao local foi o principal obstáculo para que essa pesquisa tomasse um rumo completamente diferente. Minhas perguntas iniciais eram referentes apenas aos impactos físicos no ecossistema local, sofridos pela ação humana de uso e ocupação do solo. Meu campo seria a floresta e meus informantes, ou interlocutores, seriam seres de espécie vegetal. Mas por razões já abordadas o rumo da minha pesquisa foi conduzido pelas perspectivas de trabalhos em antropologia.

Na minha pesquisa, os contrastes entre os objetivos legais de criação da APA e a realidade dos usos dos recursos e do território revelaram-se importantes para evidenciar a

sociogênese dos processos que levaram o local ao estado de conservação/degradação ambiental atual. As disputas burocratizadas foram minha principal fonte de dados através de interlocutores e da minha participação nas reuniões do conselho da APA. Questões que enfatizam a relação dos fatos do direito com outros fatos sociais foram iluminados pelos textos dos antropólogos Lygia Sigaud (2004, 2005), Bohannam (1957) e Gluckman (1973), contribuindo assim para a localização dos cenários de disputa pelo uso dos recursos. A partir da descrição a mais precisa possível desses processos, procurei evidenciar e avaliar as formas de entendimento, do ponto de vista socioambiental, dos limites da utilização/reinvindicação dos recursos e do território.

Para tanto organizei esta dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo procurei apresentar o campo de estudo e como foi a minha inserção no mesmo como pesquisadora, proprietária de terra e funcionária do município de Macaé. Adiante trato da importância ecológica e social do bioma no qual se insere meu campo, descrevendo o que são Unidades de Conservação e sua importância no contexto das políticas ambientais nacionais para a conservação dos ecossistemas, suas espécies animais e vegetais e desenvolvimento social. Avaliei, daí o título desse trabalho, que a Unidade de Conservação é fruto de uma **forma** de se fazer política ambiental, que mexe com a organização das disputas dos usos dos recursos naturais, revelando claramente as pessoas envolvidas, suas moralidades em propostas de usos desses recursos, suas justificativas, e seu grau de influência nos debates através de processos de judicialização. Em seguida busquei relatar como foi o processo de criação da APA no distrito do Sana, narrando alguns detalhes do mesmo e evidenciando meus objetivos. Com base nos textos de Sigaud, Bohannam, Gluckman e Palmeira (1989), busquei mostrar como pesquisas de campo ajudam a organizar a percepção acerca de como ocorre o jogo de lutas, conflitos performatizados nas linguagens das negociações e dos posicionamentos e nos trâmites burocráticos e judiciais.

No segundo capítulo descrevo os dados levantados com base nos recursos retóricos utilizados como forma de legitimação política, tanto pelo poder público como pelos demais agentes sociais envolvidos no processo, inspirada no trabalho da antropóloga Teixeira (2001). Exponho como o conselho gestor funciona e descrevo episódios observados durante algumas reuniões as quais frequentei, relacionando com a etnografia de Bohannam, expondo a judicialização das relações sociais e enfatizando a importância de o pesquisador avaliar os critérios culturais presentes no grupo investigado. Explorando minhas experiências no campo procurei tratar o cenário político atual no Sana, abordando quais as pautas relativas aos usos

dos recursos colocadas pelos agentes sociais e como o poder público vem dialogando as demandas com o conselho.

No terceiro capítulo faço uma retrospectiva dos fatos vistos na política ambiental do Sana durante o processo da pesquisa. Inspirada na pesquisa da antropóloga Silva (2014) correlaciono os perfis dos agentes sociais, estilos de vida e de moralidades sobre maneiras de concepção de usos de recursos naturais com as práticas “Nova Era”, observando as diferenças de perspectivas sobre usos sociais da natureza que estão sendo modificados em relativamente pouco espaço de tempo.

Fazendo um paralelo com a *modernização da agricultura* abordada por Palmeira (1989), onde a estrutura de propriedade rural foi sendo alterada causando desequilíbrios às estruturas sociais, destaco como se deu o processo de chegada do Estado no Sana resultando em maneiras contemporâneas de o poder público legislar as terras, através de mecanismos legais de parâmetros ambientais, os quais produzem incongruências tanto nas formas de conservar os recursos, como nas formas de prosperar em atividades rurais no local. Apresento o conceito **forma Unidade de Conservação** como uma maneira que impulsionou a organização dos agentes em associações e Organizações Não Governamentais (ONGs) para legitimar suas pretensões através do Conselho Gestor.

Concluo destacando as estratégias narrativas dos interlocutores e a noção de temporalidade presente, como por exemplo as formas de falar de suas vidas no contexto do Sana realçando sua relação com os recursos naturais. O processo recente de constituição do campo de referências de narrativas biográficas no Sana revela forte ligação com as disputas judicializadas dos usos e do acesso aos recursos naturais.

Afirmo que tive autorização dos interlocutores que foram fonte de dados e mantive em privacidade todos os seus nomes e títulos das associações através de codinomes.

1.1 Estratégias de Investigação

Sobre meu trabalho de campo como experiência pessoal fazendo pesquisa com interlocutores, é importante colocar mais algumas palavras, ainda com minha vinda de formação em ciências biológicas. O campo da biologia é algo tão extenso que talvez seja generalista demais invocar esse termo. Dentre todos os ramos que um biólogo pode atuar, desde a biologia molecular, bioquímica, fisiológica, às análises taxonômicas e evolutiva de espécies dos mais diversos grupos, o estudo da ecologia de longe me atraía mais que qualquer outro. Buscar compreender a interação das populações e comunidades de espécies vegetais e

animais entre elas e com o ambiente físico, fornece uma visão holística e integrativa dos elementos da natureza. Durante a graduação experimentei a ecologia vegetal, integrando outro campo que me atrai, que é a botânica, onde através do reconhecimento e descrição dos órgãos vegetais era possível classificar espécies e famílias conforme suas especificidades, além dos trabalhos de campo que proporcionavam o contato com a natureza.

Para produzir uma visão ainda mais holística do mundo natural, seria fundamental incluir a nossa espécie humana nas análises. Entretanto entendo que quanto mais elevamos nossa perspectiva ao macro, mais ofuscadas ficam os detalhes do micro, porém mesmo que ocultos esses detalhes fazem parte da teia no universo de interações. Nesse sentido a antropologia cumpre este papel holístico de integração e a etnografia projeta o “despertar de realidades/agências desconhecidas no senso comum, especialmente no senso comum acadêmico” (PEIRANO, 2014, p.382).

O encontro etnográfico é como um documento, uma vez que se trata de uma produção acadêmica que tem como etapa inicial a relação entre pesquisador e nativo, seguindo de seus efeitos e da escrita do diário de campo. Através de observações etnográficas em documentos fotográficos, Olívia Cunha (2005) considera que o valor do documento reside em que se mantenha intacto, na sua suposta capacidade de nos deslocar para o passado, e coloca ainda que é possível "ver" outras coisas: o tempo que permanece por um lado (congelado em fotografia) e que pode ser transformado, dependendo das questões levantadas pelos pesquisadores. Esse formato de pesquisa antropológica não tem pretensão de valor jornalístico no sentido de expor fatos, mas busca desenvolver deduções fundamentadas a respeito dos princípios que regem a interação humana em diferentes épocas e locais.

Através de meu trabalho de campo venho constatando (por meio de relatos, documentos oficiais de acesso público, como atas, leis e demais regulações de usos de terras e recursos naturais e observações das modificações que ocorrem no tempo presente em relação ao próprio campo) os critérios de conformação das percepções dos agentes envolvidos acerca na instalação da UC em questão. A exploração e as formas de uso de seus recursos são fontes de informação e considero-os elementos centrais para projetar consequências e se pensar em soluções para o desenvolvimento sustentável da UC.

2. CAPÍTULO I - APRESENTANDO O TERRITÓRIO DO SANA E O CERNE DO PROCESSO DE JUDICIALIZAÇÃO DAS DISPUTAS

2.1 Área de Estudo

O Sana, 6º distrito do município de Macaé no estado do Rio de Janeiro (FIGURA I), é uma Área de Proteção Ambiental criada em 2001 pela Lei Municipal 2.172, enquadrada na categoria Unidade de Conservação de Uso Sustentável segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei 9.985 de 2000). Situa-se numa região montanhosa da Mata Atlântica, rica em florestas, picos rochosos e vales que formam a sub-bacia do Rio Sana, importante tributário do Rio Macaé. Esse rio é importante fonte de água para a cidade de Macaé e seus municípios vizinhos de Rio das Ostras e Casimiro de Abreu, também abastecendo as plataformas que exploram poços de petróleo na Bacia de Campos.

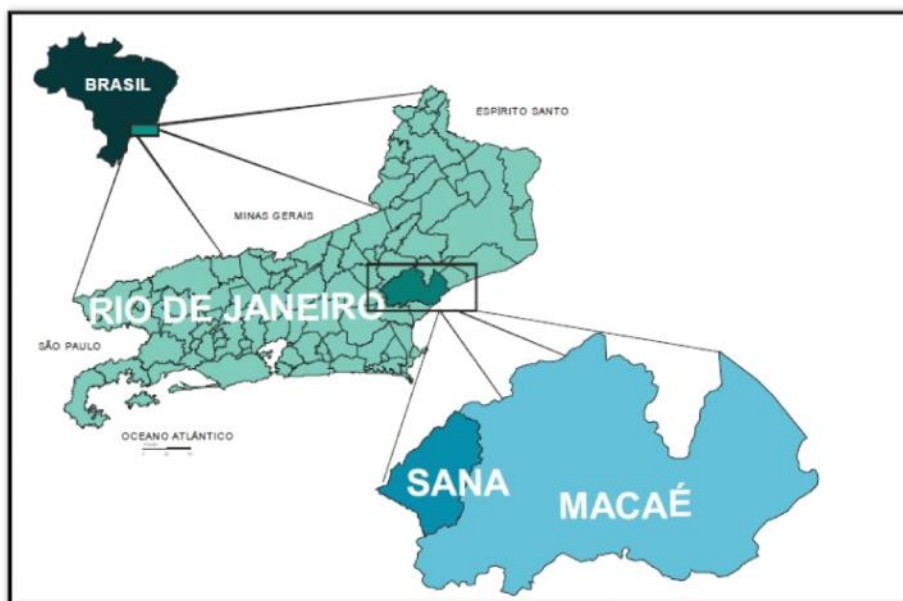


FIGURA I - Mapa de localização da sub-bacia hidrográfica do rio Sana (NUNES, *et al.*2004).

Essa região fazia parte, desde o Império do Brasil (1822-1889) até os anos 1930, de um circuito de produção de café para o mercado interno, realizado por agricultores familiares meeiros nas grandes propriedades (GASPAR, 2008 p.8). Neste período houve a diminuição da população, dos serviços e de relações comerciais, possivelmente graças ao êxodo econômico que se abateu em todas as áreas produtoras de café com a Grande Depressão de 1929 (MARINHO, 2011). Até a década de 1970, a agricultura familiar para consumo próprio e voltada para mercados próximos restritos conviveu com a crescente cultura da banana e da criação de gado. Mas nada disso permitiu aquisição de significativas somas de capital

comercial, nem a viabilização de empreendimentos industriais em seu entorno, mantendo a situação social local em termos de renda e relações monetarizadas, restrita aos mercados consumidores local e próximos. É possível que a emigração para lugares economicamente mais atrativos tenha sido gerada por esse quadro. Com a diminuição demográfica no Sana, algumas áreas que antes eram monoculturas do café tiveram a regeneração natural da cobertura vegetal, resultando em fragmentos de floresta exuberante separados por pastagens e plantações de banana ou outros produtos agrícolas.

Entre as décadas de 1970 e 80 chegam imigrantes de grandes cidades, como o Rio de Janeiro, e veem no Sana um local belo, segundo seus critérios estéticos acerca da natureza, e rico em recursos naturais. Estabelecem-se no lugar através de pequenos núcleos, sem luz elétrica e sem frequentes relações com pessoas de fora do mesmo. Alguns compraram pedaços de terra à procura de um “estilo de vida” mais “natural” e “saudável”, análogo ao que o antropólogo Gilberto Velho (1981) chamou de projeto individual, onde a experiência do agente empírico sacralizada como individual é foco e referência básica. De algum modo, essa perspectiva não pôde ser deixada por esses moradores nas suas metrópoles, zonas nas quais construíram suas formas de subjetivação. Esse movimento em busca do contato com a natureza encontra referência no fenômeno Nova Era, onde as interpretações holísticas da construção pessoal e das interações sociais levam em consideração a influência do que pessoas entendem por “natureza” e suas “forças” em seu cotidiano (SILVA, 2010). O perfil dos imigrantes configurava modos de existir diferentes dos modos dos moradores locais, os nativos, digamos: muitos imigrantes tinham ingressado na universidade; vinham de grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro; tinham uma visão de organização coletiva externa ao local e um conhecimento de técnicas agrícolas inovadoras, além de uma visão sobre a natureza já voltada para perspectivas de preservação ambiental (MARINHO, 2011), segundo Velho (1977), notabilizados pela proximidade de pessoas com projetos de vida e maneiras de viver diversas e contraditórias, com múltiplos estímulos sensoriais. Alguns construíram suas casas em locais onde o acesso só se faz a pé ou por montaria. Podia-se viver a forma de vida que os mesmos classificavam por “sustentável” e de baixo impacto, fabricando banana-passa como fonte de renda e buscando praticar agricultura para consumo próprio. Alguns mantiveram suas terras intactas, as quais foram reflorestadas naturalmente, isto é, sem radicais intervenções humanas. Segundo o geógrafo Pedro Marinho (p.63) “esse fluxo migratório de baixa relevância do ponto de vista populacional, cerca de vinte pessoas a princípio, foi de extrema importância para as alterações das dinâmicas econômicas e sociais da região”. Como

veremos adiante, a chegada dessas pessoas, classificadas como neo-rurais por Gaspar (2008), foi crucial para que neste distrito fossem implementadas políticas ambientais de ótica conservacionista.

Em 1977, ao publicar trabalho intitulado *Designe Rural*, os designers Araújo e Oliveira propõem um projeto para esta região que visa apresentar atividades complementares, alternativas às já estabelecidas, considerando a noção de desenvolvimento vinculada a um processo de assimilação e análise do contexto socioeconômico local, além de buscar utilizar recursos humanos e materiais já existentes no lugar. A produção de banana-passa era uma forma de transformar esse produto agrícola abundante na área em mercadoria oferecida comercialmente em escala maior para fora do meio de produção. Até então, ele era vendido à um preço muito baixo, beneficiando unidades familiares consideradas como pequenos e médios produtores. Essa foi uma tentativa de estabelecer uma mudança no modo de produção dos agricultores locais, visando outro modo de usar os recursos naturais, para além daqueles concebidos pelas visões de mundo relacionadas à Nova Era, cristalizadas em alguns moradores locais chegados, principalmente, nos anos 1970.

A década de 1990 foi marcada pelo surgimento e expansão do turismo no Sana. Marinho coloca que o marco que projeta o Sana como atração turística, foi a matéria de capa no segundo caderno do jornal O Globo de 1993 com o seguinte dizer: “Sana, a Mauá dos hippies dos anos 90” (VIANA, 1993, p.1, Apud MARINHO, 2011, p.65). A partir daí cresce a procura pelas cachoeiras e trilhas do Sana e com isso há o aumento do número de campings e pousadas no pequeno arraial. Alguns proprietários de terras construíram casas de veraneio, à beira do rio, as quais alugam por temporada. Lanchonetes e bares passam a receber atrações musicais e artísticas, movimentando a vida noturna do Sana. A conjugação de interesses de conservação dos recursos ambientais entre os diversos atores do Sana reuniu esforços para que o distrito fosse transformado numa Área de Proteção Ambiental (doravante APA) no apogeu do surgimento de novas políticas nacionais de meio ambiente.

Até o momento, e ao longo dessa dissertação, operarei com a ideia de que o conhecimento de todos os fatos considerados como parte do passado deve ser estabelecido através de vestígios. Esses vestígios podem ser coletados de inúmeras maneiras, em fotografias, nos arquivos de fontes manuscritas, por exemplo, que não é o caso do meu campo. Venho coletando relatos e considerando as percepções de agentes sociais envolvidos nas disputas pelos usos dos recursos naturais, e em que medida eles selecionam tais e quais eventos para marcar o passado e o presente em suas narrativas. Nesse sentido, venho me

questionando em que medida essas narrativas operam a participação desses agentes na alteração da paisagem e nos usos dos recursos da Unidade de Conservação. O historiador Bloch (2001) expõe limitações dessa perspectiva analítica ao dizer que, por meio desses relatos, nos é permitido passar do objeto constatado ao fato. Observa que há um tecido de acontecimentos que compõe o destino, conhecido posteriormente, de um grupo humano e o presente narrativo do pesquisador, que observa o presente percebendo “apenas um cantinho estreitamente limitado por seus sentidos e sua faculdade de atenção” (p.70). Minha pesquisa procura tratar de situações do presente, mas também averiguando fatos passados registrados por meio de outras pesquisas ou na memória de interlocutores, que não deixam de ter as mesmas limitações do método ao qual Bloch faz referência.

Dos tempos de grande produção, que durou até a década de 1930, até o atual *boom* turístico, o Sana vivenciou uma fase de relativo isolamento. A estrada que liga o distrito à sede do município foi feita em 1956, e ainda hoje parte dela não tem calçamento. Em meados dos anos 80 chegou luz elétrica no arraial e em parte das residências da zona rural. O sistema de transporte e outros serviços públicos são precários no local.

Sem grandes investimentos públicos em alternativas de trabalho e renda para a população local desde a criação da APA, o turismo vem representando uma opção financeira para quem reside na região e não é produtor rural. Grande parte dos investimentos privados no local tem relações diretas com o turismo, como a construção de novas pousadas e restaurantes ou bares. Portanto, o cenário de relações sociais monetarizadas na região implica na reformulação dos usos dos assim chamados recursos naturais pelos agentes sociais que neles observam fonte de renda além daquela de cultivo e venda de banana e criação de gado.

A partir do cenário descrito, procurei tratar das formas e mecanismos de entendimento de moradores do Sana, e de agentes públicos ligados à fiscalização ambiental, acerca do processo de fragmentação florestal e usos dos recursos naturais. Não tratarei da APA em toda a sua extensão geográfica, posto que seu território é vasto e com áreas de difícil acesso. Meu foco foi nas áreas que aparecem com mais destaque no jogo de disputas burocratizadas, áreas estratégicas por serem pontos-chave para a compreensão da disputa pelo controle legal e costumeiro, externo e local, dos recursos naturais, e aonde venho conseguindo perceber quais as demandas dos diversos agentes envolvidos e como eles constroem o encaminhamento jurídico-burocrático das mesmas demandas. Ações de antigos moradores vêm sendo entendidas por agentes do poder público como sendo infratoras de leis ambientais,

relacionadas ao desmatamento de Áreas de Preservação Permanente (doravante APP), às construções irregulares, ao uso de agrotóxicos, dentre outras que serão abordadas adiante.

2.2 Minha inserção no campo

Minha presença no local não se deu a partir do momento em que iniciei a pesquisa para a dissertação de mestrado. Já tinha histórias, vivências, na região. É importante considerar a minha tripla inserção no campo de estudo como proprietária de terra no local desde 2011, pesquisadora e funcionária da Secretaria Municipal Ambiente (SEMA) de Macaé desde janeiro de 2013, onde atuei no setor de Gestão em Unidades de Conservação (doravante UC), que envolve todas UC municipais, inclusive a APA do Sana, onde eu também era suplente no Conselho, representando a SEMA. O sociólogo Becker (1970) argumenta que não é possível fazer pesquisa científica em Ciências Sociais, ou disciplinas que utilizem seus métodos consagrados, sem que a mesma seja “contaminada” por simpatias pessoais e políticas. O autor também diz ser utópico ignorar a humanidade do investigador, ou seja, o fato de ele ter suas preferências morais e seus gostos. Na pesquisa tive a constante preocupação com a arbitrariedade, o que o autor chama de *bias*, já que a formação como bióloga e minhas preferências pessoais me colocam numa posição inclinada aos usos mais ligados à olhares científicos, acadêmicos, dos recursos naturais, da conservação da biodiversidade e do cumprimento das leis ambientais por meio de ações de fiscalização, do que através de costumes e conhecimentos mais relacionados às experiências sensíveis, pessoais e coletivas. Por isso, respeitando meus limites e minha trajetória, avalio ser esse trabalho importante para produzir dados que posteriormente possam ser estratégicos para políticas de conservação ambiental no local, levando em consideração aspectos sociais centrais para avaliar os diversos interesses de difícil conciliação. Os recursos metodológicos para lidar com isso seriam, portanto, deixar claro para o leitor que o referente estudo aponta uma visão a partir de certa posição no campo, tomando cuidados técnicos para se evitar equívocos na utilização de métodos e teorias, e da exposição dos dados mais objetivos.

Jeanne Favret-Saada (2005) coloca em questão o tratamento paradoxal do “afeto” na antropologia, sugerindo que a maior parte dos autores simplesmente ignoram ou negam seu lugar na experiência humana de construção de conhecimento acadêmico. A antropologia permaneceu restrita ao estudo dos aspectos intelectuais dessa experiência e nas produções culturais do “entendimento” do outro e do próprio pesquisador. Em sua pesquisa no campo do desenfeitiçamento com terapias alternativas, ela levanta a hipótese de que quando há uma

eficácia terapêutica esta é resultado de um trabalho sobre o “afeto não representado”. Seu método para averiguar esta observação consistiu em “deixar-se afetar” emocionalmente pela feitiçaria, na medida em que participava dos rituais, distanciando-se a priori do olhar etnográfico, pois esse olhar consiste em gerar uma “grande divisão” entre o pesquisador e as pessoas estudadas, desqualificando, em certos momentos, a palavra nativa (expressões) em detrimento à palavra empregada pelo etnógrafo. A autora busca seguir um caminho diferente, ao participar de fato do seu objeto de estudo a partir da perspectiva de ser afetada fazendo da sua participação um instrumento de conhecimento.

Quando decidi que o meu campo de estudo seria o Sana, inicialmente com um olhar voltado apenas para as questões ambientais ligadas aos impactos gerados pelos desmatamentos e pela falta de gestão adequada dos recursos, não imaginei o quanto minha perspectiva estava considerando apenas elementos para os quais fui condicionada a observar na minha graduação como bióloga.

O método de coleta de dados de Favret-Saada foi baseado na sua própria exposição ao sistema de feitiçaria e posteriormente registrar em seu diário de campo com precisão o que havia experimentado, procurando evitar julgamentos morais e conclusões apressadas. A autora discute que “aceitar participar” e ser afetado não significa uma operação do conhecimento por empatia, pois a empatia por definição consiste em participar indiretamente de sensações, percepções e pensamentos do outro, e nesse caso a própria pesquisadora ocupa o papel do “outro”, do afetado, experimentando ela mesma o seu “objeto” de estudo. Essa condição viabiliza uma comunicação específica com os nativos, involuntária e desprovida de intencionalidade, podendo ser verbal ou não. Por essa comunicação não verbal a autora explica como: a percepção da intensidade em que o outro estaria sendo afetado, de um modo muito particular de sentimentos e sensações (p.59). O diálogo através do afeto a direcionou para entender uma variedade particular da experiência humana.

Observando meu campo com o olhar desenvolvido na esfera profissional do órgão ambiental no qual trabalho, e já interessada em revelar a perspectiva social do uso dos recursos a partir do conhecimento daqueles que os utilizam, não pude, e nem quis, deixar de ser afetada pelas contradições legais, científicas e sociais vividas durante este processo. Condições legais posto que se referem aos usos burocratizados dos recursos naturais, científicas por tratarem também dos conceitos e padrões que aprendi e me dediquei com o estudo da ecologia e que dizem respeito a estes mesmos recursos, mas, em outra perspectiva, e sociais tratando-se de pessoas com diversos níveis de proximidade à mim que utilizam

destes recursos de várias formas e para múltiplos fins, mas que também tem as suas vidas afetadas quando interferidas neste âmbito.

Favret-Saada argumenta que é possível fazer etnografia ao ser afetado se o projeto de conhecimento não se perder em meio à experimentação. Para isso a autora estabelece alguns pontos distintos: o reconhecimento de que a comunicação etnográfica convencional, verbal, voluntária, visando à aprendizagem de um sistema de representações nativas, constitui uma comunicação pobre, imprópria para fornecer informações sobre aspectos não verbais e involuntários da experiência humana, trazendo informações sem referência à intensidade afetiva que as acompanha na realidade; permitindo que o pesquisador faça jus àquilo que nele é afetado, modelado pela experiência de campo, querendo compreendê-la e tornando-a objeto de ciência. Vale dizer que para ela, no momento de afetação não é possível narrar a experiência, e no momento da narração não é possível compreendê-la, o tempo da análise virá posteriormente. Além disso, a densidade do material recolhido é muito particular e sua análise conduz à proposta de quebra de paradigmas científicos estabelecidos e inquestionáveis, em larga medida. Favret-Saada conclui avaliando que sem a experiência do “deixar ser afetada” teria sido levada a privilegiar a análise do simbolismo em suposto estado puro, fora das relações sociais e afetivas por ela vividas junto às pessoas com as, e não às, que pesquisou, escapando, assim, de um suposto erro metodológico cometido por muitos etnógrafos.

De forma similar eu me sentia constantemente afetada, e me deixei afetar, por questões onde ações de pessoas afetivamente próximas, e com as quais me relacionava, conflitavam com a legislação ambiental e como pesquisadora somente poderia tentar compreender as falas dos agentes, e quais as condições de possibilidade os levaram a cometer tais ações. Contudo, inspirada em Favret-Saada, deixei-me contagiar pelos laços que fui estabelecendo com os interlocutores, na medida em que a pesquisa avançava. Fui avaliando que ela não tratava somente de uma objetivação de dados coletados acerca de suas falas, como se fossem nuas, cruas, fora de contexto de interlocução, acerca dos usos dos recursos naturais. Eles construíam isso, e eu com eles, no âmbito das relações que fomos conformando, envolvendo confiança, e também afetos de ambas as partes. Mobilizei os meus como método de pesquisa, e não como algo que poderia atrapalhar a objetividade em busca de uma suposta verdade acadêmica, não menos supostamente superior ao olhar que se queria desinformado dos moradores ignorantes sobre sua própria vida. Os meus sentimentos foram claramente sendo modificados na medida em que eu percebia que havia muito mais coisas nas visões, nas formas de viver, na vida concebida no Sana. E fui pensando que mudava minha postura como pesquisadora por

não mais ter vontade de fazer uso dos meros julgamentos de usos corretos e incorretos de recursos naturais, o que por si só já configurava, de minha parte, seguindo rigorosamente minha formação como bióloga, uma espécie de vigilância moral nas ações de “meus informantes”, os quais passei a tratar como interlocutores. Não mais julgava como certo ou errado no manejo da natureza, mas procurava avaliar os critérios de certeza e erro que verifiquei existirem no Sana, e, em alguma medida, a sociogênese de sua construção.

Em certas situações eu era vista pelos agentes sociais como funcionária da prefeitura, principalmente se estivesse no local representando a mesma, como nas reuniões do conselho gestor. Em outras situações conversava com moradores e proprietários no papel de pesquisadora, tentando ser solidária às questões de conflito, ou seja, sem me utilizar da imagem de agente do poder público, deixando-me afetar pelas condições de cada situação ocorrida em cada momento. E também tiveram momentos informais, nos quais ocorreram conversas descontraídas, e perguntas e respostas dos agentes sociais foram guardadas por mim e transcritas em meu diário de campo, sendo digeridas procurando escapar de julgamentos morais ou moralizantes acerca do que diziam sobre suas vidas no lugar, suas relações com a terra, os rios, as cachoeiras e, claro, com outras pessoas.

Fragmentação da floresta, perda de biodiversidade e a disfunção dos processos ecológicos são questões que me atraíram para escolher a APA do Sana como meu campo de estudo, ao mesmo tempo em que desejei alcançar a proposta interdisciplinar do programa de mestrado escolhido. Para tanto era necessário desenvolver o assim chamado “olhar social”, ou seja, inspirada em Latour, Schwartz & Charvolin (1998) levar em consideração os usos que as pessoas fazem dos recursos naturais, inclusive os cientistas, seus discursos morais e éticas que os sustentam, ideologias presentes nos mesmos, campos de disputa de monopólio sobre parques, lugares de experimentos e espécies, processos históricos de lutas judicializadas, estratégias de alianças para atingir os fins desejados para fazer valer a sua ideia de melhor maneira de tratar de assuntos da natureza e conhecer teorias e metodologias que me capacitassem para este desafio. Estas questões primeiras são complexas e laboriosas para serem respondidas com os métodos da biologia da conservação e ecologia de fauna/flora no tempo da pesquisa, pois a extensão geográfica, característica montanhosa e acidentada da APA dificulta a logística de acesso ao campo. Entretanto, estudos futuros e pesquisas de longa duração no local serão fundamentais para avaliar as condições de conservação da APA, nos próximos anos. O método que utilizei para me aproximar de alguma forma dessas questões, levando em conta o contexto social, foi a etnografia, com pelo menos 20 idas periódicas ao

campo a entre de março de 2013 até março de 2015, com períodos de dois até dez dias seguidos de pesquisa. Etnografia é entendida por mim através das indicações de Peirano (2014), tomando-a tanto como método, mas não somente, quanto como um conjunto de teorias voltadas para dar sentido às possíveis apreensões dos significados que as pessoas conferem à sua existência, e em que cenários elas dimensionam isso, sob quais critérios. Busquei observar os usos dos recursos naturais na perspectiva dos agentes sociais com os quais me envolvi, principalmente os que participam ativamente dos processos de alteração da paisagem e os que participam politicamente pela burocratização desses processos.

Falar de conservação da biodiversidade das espécies nativas numa região que ao longo da sua história passou por diversas modificações em seu território parece ser paradoxal. A espécie humana vem modificando o ambiente por onde habita desde os tempos mais remotos de caça, coleta e nomadismo. Ou seja, desde sempre. Desde que chegaram ao Brasil os portugueses e demais coletivos de europeus colonizadores atuaram como agentes transformadores na distribuição da flora brasileira e exótica. A domesticação de espécies silvestres nativas e aclimação das exóticas como estratégias economicamente relevantes no processo de colonização aceleraram a cosmopolitização da fauna e flora brasileiras (DEAN, 1991 p.2).

Esse precedente modificou de tal forma a distribuição das espécies que muitas áreas que passaram por regeneração natural, especialmente na APA do Sana, apresentam espécies exóticas que passaram se reproduzir naturalmente. Algumas espécies, consideradas daninhas ou invasoras podem inclusive dificultar o processo de regeneração natural e dispersão de espécies nativas, pois se corre o risco de competir por recursos. Outras podem gerar problemas econômicos para produtores, no caso das invasoras de lavoura e por conta disto muitos deles optam por envenenar seus cultivos com herbicidas, agrotóxicos que comprovadamente fazem mal à saúde do produtor, consumidor e ao ambiente.

2.3 Mata Atlântica e importância ecológica e social

O processo de colonização do território brasileiro teve base no uso dos recursos do espaço físico do bioma Mata Atlântica. A exploração de madeiras nobres como o Pau-Brasil marcou o início da exploração da biodiversidade e dos ecossistemas deste bioma¹. Com a

¹ Bioma e ecossistemas são conceitos diferentes. Em ecologia ecossistema é qualquer unidade funcional básica que envolva organismos vivos, numa dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que haja um fluxo de energia e ciclagem de materiais entre partes vivas (meio biótico) e não vivas (meio abiótico). (ODUM, 1983) Desta forma até uma poça de água pode ser considerada como um ecossistema, onde há microrganismos interagindo com ambiente, reciclando nutrientes e gastando energia em seus processos biológicos. Biomass

derrubada e queimada de florestas para plantações de monocultura e pastagens, o que originalmente se configurava em matas densas e contínuas, atualmente encontra-se fragmentada e descontínua. Isto gera a perda de habitats para espécies animais e vegetais, comprometendo as funções ecológicas e evolutivas da Mata Atlântica. As causas e a dinâmica da perda de biodiversidade são complexas e foram historicamente impulsionadas por um sistema desigual de posse da terra e por relações comerciais locais, nacionais e internacionais.²

Este bioma é o mais extenso do país percorrendo 17 estados, estando associado aos ecossistemas costeiros de mangues, às restingas, às florestas mistas e aos campos de altitude e rupestres, localizados em altitudes acima de 900m, dentre outros. Em função da latitude, longitude, relevo e clima, ele apresenta variações nas formações vegetais sem perder, no entanto, certa homogeneidade florística. Com uma área de aproximadamente 1.300.000 km², o bioma tem uma importância vital para os aproximadamente 120 milhões de brasileiros que vivem em seus domínios, aonde, inclusive, são gerados cerca de 70% do PIB brasileiro (MMA, acesso em 2014).

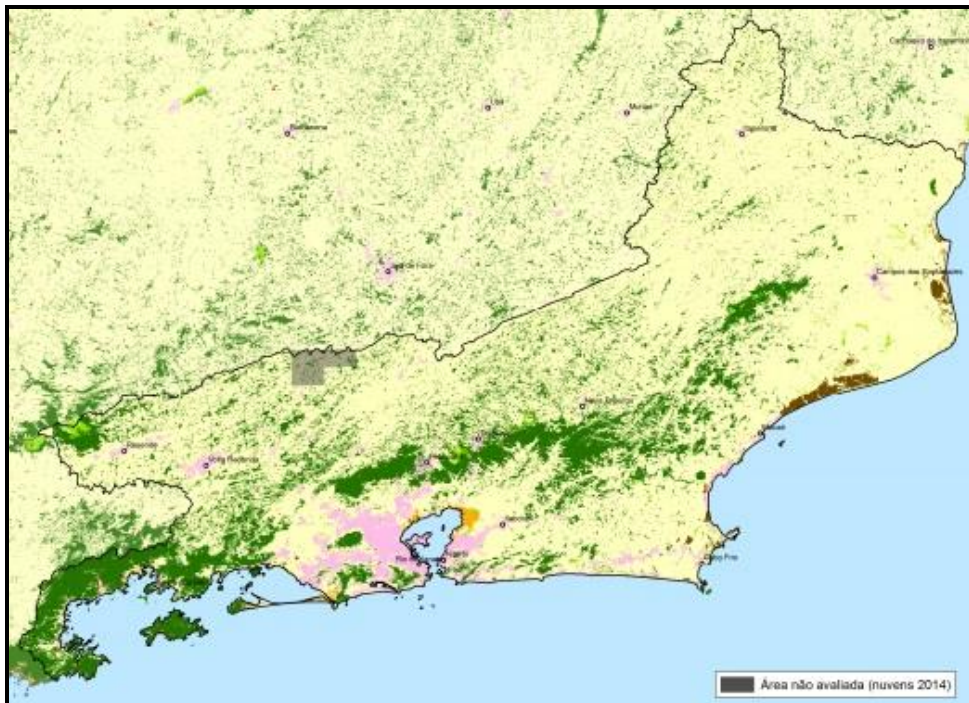


FIGURA II: Mapa da cobertura remanescente da Mata Atlântica no Rio de Janeiro. Fonte: Atlas SOS Mata Atlântica 2014.

refere-se aos limites geográficos de sistema físico terrestre, mais ou menos similares estabelecidos pelo IBGE e definidos por legislação. Então o bioma Mata Atlântica é um conjunto de formações florestais nativas e ecossistemas associados.

² Há imensa literatura em historiografia e ciências sociais acerca desse processo nas Américas e no Caribe. Para a América Portuguesa, nos apoiamos em Warren Dean (1991; 1996).

Atualmente, o bioma Mata Atlântica está entre as áreas de maior prioridade para conservação da biodiversidade devido à sua alta heterogeneidade biológica. Em estudo sobre “hotspot” de biodiversidade, a Mata Atlântica aparece entre os primeiros da lista de número de espécies endêmicas³, tanto em número total dessas espécies quanto no dessas espécies por área (MYERS *et al.*, 2000).

Existe uma complexidade natural na configuração florestal, essencial para a manutenção da biodiversidade e de seus processos ecológicos. Ao longo dos séculos XIX e XX, através de pesquisas e desenvolvimento de modelos estatísticos é possível compreender cada vez melhor essa complexidade, descrevendo os padrões que originam a diversidade biológica desde os níveis genético-moleculares mais básicos até as associações em escalas amplas que permitem reconhecer ecossistemas. Conhecer esses processos tem importância fundamental para gerar políticas que visem conservar a sustentabilidade dos ecossistemas e assegurar os recursos que abastecem os seres vivos.

Ainda que reduzida e fragmentada, os remanescentes de Mata Atlântica possuem uma importância socioambiental bastante significativa: regulam o fluxo dos mananciais, asseguram a fertilidade do solo, controlam o clima regional e o microclima local e protegem as escarpas e encostas das serras da erosão e dos desmoronamentos, além das contribuições com serviços de polinização e controle de pragas que beneficiam culturas agrícolas.

A primeira menção específica à Mata Atlântica na legislação brasileira surge na Constituição Federal de 1988, referindo-se ao bioma como patrimônio nacional, determinando que ele deve ser usado na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais. Em 1993, foi expedido o Decreto nº 750, que visou proteger não somente as formações florestais primárias⁴, mas também àquelas em processo de regeneração natural (CÂMARA, 2005).

Nesse contexto, por conta de suas singularidades, importância ecológica e social, a Mata Atlântica tem sido alvo de várias políticas conservacionistas, recebendo apoio internacional para que sejam formuladas políticas ambientais, fortalecendo instituições e estabelecendo estruturas e mecanismos para melhorar o seu monitoramento e avaliação. Os projetos que contam com apoio internacional, na sua maioria, envolvem preocupações globais como mudanças climáticas e conservação da biodiversidade (VIEIRA, 2007 p 7).

³ Espécies endêmicas são espécies que têm de origem evolutiva em região restrita. Estas não são encontradas em outra localidade. São importantes para a sustentabilidade de suas populações e elevam o grau de biodiversidade da área em questão.

⁴ São florestas de vegetação nativa em seu estado de conservação original.

A APA do Sana está inserida neste bioma. Localizada na região serrana do município de Macaé, ela possui um terreno acidentado com afloramentos rochosos e escarpas íngremes, grandes áreas cobertas por florestas de onde afloram diversas nascentes, formando córregos e rios. Há considerável registro de espécies raras e ameaçadas, ornitólogos e observadores de aves atravessam fragmentos de floresta fotografando diversas espécies de aves. Esta diversidade também atrai caçadores e traficantes de aves, segundo fiscais da Secretaria de Ambiente. Entretanto, esta região carece de pesquisas que levantem o grau de ameaça às espécies no local. Segundo o biólogo Jeronymo (2012, p.19), a Câmara Técnica responsável pela confecção do projeto de lei do Plano Diretor da Serra de Macaé demanda a realização do diagnóstico ambiental da paisagem do Sana através da análise técnica das áreas prioritárias para conservação e recuperação, com foco no incremento da biodiversidade e na resolução de conflitos de uso das terras. Esta lei pretende atender às demandas e expectativas dos moradores de toda a serra de Macaé, inclusive em relação à ocupação irregular e às demandas de estudos e projetos da APA do Sana.

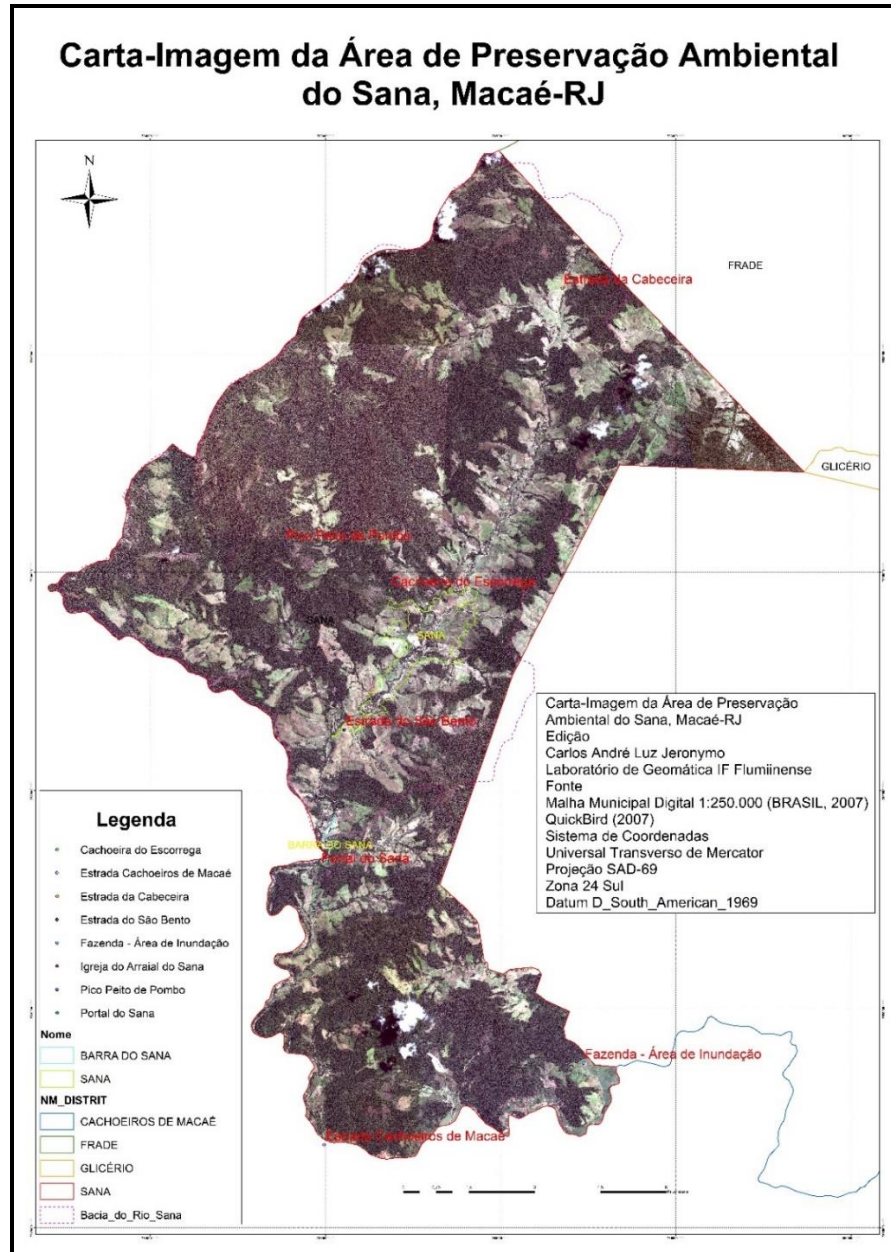


FIGURA III: Jeronymo, carta-imagem da Área de Preservação Ambiental do Sana, Macaé – RJ. Fonte disponível no arquivo da SEMA.

2.4 Unidades de Conservação

De acordo com a União Mundial para Conservação da Natureza (doravante IUCN), existem seis categorias de manejo para as áreas protegidas no mundo, definidas como: Reserva Natural Estrita/Área Natural Silvestre: áreas terrestres e/ou marinhas que possuem ecossistemas representativos, sem habitação humana significativa, protegidas e manejadas de forma a preservar a sua condição natural; Parque Nacional: áreas protegidas cujo manejo é voltado principalmente para a conservação de ecossistemas e recreação; Monumento Natural: área cujo manejo visa principalmente a conservação de características específicas; Área de

Gestão de Habitat/Espécies: áreas protegidas cujo manejo visa principalmente a conservação através da gestão ativa, com fins de manejo de modo à assegurar a preservação de habitats e/ou corresponder às necessidades de espécies específicas; Paisagens Terrestres/Marinhos Protegidos: áreas protegidas cujo manejo visa principalmente a conservação da paisagem terrestre/marinha e recreação; Área protegida de recursos geridos: áreas protegidas cujo manejo visa principalmente a utilização sustentável dos ecossistemas naturais.

No Brasil, a aplicação de leis ambientais tem início, efetivamente, no início do século XX, com o Código Florestal Brasileiro, Código de Águas e o Código de Minas, todos do mesmo ano. O Código Florestal de 1934 (Decreto-lei 23.793/34) foi a primeira base legal brasileira a tratar de forma um pouco mais sistêmica os recursos florestais, conceituando pela primeira vez os parques e as florestas nacionais, as florestas protetoras e as áreas de preservação permanente (BRITO, 2003). É notável o descumprimento desta lei por muitos fazendeiros no país, de forma que em 2008 houve notáveis mobilizações políticas da bancada ruralista do senado, a fim de anistiar crimes ambientais ocorridos até aquele ano. A proposta de alteração do Código Florestal acarretou ainda na mudança de parâmetros legais para as áreas de proteção permanente (APP) e reserva legal.

Desde 2000 no país as áreas protegidas são denominadas Unidades de Conservação (doravante UC) e tem como principal instrumento legal de regulamentação o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (doravante SNUC) instituído pela Lei 9.985 de 2000 e o Decreto 4.340 de 2002. De acordo com o SNUC:

Art. 2º I- “UC é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

A criação de UC deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, dimensão e os limites mais adequados para a unidade. Conforme disposto em regulamento, deve possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.⁵

⁵ Zonas de amortecimento são as áreas de entorno da unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de amenizar os impactos negativos sobre a unidade. Corredores ecológicos são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas fluxo genético e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como populações (conceito ecológico) que demandam para a sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Caso de grandes mamíferos como a onça parda, exemplo, espécie já registrada na APA do SANA pela Secretaria Municipal de Ambiente).

Essas áreas têm o intuito de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações chamadas tradicionais e ainda propiciar às pessoas do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis (OLIVEIRA, 2000). Essas, geralmente, são geridas por órgãos ambientais públicos, e possuem legislação específica que regulamenta toda e qualquer atividade dentro dos limites da UC.

As Unidades de Conservação são divididas em dois grupos, com características específicas, de acordo com o tipo de uso a que se destinam: as UCs de Proteção Integral e as UCs de Uso Sustentável (SNUC, 2000). Estas podem ser criadas e geridas em âmbito federal, estadual ou municipal. As UCs de Proteção Integral têm como objetivo “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (Art. 2º VI). Essas áreas protegidas têm maior restrição quanto ao manejo e uso dos recursos. Enquadram-se nesse grupo: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre.

As UCs de Uso Sustentável permitem “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (Art. 2º XI, SNUC). Este grupo compreende as categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional, Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural. Essas áreas protegidas podem ser de domínio público ou particular, permitem a ocupação da terra e o manejo dos recursos naturais, desde que respeitando as leis ambientais, dentre elas o Plano de Manejo e Zoneamento da área.⁶

Um fato que parece ser consenso entre muitos biólogos é que a proteção das espécies de fauna e flora nativas de um país ou região só poderá ser feita, de forma efetiva, com a preservação de parcelas significativas de seus ambientes naturais. Em razão disso, a exemplo de muitos outros países, o Brasil tem criado diversas UCs, visando, além da proteção dos recursos bióticos, a conservação dos recursos físicos e culturais destes mesmos espaços. Mas a criação destas UCs nem sempre segue critérios com fundamentos técnicos, o que pode levar a uma demarcação de área ineficiente para conservação das espécies ameaçadas (VIEIRA, 2007 p.10). É importante que haja estratégias conservacionistas numa esfera mais ampla de modo que as áreas protegidas cumpram sua função, em termos de políticas públicas. É

⁶ O Plano de Manejo e o Zoneamento são os instrumentos norteadores para gestão da Unidade de Conservação. Esses documentos são criados por lei, após a delimitação e criação da UC, e determinam as normas e restrições para a ocupação de áreas dentro da UC bem como para uso dos recursos.

também fundamental considerar o histórico do uso do local. Em certas situações as populações ditas tradicionais que vivem em cantões da roça nas áreas destinadas à conservação não participaram do processo de implementação da área protegida, então famílias que há gerações utilizam seus recursos de maneira própria são obrigadas a alterar sua forma de manejo para se adequar à legislação ambiental, sem apoio governamental, para adequar suas atividades à nova realidade legal da área.

Para a criação de UCs deve-se indicar a denominação, a categoria de manejo, os objetivos, os limites, a área da unidade e o órgão responsável por sua administração. Recomenda-se realizar consulta pública com os proprietários da área e moradores do entorno, com a “finalidade de subsidiar a definição da localização, da dimensão e dos limites mais adequados para a unidade” (Art. 5º SNUC, 2002). Porém esta consulta não coloca em discussão a decisão de criação (ou não) da UC e a categoria de manejo a ser adotada, ficando limitada às questões de localização, dimensão e limites.

Para tentar conciliar homem e natureza é previsto na Lei do SNUC a formação de Conselhos nas UCs, que são:

[...] espaços existentes para participação da sociedade na gestão e implantação das unidades de conservação, como os conselhos gestores, também possibilitam que as pessoas se sintam integrantes e responsáveis por esse patrimônio público. Além disso, constituem um fórum de discussão onde há possibilidade de convergência de interesses e integração entre objetivos de proteção da biodiversidade e o desenvolvimento local e regional.⁷

O Conselho Gestor tem um papel crucial na gestão da unidade, é o espaço destinado à reunião das diversas representações sociais sob a forma de sociedade civil, com representantes do poder público. Deve acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo, ainda manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impactos ambientais e sociais. A APA do Sana teve o seu conselho criado e homologado um ano após a criação da unidade, destacando-se em relação a outras UC no município.

O Plano de Manejo da APA do Sana foi aprovado em 2003, isto é, dois anos após a criação da APA pela Lei Municipal nº 2.172. Considerando que o decreto que regulamenta o SNUC dá um prazo de cinco anos para a elaboração deste instrumento de gestão, o documento foi produzido relativamente cedo.

⁷ Fonte de dados utilizados na publicação: www.mma.gov.br/cadastro_uc. Unidades de conservação com cadastro finalizado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/MMA até 10/05/2011

Financiado através da verba de medidas compensatórias resultante da concessão de licença ambiental de uma empresa termoeétrica instalada em Macaé, a elaboração do Plano de Manejo contou com a participação de diversos atores referidos no documento como ‘grupo organizado e atuante’ composto por alguns representantes do Conselho Gestor e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (doravante SEMMA, naquela época), foi coordenado pela ONG Viva Rio e teve como embasamento o “Roteiro Metodológico para Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto” e no “Roteiro Metodológico para Gestão de Áreas de Proteção Ambiental” produzidos e disponibilizados online pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) (PMM, 2003).

O documento afirma que o processo foi participativo na a sua elaboração, através de grupos de trabalho foram produzidos materiais preliminares, subsídios diretos para alguns capítulos. Os documentos anexos, conforme o índice, do Plano de Manejo não estão disponíveis online e a Secretaria Municipal de Ambiente não os possui, então não conseguir ter acesso a eles durante a pesquisa. Dentre eles estão a lista de espécies da fauna e da flora que foram produzidas sem rigor científico, mas a partir do conhecimento local dos atores participantes.

Como principais problemas ambientais da APA do Sana apontados no Plano estão:

[...] deficiência de saneamento básico (esgoto e lixo), à poluição dos corpos hídricos, ao desrespeito às áreas de preservação permanente (faixas marginais dos rios, nascentes, altas vertentes e trechos com declividade acentuada), à criação de gado em áreas sensíveis à erosão, ao uso de agrotóxicos, ao desmatamento progressivo e lento para o plantio e o aumento de pastagem, além da sensível mudança no perfil e na quantidade de seus turistas e os transtornos decorrentes (impactos negativos nas trilhas e nos principais atrativos naturais, grande produção de dejetos, barulho acima do tolerável, consumo abusivo de drogas, vandalismo e violência).

O zoneamento da APA divide o Vale do Peito do Pombo (área de maior interesse turístico) em três zonas de uso e ocupação das terras: a Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS), destinada à proteção integral do ambiente, na qual não é permitida a construção de edificações com fins de moradia ou de turismo; a Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS), que admite visitação, pesquisa científica e educação ambiental, mas na qual os proprietários devem dar prioridade à recuperação da Mata Atlântica e, finalmente, a Zona de Uso de Agropecuário (ZUAp), destinada ao desenvolvimento da agropecuária no Vale. Todavia, esse documento prevê a sua revisão e atualização nos anos subsequentes à sua elaboração. A Secretaria Municipal de Ambiente (SEMA) tem planos para a revisão para este mandato de 2014, incluindo a correção de erros referentes ao próprio zoneamento e

mapeamento da área, já que no documento este não está bem detalhado quanto às suas especificações.

Turistas de diversas localidades visitam o Sana durante todo o ano, intensificando-se nos períodos de férias e feriados prolongados, interessados em conhecer o Vale do Peito do Pombo, área onde se concentram belas cachoeiras, trilhas em meio à mata e o monumento natural⁸ Pedra do Peito do Pombo. Situada na Bacia Hidrográfica do Córrego do Peito do Pombo, esta é uma área determinada para proteção da vida silvestre, segundo o zoneamento do Plano de Manejo. O controle de acesso e a conservação desta área são assuntos que geram conflitos entre os grupos sociais dentro e fora do Conselho Gestor. Na visão de muitos moradores os atrativos naturais, como as cachoeiras, são motores do crescimento econômico do local pelo poder de atração de pessoas de diversas áreas do Brasil e também do exterior.

Segundo Jeronymo (2012) os principais problemas ambientais associados aos usos dos recursos pelo turismo, agropecuária e urbanização em relação ao zoneamento ambiental da Lei que cria a APA são:

“a criação de loteamentos e construções irregulares; a poluição e redução dos corpos hídricos; a ocupação desordenada na faixa marginal de proteção (FMP) e entorno dos rios; a criação de gado em áreas suscetíveis à erosão; o uso de agrotóxicos; o desmatamento progressivo e lento para plantio e aumento de pastagem; e os transtornos decorrentes do perfil e quantidade de turistas” (P.18).



FOTO I – Fotografia com vista para o Vale do Peito do Pombo e a Pedra do Peito do Pombo. Autora: Jamile Halla

⁸ Utilizei desta nomenclatura apenas como referência ao atrativo. Este não é de fato tombado por decreto como Monumento Natural, como preconiza o SNUC.

Esses problemas conflitam com o propósito das Unidades de Conservação em geral, e no Sana vêm representando a raiz dos conflitos pela disputa de usos dos recursos.

2.5 Agentes sociais e criação da APA

Tanto Paul Bohannan (1973) quanto Max Gluckman (1973) ao estudarem processos de resolução dos conflitos e controle social nas sociedades tribais africanas, encontraram problemas metodológicos surgidos a partir de comparações entre sistemas legais distintos. Gluckman afirma que embora o sistema legal dos Barotse fosse diferente do sistema ocidental, as ideias essenciais do direito deste grupo podiam ser comparadas com ideias do direito romano e europeu antigo. A ideia de “dívida” seria o conceito generalizador de todas as obrigações e estaria presente em todas as sociedades tribais. Conclui afirmando que o sistema legal é influenciado pelo fato de que toda organização social é composta em torno de relações de status. Em contraponto, Bohannan propõem analisar a experiência cultural a partir das próprias categorias nativas denominadas por ele de “sistema de folk”, e coloca em questão a tradução dos elementos culturais e sua estruturação em comparação às próprias categorias nativas (sistema folk) na linguagem própria do meio cultural do pesquisador. Por meio da análise dessas situações sociais, a perspectiva desses autores aponta que as disputas podem mostrar que os usos das leis variam de acordo com interesses de quem às usa. Na APA do Sana a disputa de usos da natureza ocorre em esferas de judicialização, sempre com a presença do Estado, direta ou indiretamente, e a notável discordância entre lideranças e demais "nativos" da região.

Lá existe a convivência entre maneiras distintas de se compreender a legalização dos usos dos recursos naturais: a dos moradores nativos que utilizam meios convencionais de exploração dos recursos sem levar em conta sua regulamentação, a de imigrantes antigos, que apesar de nada sistemática assemelha-se com os princípios da cultura Nova Era, e a dos agentes do poder público, altamente especializada e burocratizada. A primeira e a segunda operam por meio de suas próprias categorias, e a terceira por um modelo universal de justiça, que tem limitada margem de abertura às demandas locais.

A chegada de novas pessoas ao longo dos anos produziu uma visível diferença entre os grupos sociais residentes no local. Há aqueles que se consideram nativos, descendentes de produtores de café e meeiros que viviam da agricultura e ainda hoje trabalham em atividades rurais. Há aqueles que Gaspar (2008) chamou de neo-rurais, que deixaram a cidade em busca

de um projeto de vida que fosse menos urbanizado, buscando mudar seus métodos de consumo e inserção social. Eles se reconhecem como ambientalistas e foram decisivos no processo de criação da UC, na elaboração do Plano de Manejo e do zoneamento do distrito, acarretando em regras legais para a utilização do espaço e exploração dos recursos naturais. Há também os moradores mais jovens e recentes, também em busca de um projeto de vida mais próximo à natureza e são voltados ao trabalho de apresentações artísticas, musicais ou produção de artesanatos.

Existe intensa construção da memória por parte dos moradores e dos proprietários, atendendo a interesses distintos e informando diferentes visões acerca do processo de ocupação da localidade, conforme demonstrou Sigaud (1977; 2005) para região semelhante, onde a partir da observação do processo de ocupação de terras na zona da mata pernambucana conclui que as atitudes que legitimavam as pretensões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nas relações com o Estado e como as próprias políticas de Estado contribuíram decisivamente para a institucionalização da luta pela reforma agrária. Da mesma forma, novos e antigos moradores do Sana com práticas de denúncias contra desmatamentos e certos usos da terra se aproximaram do Estado e da política de UC para legitimarem seus interesses pela criação da APA.

De um grupo de ambientalistas surgiu a proposta de enquadrar o Vale do Peito do Pombo, como Unidade de Conservação de Proteção Integral. Como citei anteriormente, esta é uma categoria de usos restritivos do território. Esta demanda, somada às recorrentes queixas e denúncias de crimes ambientais na região, principalmente pela pressão da especulação imobiliária, da pecuária e da agricultura, parece ter sido a inspiração para que o Poder Público optasse pela criação de uma APA abrangendo todo o distrito (COZZOLINO, 2005, p.61). Vale lembrar aqui que os limites da APA não foram bem estabelecidos no Plano de Manejo e nem na lei de 1902 que cria o distrito, como apontado por Jeronymo (2012), ocasionando num zoneamento quase impossível de ser cumprido em seu papel, onde áreas urbanas em expansão (zona de ocupação controlada) foram espremidas por duas zonas de categorias de uso restrito, como zona de conservação da vida silvestre, por exemplo.

Para a criação da APA a representação de interesses de parte dos moradores organizado em forma de sociedade civil foi necessária a instalação de um fórum básico com objetivos de dar apoio e sequência ao processo de negociação entre os interesses dessas associações e as instituições governamentais. Foram discutidos temas como desmatamento,

conservação da vida silvestre, esgotamento sanitário, ocupações irregulares, turismo, dentre outros.

Do processo participaram o poder público e entidades representativas locais: Associação de Moradores Proprietários Rurais e Ecoturística da Cabeceira do Sana (AMPRET), Associação Comercial Agropastoril e Ecoturística do Sana (ACAETS); Associação de Moradores do Sana (AMA-SANA); Grupo de Defesa Ambiental Pequena Semente (ONG GDEPS) e Associação de Amigos da Região do Peito do Pombo (PMM, 2001). Existe, porém, uma parcela da população que alega não ter sido consultada ou esclarecida dos possíveis efeitos da criação da APA em suas atividades tradicionais. Há mais de 14 anos de implementação da APA, percebe-se a discrepância entre a ocupação do solo e o uso dos recursos naturais, colocando em questão o papel desta UC na conservação da biodiversidade, e também em seu papel de melhorias das condições sociais aliados ao uso sustentável dos recursos naturais.

Em 2002, ao participar da primeira reunião, amplamente divulgada, sobre questões da APA, Gaspar (2008, p.5) fez a seguinte observação:

“A reunião foi palco de tensas e acirradas discussões sobre o processo de criação da unidade de conservação. Pela primeira vez, veio a público o descontentamento de uma grande parcela da população, especialmente dos produtores e trabalhadores rurais, com a desinformação dos moradores a respeito da APA, com a fiscalização ambiental e com escolha, aparentemente prévia, daqueles que viriam a representar a “comunidade” no Conselho Gestor”.

Gaspar afirma ainda que a interpretação de grande parte da população local a respeito da criação da unidade de conservação se organizara em dois eixos de oposições: antigamente/agora e gente do lugar/gente de fora, categorias sempre relacionais e contextuais, utilizadas quando conveniente para marcar posições em lutas materiais e simbólicas. Ela se refere ao descontentamento dos moradores nativos no processo de implementação da APA, que na visão deles foi uma decisão tomada por pessoas exógenas ao Sana, deixando de considerar o efeito das regras de uso dos recursos sobre as atividades dos trabalhadores rurais.

O processo de elaboração do Plano de Manejo no encadeamento de implantação da APA revela o posicionamento de um grupo social dito ambientalista em diversas disputas, e a também maneira pela qual a posição de representantes da comunidade conferia-lhes vantagens nas mesmas. Dessa forma, Gaspar observou a inserção de “neo-rurais” nas relações de poder e na disputa pelos recursos. Aqueles que tinham “pretensões ambientalistas” foram os que se aproximaram de agentes do poder público intermediando os “interesses da comunidade”, estes

mesmos ganham força com a união de outras representações sociais em defesa da mesma causa.

2.6 Usos dos recursos naturais e problemas a eles associados

Há sensíveis modificações nos usos sociais dos recursos naturais no entendimento dos agentes envolvidos nesse processo. Hoje o número de produtores de alimentos no Sana é sem dúvida muito menor que o de pecuaristas, atividade lucrativa que utiliza de poucos recursos humanos e grandes territórios. Segundo um morador nativo da área e agricultor, “a maior riqueza do Sana está na terra, que pode produzir alimento para o local, para o desenvolvimento turístico e para escoamento”, mas este mesmo acredita que a grande maioria optou pelo caminho menos trabalhoso, mais rentável e ao mesmo tempo, em sua opinião, mais impactante no ponto de vista ambiental, ou seja, o gado ou turismo.

Outro fator que gera conflitos são os novos investimentos em latifúndios, que têm como objetivos loteamentos ilegais para casas de veraneio. A exploração da biodiversidade, através da caça ilegal e do tráfico de aves silvestres, tem crescido na região, bem como as denúncias contra ela no órgão fiscal (SEMA). A abertura de estradas e a chegada da energia elétrica em áreas de difícil acesso projetam um futuro de crescimento urbano, baseado na derrubada de florestas e no descumprimento das leis ambientais. As áreas florestais que mais sofrem na região do Sana são as matas ciliares, vítimas de loteamentos irregulares e clandestinos e também das pastagens (PMM, 2003).

Há fazendas de gado extensas, que cortam grande parte do Vale da Cabeceira do Sana, onde parte do Rio Sana se encontra sem faixa marginal de proteção da vegetação (FMP), o que possivelmente altera a qualidade da água neste rio além de comprometer o fluxo de espécies entre os fragmentos florestais.

Em 2009 foi criada o Programa Nacional de Alimentação Escolar pela Lei Federal Nº 11.947, determinando que no mínimo 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares. A venda direta para a prefeitura é mais rentável para os agricultores, pois os preços são elevados como forma de subsídio e estímulo à agricultura familiar. Nesse contexto, houve um aumento considerável das plantações de banana na APA. Minha afirmação baseia-se na percepção visual de seu cultivo e comércio, bem como nos autos de infração gerados pela Secretaria de Ambiente e informantes da Secretaria de Agroeconomia. Há inclusive cultivos **irresponsáveis do ponto de vista técnico da saúde ambiental**, do consumidor e do produtor com forte uso de agrotóxicos. Um exemplo é o do *roundup* da

multinacional Monsanto, um herbicida muito tóxico, proibido na APA do Sana e em diversos países, o que gerou denúncia na Secretária de Ambiente.

Sigaud (2004) mostra que as ocupações de terras privadas com o intuito de desapropriação foram o ponto de partida para a institucionalização do MST e constatou inflexões entre as organizações do mundo rural e do Estado. Ela observou como a forma de proceder e organizar ocupações, dentro dos acampamentos, legitimava as ações dos movimentos. No caso do Sana, a criação da UC e todos seus instrumentos legais foi subsidiada pelo modo de proceder dos agentes sociais e suas recém-criadas instituições, conformando condições de possibilidade para os conflitos em relação ao uso dos recursos naturais entre nativos, moradores e proprietários. Para tanto é preciso entender as justificativas dos atores envolvidos no sentido de legitimarem suas ações.

Sigaud buscou observar algumas características em relação à norma dos processos jurídicos naquela região, por meio de um estudo de caso onde as condições sociais encontradas justificam as condutas dos atores na decorrência dos eventos processuais ocorridos. Analisando as relações sociais no período posterior através do direito, seus usos e sua eficácia, ela busca compreender a dinâmica e complexidade dos processos que levaram os indivíduos a reivindicar seus direitos.

A autora critica a crescente especialização no interior de disciplinas como a antropologia e a sociologia, inicialmente geradas por lógicas particulares do campo científico em detrimento do saber, e considera esta conduta prejudicial ao desenvolvimento das ciências sociais. Nas palavras da Sigaud "[...] terminam por crer na autonomia do estudo da sua escolha em relação a outros domínios da vida social os quais não levam em conta ao produzirem interpretações" (2004, p.155).

No campo das ciências duras como a biologia não é diferente, a especialização, embora necessária, muitas vezes não traz consigo a necessidade do saber democratizado e quando o traz raramente busca conectá-lo aos usos sociais da informação gerada. Muitos processos sociais geram desmatamento e uso dos recursos, ocasionando em degradação de áreas de potencial interesse na conservação de espécies. O levantamento de dados acerca dos processos sociais que afetam tal habitat é crucial para conciliar manejo e conservação, portanto ao limitar o olhar em especificidades do campo científico, é perdida uma gama de informações que influenciam diretamente nas condições do ambiente. Justamente por esse motivo esta pesquisa no campo das ciências sociais enriquece meu olhar de bióloga em busca

da interdisciplinaridade para conciliar e não dicotomizar a pesquisa entre o campo da sociedade e o da natureza, como se eles fossem excludentes, o que de forma alguma são.

O estudo do direito, no campo das ciências sociais, tem frequentemente tomado o objeto a partir do ponto de vista dos especialistas e dos indivíduos e grupos sociais nele interessados, deixando de relacionar os fatos ligados ao direito com outros fatos sociais. Sigaud então aponta a necessidade de ir além do direito, compreendendo esta prática através da sociogênese dos conflitos, questionando as propriedades sociais dos indivíduos envolvidos, a história de suas relações e reinscrevendo os fatos relevantes do direito em quadros sociais mais amplos. Aponta Marcel Mauss e Bronislaw Malinowski como autores que deram ênfase na relação dos fatos do direito com outros fatos sociais como recurso de método. Cita Max Weber como autor que buscou realizar construções teóricas que enfatizam o fato de que as condutas não podem ser influenciadas, do ponto de vista sociológico, somente pela dogmática jurídica nem serem compreendidas apenas por este ponto de vista.

Na pesquisa da autora, ao analisar um caso preciso onde as condições sociais e históricas levaram o grupo social em questão ao ato de reivindicação dos direitos, compreende que romper com o ponto de vista automatizado dos fatos ligados ao direito amplia o quadro de análise. As novas normas jurídicas introduzidas podem ter atuado como elemento regulador das relações sociais, mas não apenas devido à existência e ao funcionamento das normas e instituições, contrário ao que diriam os especialistas. Nos engenhos vizinhos de onde fez a sua pesquisa, as mobilizações sociais foram cruciais para que os direitos dos trabalhadores passassem a ser respeitados pelos patrões, e que os mesmos passassem a conhecê-los, pois os direitos eram percebidos através da ruptura da proteção antes assegurada pela tradição – como a garantia de moradia da família do trabalhador no local do engenho, assistência aos enfermos, por exemplo – o que garantiu as condições de possibilidade para os atos mobilizadores dos sindicatos nessas áreas vizinhas. Quando houve um momento de crise nacional no setor do açucareiro os trabalhadores não se sentiram amparados nem pela tradição nem pelo direito, o que contribuiu para o início das ocupações nos engenhos, o início de um novo direito: o direito à terra.

Após observar as relações sociais entre patrão e trabalhadores, Sigaud analisou que as condições sociais no engenho de Amaragi contribuíram para que o direito se tornasse efetivo. O patrão, com o fim de ser reconhecido como um 'homem bom' mantendo assim uma espécie de autoridade pessoal, respeitou os direitos dos trabalhadores e não rompeu com a proteção tradicional, inclusive dando abrigo a líderes sindicais que instruíram seus companheiros a

conhecerem as normas jurídicas do direito trabalhista e como reivindicá-las. Por fim, neste engenho em particular as ocupações de terra não ocorreram como em outros, mas foi berço de um novo líder e militante das mobilizações pela desapropriação dos engenhos, o neto de um dos líderes sindicais acolhidos.

Existem contextos em que as pesquisas de campo mostram como ocorre o jogo de lutas, conflitos performatizados nas linguagens, nos trâmites judiciais. Palmeira (1989) enfatizou isto em sua pesquisa. Este um dos pontos em que busco atentar na minha pesquisa. A chegada do Estado, atraído pelo interesse dos imigrantes do Sana, resultou numa forma burocratizada de reivindicar práticas que sempre foram de costume para a população nativa, e isto não necessariamente configurou-se na efetivação de seus interesses de conservação ambiental e ordenamento do território.

Nos capítulos seguintes veremos em que termos podemos compreender as leis sem que elas sejam fruto somente de interesses de grupos que as escreveram e sancionaram. Construí minhas investigações por meio da análise de situações sociais em que as disputas podem mostrar que os usos das leis variam, não existindo um entendimento único das mesmas e muito menos de como aplicá-las quando envolvem disputas por territórios e formas de legitimação de usos de recursos naturais.

3. CAPÍTULO 2: DISPUTA JUDISCIALIZADA PELO USO DOS RECURSOS

3.1 Recursos retóricos para legitimação da atual política no município

Para tratar das formas e mecanismos de entendimento dos agentes sociais envolvidos no processo de judiscialização da gestão dos recursos da APA do Sana, frequentei reuniões do conselho gestor por dois anos (2013 e 2014), observei discussões polêmicas e outras nem tanto. Procurarei expor aqui as principais questões que tratam do uso dos recursos e de como moradores do Sana e agentes do poder público encaminham suas demandas. Por meio da etnografia e o trabalho de campo em períodos regulares de permanência no Sana baseei minhas análises em estudos de antropologia do direito de Bohannan, Gluckman e Sigaud e na pesquisa de Teixeira (2001), para verificar o uso dos recursos retóricos como forma de legitimação.

Como pontuei anteriormente, o Conselho de uma UC é um espaço de participação de representantes de diversos segmentos da sociedade interessados nas questões que permeiam a gestão da mesma. O SANAPA, conselho consultivo, normativo e deliberativo do Sana foi implementado dois anos após o processo de criação da APA, tempo relativamente rápido se comparado ao histórico de muitas UC do estado do Rio de Janeiro (COZZOLINO, 2005).

Saliento que o presidente do conselho de uma UC é o gestor do órgão ambiental responsável pela a UC municipal, o secretário de ambiente. Em 14 anos desde a criação da APA do Sana até o presente momento a cidade de Macaé já teve oito secretários de ambiente. A cada mudança há uma quebra na gestão, diferentes interações com o conselho e às vezes mudanças no quadro de funcionários que estavam envolvidos com a APA. Durante a elaboração desta pesquisa, testemunhei a gestão de dois secretários.

A gestão do atual prefeito (2013-2016) foi rotulada como o “Governo da mudança” no marketing da sua própria campanha antes das eleições, por cabos eleitorais. Placas espalhadas no município apresentam propagandas das ações de governo junto à frase “Pedi para mudar, mudou! ”. Na primeira reunião do conselho, Eduardo, funcionário da SEMA e também conselheiro representante da ONG Associação Proteção das Florestas ao pedir a palavra expõe: “Esse governo veio para mudar! É um governo preocupado com o ‘meio ambiente’, a começar pela escolha do secretário [de ambiente] que é uma pessoa qualificada para lidar com os problemas ambientais de Macaé e da APA”. Este homem se define como ‘cabo eleitoral’ do atual prefeito e do partido, por acreditar no viés ambiental dos mesmos. É um dos primeiros imigrantes que deixou a capital do estado para viver o ‘sonho ecológico’ no Sana.

Participou da elaboração do Plano de Manejo da APA bem como de projetos de reflorestamento e educação ambiental promovidos pela ONG, com apoio da prefeitura, e também é membro do Comitê de Bacias Hidrográficas da região.

Nas disputas eleitorais que envolvem estratégias de obtenção de aliados e seguidores através de democracias participativas, são realizados o que Teixeira (2001) chamou de ‘espetáculos de poder’: meios de comunicação, *showmícios*, passeatas e o marketing em geral, bem como grupos e líderes que possam atuar como mediadores entre os candidatos e potenciais eleitores. Desta forma o interesse de certos grupos sociais podem legitimar-se através da retórica no discurso. O cidadão eleitor carece de identidade enquanto sujeito social singular, não é reconhecido com base na sua condição de pessoa, sendo equacionado a determinadas coletividades anulando-se num processo de alienação, do não reconhecimento do manejo individual das condições pessoais, sociais, econômicas ou políticas no processo de construção do sujeito histórico (TEIXEIRA, 2001). Também carecem de identidade, reconhecida pelos políticos profissionais, os moradores do Sana ‘representados’ por suas associações, que tem como obrigação repassar as pautas discutidas no conselho em suas respectivas reuniões e assembleias.

A estratégia inicial do prefeito para estruturar o poder executivo foi nomear “técnicos” para cargos de secretários públicos e presidentes de fundações, com a justificativa de deixar pessoas que ‘entendem do assunto’ governar seus setores. Exemplos disso são o de uma professora, diretora de uma escola particular no município, nomeada como secretária de educação, um médico como secretário de saúde e um biólogo, mestre em engenharia ambiental, ainda servidor concursado da SEMA, como secretário de ambiente durante 18 meses desta gestão. Em julho de 2014, ano de eleições para presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual, ocorreu uma série de substituições nos cargos de secretários em toda prefeitura. Na SEMA não foi diferente, trocou-se um biólogo por um empresário do ramo de restaurantes, influenciando na estrutura e nos modos de proceder antes estabelecidos no órgão ambiental municipal.

Na gestão de uma cidade com orçamentos exorbitantes como Macaé, e como em qualquer domínio político no Brasil, as escolhas para ocupar cargos são como moedas de troca, e os gestores usam essa moeda para favorecer as pessoas que possam lhes oferecer maiores chances de chegar em seus objetivos, ou nos objetivos já impostos sobre eles por força de esferas maiores.

As relações entre esferas de poder de escala macro interferem na política do município de aplicação da legislação ambiental, refletindo indiretamente na escala micro, que é o meu campo e os atores sociais. Em maio de 2013 o Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória conhecida como MP dos Portos, com o intuito de ampliar investimentos e modernizar o setor no país. Com o pretexto de dar apoio logístico para a exploração do petróleo do Pré-Sal, o governo municipal está em vias de incentivo à construção de um novo terminal portuário privado em Macaé. Esse incentivo transparece por meio dos discursos do prefeito e pelo ato de ter cedido terreno público para a empresa encarregada do projeto para ela executar a obra. Para a realização e legalização do projeto da obra, este porto carrega consigo uma série de irregularidades, que foram muito bem colocadas por pesquisadores, professores, advogados, grupos ambientalistas, dentre outros, em duas audiências públicas, muito conflituosas, realizadas pela empreiteira Queiroz Galvão, em decorrência do processo de licenciamento ambiental, a primeira em janeiro do ano de 2014 e a segunda em julho do mesmo ano. A começar pelo órgão licenciador do empreendimento, Instituto Estadual de Ambiente (INEA), que legalmente não teria competência jurídica para este processo por se tratar de uma obra a ser realizada em ambiente marinho, logo, um território sob domínio da União e também pelo local da obra ser muito próxima à uma Unidade de Conservação Federal (o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba). O órgão licenciador desta obra deveria ser o IBAMA. O Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) apresentado pela consultora ambiental contratada pela Queiroz Galvão mostrou uma série de erros metodológicos e negligências quanto aos reais impactos ambientais e sociais da realização da obra, o que foi debatido exaustivamente nas duas audiências. Ressalto que em nenhuma das audiências públicas o prefeito esteve presente.

Assim gerou-se uma polarização de opiniões na cidade de Macaé entre os ‘pró-porto’ e os ‘contra-porto’. Quem se dizia pró-porto trazia o discurso de que as multinacionais associadas à indústria do petróleo estariam deixando a cidade, gerando crise e recessão, e essa seria uma maneira de assegurar o crescimento econômico da cidade. O movimento contra o porto alegava intenções de má fé da empreiteira com a cidade, posto todas as ‘fraudes’ no EIA/RIMA, bem como impactos ambientais de toda construção e da dragagem do leito marinho, os riscos de se criarem problemas sociais comuns em cidades portuárias, como aumento da prostituição fora de princípios trabalhistas e tráfico de drogas e o aumento da área de exclusão da pesca inviabilizando a atividade de pescadores artesanais. Vale citar que a mesma empresa é uma das principais indiciadas por crime de corrupção na “Operação Lava-

Jato” da Petrobrás noticiada em todas as mídias nacionais⁹, mesmo que as investigações e o julgamento ainda não tenham terminado.

Às vésperas da segunda audiência pública para a instalação do terminal portuário o até então Secretário de Ambiente Guilherme Sardemberg foi substituído por um empresário do ramo dos restaurantes de Macaé sob a justificativa da ‘falta de celeridade’ no andamento dos processos. Apesar de o ex-secretário Guilherme Sardemberg não ter exposto publicamente sua posição pessoal quanto à construção do porto, na Secretaria de Ambiente houve a movimentação do corpo técnico para estudo e avaliação do EIA/RIMA, protocolando no INEA (órgão licenciador) os pontos falhos do estudo, para que assim fosse exigido maior rigor e responsabilidade técnica no projeto, o que poderia atrasar o processo de licenciamento e aumentar os custos do projeto em decorrência das exigências de adequações que o INEA tornaria a solicitar à empresa.

Esse fato ilustra como o meu campo de pesquisa é afetado por questões políticas e econômicas em diferentes esferas de interesse, e nesse caso os interesses de empresários de um dos setores mais relevantes para o ciclo econômico atual, a exploração do petróleo, entraram em conflito com a questão socioambiental do município, que tem um vasto território e poderia investir em outras opções econômicas que não o petróleo, tais como o ecoturismo e produção de alimentos por exemplo.

Teixeira (2001) utiliza da fala do político Cristovam Buarque, em uma entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, como proposta para a reflexão sobre a *(des) continuidade* entre os domínios da cidadania e da política observando os limites e possibilidades de tradução dos valores entre uma experiência e outra. Observa como que por meio da retórica comumente utilizada pelos agentes envolvidos, eleitores e candidatos, é tecido o universo da construção de suas identidades ora transitórias, e oposições entre cidadão e indivíduo no contexto eleitoral.

A autora busca revelar as discontinuidades dos papéis entre governador e candidato e, por outro lado, cidadão e eleitor, questionando acerca dos recursos retóricos formais e morais abordados por analistas políticos e lideranças partidárias para atribuir a derrota do candidato à campanha eleitoral e à especificidade da cultura política brasileira. A cidadania pode assumir diferentes formas e conteúdo, sendo retraduzida pelos diferentes grupos, conforme seus interesses, tradições culturais e experiências históricas de participação social e política.

⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548285-pf-pede-prisao-de-5-presidentes-de-empresas-durante-operacao-lava-jato.shtml> (acessado em dezembro de 2014)

Através da promessa de ‘mudança’ oferecida pelo candidato ao governo de Macaé, nota-se a desqualificação da situação política anterior, mas apenas através das mudanças realizadas dentro do próprio governo é possível observar o mesmo tipo de descontinuidade da qual Teixeira se refere: quando o candidato promete mudança nomeando técnicos para tratar do poder executivo com rigor técnico e após um ano e meio de governo o ex-candidato, então prefeito, substitui o técnico por uma opção politicamente favorável às suas estratégias e as dos outros agentes sociais, ora ocultos, nas diversas esferas de governo.

Na fala de Cristovam Buarque analisada por Teixeira, o mesmo assume a responsabilidade de sua derrota nas eleições por conta de sua estratégia de comunicação com o eleitor, contrária à estratégia do adversário que “falou para o cidadão demagoricamente”. Então, a autora analisa a interação discursiva que envolve repórter-entrevistado-leitor expondo na fala do político a retórica de desqualificação do acerto do adversário e a preservação de sua integridade política ao destacar um êxito nos tempos de sua gestão. Esses recursos de linguagem oferecem grande poder de persuasão na formação de opinião, da mesma forma que o slogan ‘Governo da Mudança’ oferece ao cidadão e ao eleitor esperança de saídas interessantes para a situação que antes seria insatisfatória, no caso de Macaé.

Cristovam Buarque atribuiu também, indiretamente, a responsabilidade ao cidadão, que não teria sido percebido como parte integrante da comunidade que fora favorecida em seu governo. Teixeira destaca a ‘essencialização do pertencimento’ como poderosa estratégia nas retóricas das relações políticas, como também a ‘retórica da incongruência’ como dispositivo de depreciação dos sujeitos envolvidos no evento narrado e o deslocamento do foco inicial da pergunta dirigida para ele. E, por fim, a ‘rotina de solicitação’ como forma de persuasão, onde o fato de, ao fazer uma pergunta e ele ao mesmo tempo respondê-la, configura uma estratégia de manipulação de seu ambiente comunicativo.

Teixeira trata da semântica da palavra ‘comunidade’ em sua capacidade de representar uma coletividade abrangente referida à territorialidade, valores étnicos, religiosos e/ou políticos. Contextualiza a comunidade a qual pertence o eleitor citado na fala de Cristovam como um ambiente de disputas entre os moradores, que oriundos de diferentes regiões do país, anseiam pelo recebimento de lotes do governo. Explorando outro termo usado pelo entrevistado, o ‘exemplar’ eleitor, a autora aborda que a relação identitária entre morador e local de moradia é tida como existente numa relação de continuidade tão naturalizada que ao não apreender esta conexão metonímica, o morador estaria alienado dos interesses solidários da comunidade local a qual pertencia.

A tradução política de ‘pertencimento local’ ligada à noção de cidadania se dá através da *“legítima associação para a defesa de interesses coletivos com fins de consolidação de políticas públicas socialmente mais justas”* (2001, p.8), como o comunitarismo e socioativismo, por exemplo. O entrevistado em sua retórica acaba por atribuir uma condição moral negativa ao morador-eleitor, por não ter se reconhecido como parte de uma coletividade.

Citando Sérgio Buarque de Holanda, Teixeira trata da descontinuidade e oposição entre círculo familiar e o Estado como pertencente a ordens diferentes em essência. *“Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante às leis da Cidade”* (p.8). Cita Banfield, que chamou de ‘familistas amorais’ os que agem em interesse do grupo ou da comunidade com intuito de benefícios materiais diretos para si e desconfiam de todos os que atuam como se estivessem voltados apenas para o interesse público. Relaciona com os argumentos de Elisa Reis sobre seu ceticismo quanto ao papel dos movimentos sociais, associações voluntárias, entre outras, na ampliação da solidariedade que revelam uma dicotomia entre esferas pública e privada, pois a solidariedade estaria associada a um tipo de reciprocidade de base pessoal.

Através dessas análises a autora observa a atribuição de certa natureza perversa das relações de bases pessoais, familiares e privadas. A essencialização do pertencimento ao contrapor-se às relações pessoais naturalizadas atua de forma a excluir vínculos primordiais enquanto mediadores políticos legítimos, por meio de dois movimentos: pela exigência de tradução das relações primordiais em relações associativas e a qualidade “dada” de sua existência social localizada para o domínio do cenário político moderno. Através de associações, o conselho representa a ‘comunidade’ nas mediações políticas e legitimam a participação de seus integrantes nas tomadas de decisão.

Teixeira fornece chaves interpretativas muito caras a mim. Identifico claramente a retórica da essencialização do pertencimento, por exemplo, no caso onde o presidente de uma das associações se contrapôs à divulgação de uma lenda local com objetivo lúdico e folclórico, na sinalização turística proposta por funcionários da prefeitura no Conselho, por se tratar de um conto o qual os antigos e nativos moradores da região desconheciam. Seu argumento baseou-se em desqualificar a estória, que não é de conhecimento dos cidadãos mais velhos do local, como se imigrantes não pertencessem à história mais recente do local. Lembrando Bloch (2001), não há história, mas sim conjuntos diversos e contraditórios acerca

do passado, com base em valores morais e intenções múltiplas de sobressair-se acima de outro que queria apagar, ou deslegitimar. Cabe ressaltar que o próprio narrador apontado por mim não é ‘nativo’ do local e sua opinião, como forma de representação de toda uma associação, foi colocada imediatamente após a proposta da divulgação da lenda, antes mesmo que ele pudesse discutir este assunto com a própria associação, em outra ocasião.

Tanto a solidariedade cívica quanto o chamado familismo amoral são elementos constitutivos da modernidade, segundo Teixeira, ‘categorias de acusação no jogo político democrático’, potencializados nos momentos eleitorais, e não práticas intrinsecamente perversas. Portanto, nestas classificações homogeneizadoras as narrativas que nivelam padrão de condutas e valores diferenciados são desconsideradas em sua diversidade dos conflitos e estratégias de poder.

Tratando de caracterizar a natureza dos processos eleitorais revelam-se estratégias de disputa com fins de sucesso eleitorais ressaltando a distância entre valores de cidadania. Isso não se percebe no Sana, uma vez que seus moradores não fizeram relação entre a política profissional e os candidatos eleitos, assim como os representantes do prefeito, e os efeitos disso em suas vidas. Por outro lado, eles sentem a presença dessas novas pessoas na região e veem como isso é parte de um processo sem volta, mesmo que desagradável a eles. Ou seja, não se entendem na prática como eleitores.

A eleição seria o momento em que o eleitor, por meio do voto, expressaria seus interesses nas tomadas de decisões coletivas, sem estar livre de vínculos sociais. No entanto as disputas eleitorais são dotadas de estratégias de legitimação de interesses, e as democracias participativas reafirmam esses interesses atuando como mediadores entre candidatos e potenciais eleitores. Eu mesma participei desse processo como moradora em Macaé e partidária de um candidato naquele período. Vislumbrei mudanças, como tantas outras pessoas, especialmente no perímetro urbano de Macaé. Contudo, esse processo estava distante da ausência de percepção da sua importância para moradores no Sana.

Ainda Teixeira considera que a imposição de determinados pertencimentos sociais instrumentalizaria indivíduos. O eleitor, nivelado a certas coletividades, é omissor da participação política ao escolher representantes, resultando no não reconhecimento do manejo individual das condições pessoais, sociais, econômicas ou políticas, envolvido no processo de construção do sujeito histórico. A hierarquia e as relações personalizadas são intrínsecas à dinâmica política neste modelo de representação revelando a retórica da igualdade que compõe o ideal de cidadania.

Em conclusão, Teixeira aponta como desafio a compreensão das novas conexões que estão sendo constituídas e reivindicadas no território turvo entre domínios que a modernidade separou, normatizou e essencializou. As imagens de cidadania e nação presente em certas retóricas devem ser constantemente desconstruídas e construídas a fim de entender o papel das relações de base pessoal no domínio das interações políticas.

Em contraste com as observações de Teixeira, vejo a montagem de um cenário novo de se fazer política no e através do Sana. Políticos profissionais, e especialistas do poder público em gestão de território e políticas públicas, em diversos níveis da organização do Estado, fazem-se cada vez mais presentes. Sua forma de legitimar suas práticas difere em muitos aspectos dos moradores. O linguajar e os procedimentos técnicos apresentam padrões quase que universais de ação no controle da natureza, regendo como as pessoas devem se comportar diante de uma região agora entendida, na prática, como pública pertencente a um município. Os discursos de poder vão se conformando em autoridade legal, sendo assim colocados em reuniões públicas aos moradores atropelados por algo que eles não foram buscar como sendo uma necessidade sua. Se estes moradores consideram que a autogestão individual é o valor mais importantes na relação direta entre homem e natureza, os agentes públicos não veem dessa maneira, trazendo uma série de normas generalizadas para normatizar aquelas relações até então cristalizadas.

3.2 Por dentro da estrutura política do Conselho Gestor

A estrutura do SANAPA é definida da seguinte forma, conforme Regimento Interno homologado em 2010¹⁰: presidência, na qual, repito, o cargo é destinado ao gestor do órgão ambiental responsável pela UC, a plenária, com paridade de representantes do poder público e da sociedade civil institucionalizadas, o secretário executivo, classificado como “unidade de apoio administrativo e técnico da presidência, plenário e câmaras técnicas”, eleito pela plenária, e as câmaras técnicas, que são compostas por um grupo de trabalho e tem caráter temporário ou permanente, tratam de matérias técnicas, assuntos específicos e pontuais, de atribuição do Conselho Gestor, extinguindo-se quando concluído seus objetivos. Para garantir a participação da plenária com direito a voto, os conselheiros devem estar em dia com a documentação das suas instituições e nomear por meio de ofício um representante titular e, outro, suplente. Outras pessoas podem participar da plenária com direito à voz, mas sem

¹⁰ Regimento Interno é o documento que rege a estrutura e dá diretrizes para o funcionamento do conselho.

direito aos votos. Com a estrutura definida o conselho é homologado, procedimento burocrático de validação, com assinatura do prefeito e publicação em Diário Oficial.

As reuniões ordinárias do Conselho Gestor do Sana ocorrem uma vez a cada dois meses e nos últimos anos elas vêm acontecendo num estabelecimento que atua como uma extensão da prefeitura no centro do arraial. Isso porque o Sana carece muito de estruturas públicas e privadas em geral tais como delegacias, agência de correios, cartório, caixas bancários eletrônicos, posto de gasolina. As pautas das reuniões são definidas com base nas demandas das reuniões anteriores, pedidos de inclusão de assuntos por alguma entidade ou órgão público que antes da convocação podem ter se manifestado, e informes gerais que permeiam assuntos da prefeitura e outros.

É importante colocar que durante a pesquisa a composição do conselho não esteve homologada, isto é, não foi instituída pelo diário oficial, atuando de forma irregular, em termos jurídicos. Então, de todas as reuniões que pude presenciar, não houve construção de nenhuma resolução e foram feitas poucas deliberações. O conselho atuou sem validade jurídica, embora alguns conselheiros considerem isso ‘apenas um detalhe’, pois o importante seria estar presente para as tomadas de decisão. Sobre a judicialização das relações sociais, enfatizando a importância de o pesquisador avaliar os critérios culturais presentes no grupo investigado, cabem algumas colocações.

Bohannam afirma que a palavra ‘injô, entre os Tiv, é descrita como ‘dívida’ e abrange um âmbito mais amplo de fenômeno e relações sociais do que a palavra equivalente na língua inglesa. O autor enfatiza que não busca ajustar os casos jurídicos dos Tiv com processos europeus de relação não-contratual, contrato, direito de propriedade etc., para que assim não se perca as particularidades da noção Tiv de ‘dívida’.

Analisando um caso onde uma denúncia de infração à norma tenta ser justificada pelo infrator pelo fato de seus atos parecerem estar de acordo com alguma outra norma, compara o processo inglês de “admissão e evasão” (uma técnica de argumentação reconhecida), denominada e fazendo parte do sistema jurídico, mas que não é explicitamente admitido entre os Tiv. Argumenta então que deve-se dar duas definições para o termo ‘contrato’, uma no direito europeu e outra na ciência do direito comparada.

Observo através desta etnografia a diferença da lei na teoria e das implicações jurídicas na prática, nas relações sociais do conjunto de pessoas no conselho. O atual governo municipal tem, ele próprio, tomado decisões que envolvem a APA e que não foram discutidas e deliberadas pelo conselho. Um exemplo disso é o da aprovação da obra de pavimentação da

estrada que dá acesso ao distrito por dentro do município, num trecho de aproximadamente 21km. Houve uma audiência pública para expor o projeto, porém não houve manifestação formal do conselho. Muitos moradores das localidades mais afastadas do Sana e da divisa do distrito com outros clamam por essa pavimentação há muitos anos, pois facilitaria o acesso ao município, também ajudando na conservação dos veículos e no escoamento da produção agrícola. Para o tropeiro Davi a chegada do asfalto atrapalhará seu trabalho, mas ele afirma que não pode ir contra: “Pra mim esse asfalto não vai ser bom, porque vai ficar ruim pra tocar meus bois. Mas não posso ser contra a obra, vai melhorar a vida do pessoal aqui no Sana, vai melhorar o transporte. Eu não posso ser contra”. Nesta fala considero a solidariedade para com a comunidade, contrária ao conceito da essencialização do pertencimento, abordado por Teixeira.

Num outro caso descrito por Bohannam, o tribunal questiona a ‘iniciativa própria’ de um infrator resolver um caso ao invés de levá-lo ao juízo. Neste caso tanto o infrator como o acometido sofreram prejuízos, portanto ali deixaria de existir razão de disputa entre eles. Esta forma de ‘iniciativa própria’ é um método classificado nos processos de dívidas e nos processos criminais. Bohannam conclui argumentando que a noção de dívida dos Tiv é utilizada como referência às circunstâncias e casos que nosso direito classifica em diversas categorias. Nos casos de apurações de ‘jir’ (espécie de tribunal ou a própria “audiência”) eles consideram o aspecto da dívida mais importante do que o aspecto do contrato. Em seu próprio sistema de folk, ou seja, suas classificações legais, a noção de contrato assume uma posição subordinada à noção de dívida envolvida. O autor, ainda, coloca como ponto principal da análise o fato de que se o ‘jir’ é uma reação que se segue à uma infração à norma, é possível recorrer a defesa baseando-se na tentativa de afirmar que tal ação não foi uma infração à norma mas sim um ato de acordo com alguma outra norma. Os juízes, então, decidem qual norma foi infringida e se realmente houve infração, bem como qual será a forma de resolvê-la.

Caso similar ocorreu quando um funcionário da SEMA solicitou ao conselho uma ‘moção de aplausos’ ao cidadão que, ao fazer o corte de uma árvore em sua propriedade, compensou seu dano ambiental através do plantio de outra árvore. O corte de árvores em todo município de Macaé, tanto em áreas públicas como privadas, é regulamentado pela Lei Municipal nº 3010/2007, que define o setor da SEMA responsável pela autorização e consequente compensação que deverá ser realizada, geralmente com o plantio ou compra de mudas específicas. Neste caso em especial o funcionário não tinha competência jurídica para autorizar tal corte, pois não era integrante do setor responsável por emitir certidões de

autorização, mas entendendo que através do ato do cidadão em compensar o passivo ambiental, não considerou infração à norma, e aparentemente nem o secretário de ambiente que não se manifestou. A plenária aprovou o pedido da moção solicitada.

A Bacia do Rio Sana, contida na maior parte do território da APA, é o maior e mais importante contribuinte hídrico do Rio Macaé (JERONYMO, 2012). Nesse sentido, ressalto a importância da gestão do recurso água e paralelamente do recurso florestal, com o importante papel de proteção de nascentes, regimes de chuva e regulação do clima. A criação da área de proteção ambiental foi o caminho burocrático que visou integrar a população residente na área para que houvesse um processo participativo na gestão deste ambiente, através do conselho. Assim, haveria união de moradores e agentes do Poder Público. Entretanto, as interações e as demandas passaram, a partir da criação da APA, a serem geridas por critérios jurídicos e durante o processo a população se polarizou entre o que poderíamos chamar ambientalistas e produtores rurais.

Gaspar (2008, p.13) identificou a interpretação de grande parte da população local a respeito da criação da UC organizada em dois eixos de oposições: *antigamente/agora* e *gente do lugar/gente de fora*. Estas categorias, sempre relacionais e contextuais, são utilizadas de acordo com a necessidade e a vontade de marcar posições em lutas materiais e simbólicas. A autora observou que os moradores que se diziam ‘gente do lugar’ associavam a chegada do turismo às restrições ambientais para seu manejo tradicional da terra, como queimadas e uso de agroquímicos por exemplo. Assim, nestes casos, os moradores de origem urbana são considerados como responsáveis pela implantação destas restrições e, na compreensão dos entrevistados por ela, não se diferenciam dos demais turistas, o que Banfield chamou de familismo amoral, segundo Teixeira.

Adiante, descrevo minhas observações de campo e contextualizo o momento político atual no Sana.

3.3 Cenário político atual no Sana

Em marco de 2013 aconteceu a primeira reunião do Conselho Gestor desde a mudança de governo, que gerou expectativa na população em todo território macaense. Ressalto aqui que por 30 anos Macaé veio sendo governada pela alternância de poder entre mesma família, e desta vez um prefeito do Partido Verde (do qual era integrante no período como candidato e nos primeiros anos do governo, depois troca de partido e alia-se ao PMDB) assumiu o poder público de uma das cidades que mais recebem royalties da indústria do petróleo no Brasil. A

expectativa das pessoas ligadas a movimentos ambientais era grande, pois pela primeira vez um candidato trazia em sua campanha algum tipo de discurso ambiental.

Nesta primeira reunião participei como pesquisadora e observadora, mas também como funcionária da Secretaria Municipal de Ambiente, buscando me inteirar acerca desse processo, o da chamada gestão participativa através do Conselho Gestor. Ao chegar ao local, um pequeno estabelecimento da prefeitura, já mencionado, observei um aglomerado de pessoas conversando na rua em frente, como que esperando começar a reunião. Muitos fizeram questão de falar e congratular os secretários do governo que chegaram com uns 30 minutos de atraso. A reunião ocorreu num auditório apertado e estruturalmente mal projetado, isto é, cheio de colunas que impedem a visão da mesa e da projeção de slides na parede. Todos os acentos estavam ocupados e havia pessoas em pé. A reunião e a pauta foram organizadas pelo então ‘chefe da APA’, ex-secretário de ambiente (ex-presidente do SANAPA) por um período de aproximadamente oito meses, no ano anterior à posse do prefeito atual.

No geral, foram feitas explanações acerca dos planos do novo governo, da aprovação do calendário de reuniões para aquele ano, a leitura e aprovação da ata da reunião anterior (2012), e a apresentação da dissertação de mestrado do Jorge Amaro, no momento atuando também como coordenador de geoprocessamento da SEMA, e que teve o Sana como campo de estudo. Sua dissertação falava sobre a identificação de áreas prioritárias para conservação e recuperação ambiental na APA, com uso de geoprocessamento¹¹. Ela foi bem recebida com aplausos pelos presentes, havendo falas que reforçavam a necessidade de conservação de certas áreas e a importância ecológica delas. Jorge Amaro coloca que uma das metas para a SEMA nesta gestão é a revisão e atualização do Plano de Manejo e Zoneamento da APA, reforçando a importância desse documento para a regularização dos usos dos recursos e ocupação do solo em todo território do Sana.

Nesse momento, o funcionário da SEMA reforça a necessidade de corrigir a lei que regulamenta as atividades na UC, levando em consideração seus usos sociais e o estudo de áreas prioritárias para sua conservação e recuperação. Apresentou em sua pesquisa que os limites cartográficos da APA e da Bacia do Rio Sana estão incorretos e devem ser revisados pelos gestores dos órgãos responsáveis (JERONYMO, 2012).

¹¹ Metodologia digital que utiliza fotos de alta resolução tiradas por satélites, para avaliar variáveis geográficas e ambientais. Utilizada em muitos órgãos ambientais para monitoramento de áreas florestais em risco de desmatamento, por exemplo.

Conselheiros da sociedade civil que participaram da construção do Plano de Manejo defendem o documento, sabem que há falhas técnicas e da necessidade da sua revisão, mas afirmam que há coerência e é possível também trabalhar com o que se tem.

Outro setor da prefeitura, ligado à gestão ambiental, que frequentemente esteve presente em todas as reuniões que frequentei, foi à ESANE, empresa pública responsável pela distribuição de água e esgotamento sanitário. A água é um assunto recorrente e que levanta polêmica em diversas questões no Sana: a ocupação de casas e pastos à beira-rio, o lançamento de esgotos *in natura* nos córregos e o uso das cachoeiras por um grande número de turistas compromete a qualidade da água. A importância deste recurso é vital e não é necessário discorrer aqui suas relevâncias para o ecossistema, biodiversidade e sociedade.

Em entrevista semiestruturada informal com Nilo, camponês nativo e morador no Vale do Peito do Pombo, ele afirma: “Minha vontade é distribuir folhetos e divulgar no Sana toda a verdade para os turistas. Que esse pessoal rasga a terra com pastos, cagando na água que os turistas bebem e tomam banho”. Ele fala com tom de revolta, pois há muitos anos os moradores reclamam da gestão da água e não veem grandes intervenções do poder público nessas situações.

Ao tratar do assunto ‘água’ no conselho, representantes da ESANE apresentaram um estudo sobre novas captações em dois mananciais. Os moradores do Sana já são acostumados a coletarem água direto da nascente, e as casas mais centrais estão ligadas à uma rede de captação feita pelos próprios moradores, há mais de 20 anos. Hoje, com a intervenção da ESANE, a água deve ser clorada por exigência legal¹², e isso desagrade algumas pessoas. Victor, morador do arraial, ao pedir a palavra, coloca: “O Sana é conhecido pela abundância e qualidade da água que vem da fonte mais pura, que é a montanha. Gostaria que houvesse uma alternativa para a captação da água, onde não houvesse adição de cloro”. Sobre o mesmo assunto, Leila, moradora e dona de pousada, afirma: “o cheiro de cloro na água está horrível. Na minha casa coloquei um pano para sanar um ponto de vazamento e o pano até rasgou. Sinto o cheiro do cloro apenas ao abrir a torneira”. A funcionária da ESANE estranha os comentários, e afirma que o volume de cloro na água está no nível mínimo recomendado pela legislação. Então, o secretário de ambiente sugere que na próxima reunião o coordenador de recursos hídricos da SEMA faça uma apresentação para esclarecimento das dúvidas.

Ao falar do funcionamento ideal da ETA (estação de tratamento de água), com captação, tratamento e distribuição da água, o presidente da ESANE fala da possibilidade de

¹² RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005

se cobrar uma taxa para este serviço. Nesse momento, muitos se exaltam na plenária em discordância, pois alegam não querer água clorada e nem pagar por um sistema de captação que foi inicialmente construído por pessoas da comunidade e em terras particulares. O presidente do SANAPA afirma que para fazer uso direto da nascente é necessário fazer o pedido de outorga de direito de uso da água¹³. O Presidente da ESANE fala do planejamento para desapropriações em áreas de nascentes para novas redes de distribuição de água e sugere ‘detonar’ a antiga rede construída pela comunidade, gerando revolta e exaltação da plenária. Júlio, presidente da Associação da Agricultura, expressa indignação e fala com agressividade: “vai detonar é o cacete, você tá maluco? ”. Após décadas de negligência do poder público quanto à devida administração dos recursos do Sana, a recente intenção mexer no que já está estabelecido alterando os modos de proceder gera incômodo e, como observado por Teixeira, existe aí uma descontinuidade entre os domínios da cidadania e da política.

Sobre o tratamento do esgoto, a ESANE informou que conseguiu recursos do Ministério das Cidades para a instalação de novas ETE (estação de tratamento de esgoto), e que existe um plano para reutilizar a antiga ETE. Os moradores que tem rede de coleta próxima às suas casas têm a obrigação de providenciar a ligação do esgoto da sua casa até a rede de coleta, inativando sua antiga fossa-filtro sumidouro. Adriano, dono de pousada, questiona a estética da estação. Ele argumenta que se deve tomar o cuidado com a poluição visual, num ambiente aonde “turistas vão para contemplar a natureza”. Elizabeth interrompe e fala bem alto no fundo do auditório: “E o cheiro de merda? ”, se referindo à antiga ETE que apresentava mau cheiro em áreas de grande circulação de pessoas.

Ressalto aqui que, por uma exigência legal, as casas devem se ligar à rede de esgoto. A prefeitura nesse caso ofereceu a mão de obra, sem obrigação legal de fazê-lo, e divulgou pelo distrito que estaria fazendo a ligação das casas nas áreas onde é possível ligá-las à rede. A adesão foi mínima, isto é, poucos moradores se candidataram para tal ação, que resolveria em parte o problema do saneamento do recurso água.

O presidente da Associação Olho d’Água afirmou que a comunidade da parte alta não quer a transferência da antiga ETE do arraial, isto é, a reutilização dela, que sempre foi alvo de críticas por diversos motivos, como mau cheiro e desativação quando havia queda de eletricidade no arraial. Solicitaram então outro sistema de fossa-filtro sumidouro. Os técnicos da ESANE não entendem a decisão, por considerá-la retrógrada. Durante essas reuniões, foi frequente o fato de em seus últimos minutos as pessoas exaltarem-se, reclamando. Como elas

¹³ Instrumento jurídico através do qual o Poder Público autoriza, concede ou permite o uso deste bem público.

eram longas, algumas chegando a durar até 4 horas, ao final delas muitas vezes o salão estava esvaziado, e sem quórum para votações.

A questão do esgotamento no Sana muito interessa aos conselheiros do SANAPA, e aparentemente eles não confiam nas propostas da prefeitura. Adriano fala: “Nós somos traumatizados, pois fomos muito enrolados [pela prefeitura]”.

O controle da área das cachoeiras e o abuso do uso turístico é uma questão que levanta debates entre os moradores desde o tempo do processo de criação da APA. Em 2010, o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social (COMMADS) aprovou uma resolução que se baseou numa tese de doutorado e limita o trânsito de 400 pessoas *por vez* nas cachoeiras. Tecnicamente, o estudo resultou numa definição de 400 pessoas *por dia*, mas na resolução define-se esse número *por vez*, o que gera polêmica entre moradores do Sana. Eles afirmam que há trânsito muito acima desse número nas trilhas das cachoeiras e que isso causa desordem e degradação das trilhas e da qualidade da água. A resolução também proíbe bebidas alcólicas, animais de estimação, atividades como: prática de esportes, uso de motocicletas, camping e fogo. De fato, o número de visitantes nas cachoeiras é muito alto, a Secretaria de Ambiente faz controle através de um livro de visitas, e os dados revelam um número de aproximadamente 16.500 pessoas apenas para o mês de fevereiro do ano de 2015, ou seja quase 550 por dia.

O discurso de se fazer valer a resolução está sempre presente. Principalmente para João Carlos, fundador da ONG Associação proteção das florestas (da qual não é mais membro), atual diretor-executivo da ONG Gaia, integrante do Comitê de Bacias Hidrográficas Macaé/Ostras e secretário geral do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social (COMMADS). Este homem de meia idade considera-se um militante das questões ambientais e de ordenamento turístico no local. Passou a morar e atuar no Sana no início dos anos 90, quando buscou capacitar-se para formar associações através de organização não governamental. Segundo o mesmo, na luta para implementar ações conservacionistas, desenvolvendo projetos de educação ambiental e voltados ao turismo, foi necessário tentar ‘convencer’ os proprietários de terra a aceitar tais ações: “eles pensavam que a gente queria tomar conta de tudo, e não era bem assim” (Revista *Visão-Socioambiental*, n.44, p.19). Ele sempre coloca o descumprimento da resolução como uma das maiores falhas do poder público na administração do Sana, pois o que atrai turistas, emprego e renda para o distrito são as cachoeiras, e a sua opinião é de que essa área deve ser desapropriada e criada outra UC com uso mais restritivo. Legalmente, o poder público deve fazer o possível para

atender à resolução. Mas há uma tensão entre proprietários, prefeitura e alguns “militantes” da ONG. A pretensão de administrar o espaço privado ameaça constranger os ‘donos’ do espaço, numa tentativa de apropriação do que é privado.

Em reunião do conselho, Matheus, um dos proprietários da área referida, ameaçou chamar a mídia para expor o descaso do poder público quanto à segurança dos visitantes. Afirma que repudia a presença da ONG em trabalhos voluntários dentro de sua propriedade, e acusa-os de ‘picaretagem’. Os proprietários reclamam do mau uso dessa passagem por turistas, que deixam lixo, fazem pichações nas pedras, consomem substâncias ilícitas e arrebatam as cercas, oferecendo riscos para o “turista familiar, que traz crianças e gera menos impacto”. Outra preocupação é atribuir a responsabilidade ao proprietário no caso de acidentes, como já ocorrido, incluindo óbitos.

Não há policiamento regular para barrar os turistas, quando o número deles nas cachoeiras chega a 400, para fazer valer a resolução. Monitores ambientais da prefeitura registram o número de pessoas que circulam na trilha que dá acesso às cachoeiras, através de um livro de visitas, retiraram lixo, ajudam em resgates, orientam os turistas para tomarem cuidado, pois o terreno é acidentado, cheio de pedras e também tem o risco de cabeças d’água nos períodos chuvosos. A população demanda, nesse caso, o monitoramento mais rígido nesse local, e que tenda à resolução.

Gluckman, citando Seagle, afirma que a ‘dívida’, como obrigação concedida a termos de propriedade, pode ter predominado no direito europeu antigo, sendo inclusive associada à concepção de que um devedor negligente é classificado como malfeitor. Observa a ligação entre contrato antigo e ofensa de um lado, e propriedade e ideias de dívida do outro. O autor busca descrever as leis referentes a transações e ofensas entre os Barotse, acreditando ser esta a estrutura geral de todo direito tribal. Afirma ser possível falar de qualquer sistema de obrigações em termos de dívida, se se tomar como ponto de partida o uso dos conceitos de ‘dever’ e ser ou estar ‘endividado’.

O autor levanta questão sobre qual seria a diferença entre a dívida no conceito tribal e o fato de que qualquer obrigação estabelece um estado de endividamento. Portanto, comparando suas análises com as de Leach, afirma que tribos geograficamente e culturalmente distantes dos Barotse teriam a mesma ideia de dívida presente no direito. Coloca que, em geral, o antropólogo descreve uma estrutura social em termos de obrigações entre pessoas e posição social distintas. Questiona então porque essas relações são encobertas pela ideia de dívida, em geral num sentido material e define o significado de dívida numa

sociedade tribal como a “importância de pagamentos particulares, de dívidas, tanto para saldar dívidas existentes quanto para reparar ofensas” (p.35), isto é, a vinculação entre relações de status e elementos específicos de propriedades.

O autor ainda levanta a questão da possibilidade de se comparar sistemas legais diferentes e se isto for possível, em que linguagem e termos pode-se fazer isso sem distorcer os sistemas legais? Critica a abordagem de Leach e de Bohannan ao afirmarem que a ‘dívida’ é o conceito organizador de todas as relações, então afirma que “a insistência na especificidade frequentemente obscurece problemas” (p.38). Acredita que Bohannan, ao tratar todos os eventos de controle social dos Tiv, cria uma barreira à análise sociológica e do direito como ciência, campo de conhecimento especializado. Então, apesar da ênfase no modo como os Tiv classificam as relações sociais pela ‘dívida’, Gluckman diz não estar claro o que essa noção envolve. Após analisar os estudos de Bohannan o autor argumenta que os Tiv parecem “acentuar a base de propriedade nas relações de parentesco e afinidade, e calcular recompensa por faltas nessas relações e ofensas por parte de um estranho” (p.46).

Argumenta que um primeiro passo para análise é a descrição de um sistema de folk de ideias legais, isto é, as ideias legais de um povo descritas com precisão. A partir daí, “deve-se tentar relacionar as particularidades de um sistema de folk aos outros elementos do sistema social” (p.46), comparando conjuntos de ideias legais em sociedades diferentes.

Preocupando-se em explicar a ideia de ‘dívida’ em sociedades dominadas pelo status, conclui que o desejo em se apelar ao juízo na tentativa de resolver conflitos está ligado ao fato de aplicar o direito de modo que os litigantes possam continuar convivendo e que suas relações, como conjunto de obrigações, possam perdurar. Para que esse objetivo seja atingido, o juízo deve então avaliar eticamente o comportamento mútuo, apoiando os que “agiram bem” e repreendendo os que “agiram mal”. Porém, não há um julgamento da moral, a tentativa é de reconciliação do direito com a justiça, limitada pelo sistema legal que o juízo deve aplicar.

O caso dos Barotse, segundo Gluckman, deixa claro que suas leis são imprecisamente formuladas, o aspecto moral é constantemente confundido com questões legais, então afirma que “os direitos de um homem ao que é lhe devido legalmente depende de que ele cumpra honestamente com suas obrigações morais” (p.53), deixando claro que existe um paradoxo no fato de que a ênfase na moralidade, numa sociedade tribal de bens limitados, acentue o resgate material de obrigações e torne um dano o não-cumprimento desse resgate. O Direito das Pessoas e o Direito da Propriedade são então confundidos, não de forma que a propriedade

pareça ser um apêndice social, mas que estas relações de status e propriedade são atributos fundamentais umas das outras. O autor argumenta que no sistema de propriedade Barotse os direitos sobre a terra, coisas, títulos e pessoas são inerentes às posições sociais, ligadas em arranjos complexos. Portanto, a propriedade é um nexos essencial às relações sociais.

Gluckman sugere que ao se analisar qualquer sistema legal tribal seja verificado que cada doutrina tem suas próprias influências da predominância da organização social em torno de relações de status fixas, permanentes e múltiplas, influenciando as ideias de poderes constitucionais.

Concluí afirmando que a complexidade do uso de terminologias das ciências do direito está na definição de posições sociais e de diferentes tipos de propriedade, “o Direito das Pessoas, o Direito das Coisas e o Direito das Obrigações estão estreitamente envolvidos uns nos outros” (p.56). A posse de obrigações por parte de outros expressa em demanda sobre bens materiais, desempenha um papel dominante no direito, então citando Maine afirma que “os contratos são as concepções de dano e ofensa, obrigação e dívida e responsabilidade” (p.56).

As leis de um lugar, mesmo que através de costumes pouco organizados, e fora de qualquer preocupação em leis inscritas em códigos especiais, são pouco ou nada eficazes quando outros agentes sociais chegam, como no caso do uso livre da água, abordado anteriormente. Isso abala com relações locais, forçando os moradores a tomarem alguma posição, e procurarem, por constrangimento das autoridades do estado, a se informarem das leis que serão empregadas, bem como se sua obediência será fiscalizada. De um ambiente de camaradagem relativa, passa-se à perspectiva de vigilância impessoal, exercida por agentes públicos fiscais que podem não estar nada ligados à cultura local. São pessoas selecionadas por critérios outros que não os legitimados por moradores, pessoas que ocupam cargos por terem feito concursos públicos, ou indicações políticas.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social (COMMADS) criou, em 2013, uma Câmara Técnica, ou grupo de trabalho, para gerar dados sobre o Vale do Peito de Pombo, uma das áreas mais polêmicas, por se tratar da região principal de atração turística, definida por alguns de ‘cartão postal do Sana’, e segundo Jeronimo (2012, p.57) uma área com altíssima prioridade para conservação e recuperação florestal. A câmara reuniu alguns proprietários da área para esclarecer questões como zoneamento, atividades permitidas e proibidas, bem como o monitoramento das cachoeiras e trilhas. Ocorreram cinco reuniões. A última delas movimentou o maior número de moradores e proprietários, e também contou

com a presença do secretário de ambiente, logo presidente do COMMADS e do Conselho Gestor e o presidente da Fundação de Esporte e Turismo de Macaé (FESPORTUR), fundação da prefeitura responsável pela realização de eventos e turismo.

O local da reunião era o Bar do Mário, o último bar/restaurante no caminho que leva às cachoeiras, principal atrativo turístico. Este bar tem um pátio amplo e também é uma das primeiras propriedades do Vale do Peito de Pombo. Como era uma terça-feira de manhã, não havia movimento turístico no local. As cadeiras estavam organizadas em forma de auditório, e à frente havia uma mesa onde sentaram os representantes do governo que presidiram a reunião.

Muitos chegaram pontualmente, vestiam roupas habituais simples e confortáveis: moletons, calças jeans, tênis ou chinelos. Estavam presentes arrendatários, moradores, donos de terras do Vale e de outras localidades da APA. A maioria estava pela primeira vez participando da câmara técnica, que já havia se reunido quatro vezes desde a sua formação; alguns nem costumam frequentar as reuniões do Conselho da APA.

Havia um cesto cheio de laranjas kinkan que Nilo trouxe da sua terra. A presença dele era algo inesperado pela maioria dos presentes, e alguns agiam com surpresa ao vê-lo, posto que não costumasse estar presente nas reuniões e decisões políticas da APA. Nascido e criado no Sana, ele é um senhor de meia idade, mora sozinho numa região isolada do Vale, onde o acesso se faz por trilha, a pé ou de burro, não há energia elétrica, e nenhum estabelecimento comercial próximo à sua residência. Ele se define como “uma pessoa livre do sistema, protetor da floresta e dos animais”, pois o que ele “planta divide com eles e espanta os caçadores”. Afirmou, ainda, “produzir a maior parte de seu próprio alimento”, e desaprova a “destruição da natureza”. Ao me aproximar e falar com Nilo, ele me ofereceu as mini-laranjas, e lembrava-me de que eram livres de “veneno”, leia-se agrotóxicos, e que esse tipo de laranja se come com casca. De fato, elas eram muito doces.

Depois de alguns minutos de conversas paralelas entre os presentes, o secretário de ambiente deu início à reunião. Foi falado sobre a representatividade dos proprietários e moradores nas reuniões da câmara temática, pois segundo o secretário de ambiente “o uso dos recursos, a ocupação do solo e a proteção dessa área são questões importantes a se tratar”. Cerca de 10 pessoas participaram das quatro reuniões anteriores, por motivos ainda por mim desconhecidos, mas é possível supor que haja um clima de desânimo da população em geral em relação aos resultados que podem ocorrer do diálogo com representantes da prefeitura,

como já afirmado por Nilo. Apenas as pessoas mais ligadas ao Conselho Gestor da APA e às questões políticas do município frequentaram-nas.

Os moradores do Sana fizeram ponderações, mostrando que têm algumas ressalvas quanto aos imigrantes que hoje são considerados “moradores antigos”, a quem Gaspar denominou como neo-rurais em sua tese (p.36). Isso me leva a concluir que mesmo após mais de 30 anos de convivência entre *nativos* e *imigrantes*, ainda há ressentimentos da ‘descaracterização original’ ou ‘reconfiguração’ do local. Avalio que tal situação seja fruto em parte da modificação de tradições de manejo das propriedades, alteração da paisagem e do uso dos recursos naturais locais, e da forma burocratizada de reivindicação das leis através de denúncias, motivos que despertaram o meu interesse inicial por fazer essa pesquisa.

Prosseguindo a reunião, o secretário salientou as ações da SEMA no Sana e falou sobre possíveis planejamentos para o Vale do Peito do Pombo (PDP), afirmando que as decisões da secretaria seriam tomadas somente após ouvir os proprietários. Afirmou, ainda, ter duas formas para lidar com a situação no Vale:

“ (a) instrumentalizar os proprietários para a melhor gestão das suas terras seguindo as leis e regulamentações ambientais, lembrando que o Vale PDP está inserido na bacia hidrográfica do Rio Peito do Pombo e está incluído no zoneamento da APA como área de preservação da vida silvestre e área de conservação da vida silvestre – categoria restritiva para o uso dos recursos e ocupação do solo; (b) fazer a desapropriação das terras e que a gestão seja pública. ”

Terminou sua fala dizendo: “Estamos aqui para discutir problemas, não há receita pronta para a solução dos problemas do Vale do Peito do Pombo”.

O então chefe da APA abre o novo assunto: o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA¹⁴). A SEMA impulsionou uma iniciativa burocrática para que haja o pagamento dos serviços ambientais para quem preserva recursos hídricos, através da manutenção das áreas de floresta nas nascentes. O valor a ser pago é determinado pela área protegida ha/ano. Para solicitar o PSA deve ser feito o licenciamento e geoprocessamento¹⁵ da propriedade para que sejam registradas Áreas de Proteção Permanentes¹⁶, e cálculo de nascentes. Para o secretário de ambiente essa é uma medida que tem a intenção de estimular os moradores a preservar

¹⁴ O PSA é uma proposta do governo federal que através de subsídio financeiro visa incentivar o proprietário que conserva nascentes, parcelas florestais e está com a Reserva Legal em dia na sua propriedade.

¹⁵ Definição dos limites cartográficos e concessão de licença que autorize os usos da área.

¹⁶ Segundo o Código Florestal Lei Nº 12.651: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

suas matas e nascentes, pois, havendo uma recompensa financeira, é mais provável que a medida tenha uma boa aceitação, “determina-se assim o valor de uma floresta em pé”.

Guilherme Sardemberg explicou a finalidade da Lei do Pousio¹⁷ e informou que ela ajudará os produtores a garantirem o plantio em suas terras sem medo de serem punidos por estarem infringindo a legislação ambiental. Ela permitirá que o produtor faça licenciamento da sua área de plantio, e que poderá deixar a capoeira crescer, ou seja, ao fazer a rotação de culturas na sua propriedade, a porção da terra que estiver em ‘descanso’ pode se regenerar naturalmente. Esta prática agrícola é muito importante para a conservação do solo, pois ao deixar a vegetação crescer o solo não estará exposto ao sol e à chuva que podem empobrecer o estoque de nutrientes necessários para as culturas agrícolas e para a biodiversidade que coloniza este ‘ambiente’. Através da regulamentação, quando chegar o momento de utilizar esta área do terreno o produtor poderá fazer o corte sem que seja punido por ferir a Lei da Mata Atlântica.

O chefe da APA afirma que o PSA e a Lei do Pousio serão implantados ainda esse ano (2013), algo que, de fato, acabou não ocorrendo através da SEMA. Anuncia também que o projeto de lei do Pousio está pronto e atendeu ao pedido do Conselho da retirada da permissão de uso da capina química do projeto de lei, por ele avaliado como “uma grande vitória para a conservação dos solos e mananciais”.

Nesse momento, João Carlos, ainda representando a ONG Associação Proteção das Florestas, pede a palavra e explica detalhes sobre a discussão do PSA e Lei do Pousio, lembrando que muitas pessoas que estavam na reunião não estão a par das questões políticas ambientais discutidas nas reuniões do Conselho do Sana ou COMMADS. Fala que os assuntos devem ser tratados de forma mais didática para que todos possam entender o que se trata.

O chefe da APA informa que houve uma reunião com o secretário de ambiente de Trajano de Moraes, município que faz divisa com a APA do Sana, e que o circuito de Motocross será proibido nas trilhas. Mas logo pude ver polêmicas e dissonâncias na aplicação dessa fiscalização a costumes e necessidade locais. Sr. Lauro, morador do Sana e dono de terra no Vale, por exemplo, diz que “necessita da motocicleta para acessar sua terra”, e que “não faz o uso abusivo desta”. Pede para que haja uma “regulamentação do uso da moto nas trilhas”, como “algum tipo de cadastramento”. Nesse caso opta-se pela burocratização, pois

¹⁷ Lei que visa assegurar o produtor rural de fazer a rotação de culturas, deixando assim a vegetação crescer na entressafra para a recuperação da fertilidade do solo, e quando necessário o desbaste (Máximo 5 anos) do local para retomar o cultivo, o produtor tem a garantia de que não será multado pela infração da Lei da Mata Atlântica.

acessar sua terra a pé atrasaria o seu trabalho. É digno de nota que é legalmente proibida a criação de gado no Vale do Peito do Pombo, por causa do zoneamento da APA, mas observei que a estratégia do poder público nesse momento era o de educação e articulação, por meio de implementação dos instrumentos de gestão ambiental como o PSA e a Lei do Pousio citados acima, e não de repressão e fiscalização.

Haroldo, proprietário e criador de gado no interior do Vale, diz que no seu pasto ele cria cerca de 100 a 200 bois, e que se houvesse outra fonte de renda reflorestaria sua terra. Por isso, o PSA seria importante para ele. Ele coloca que seus filhos usam motocicletas para acessar a fazenda, mas são poucas vezes ao mês.

Ronaldo frisa, com um tom de indireta para alguém da plenária, que deve-se educar os filhos a usar motocicletas, e que proibam o uso de motocicletas com canos de descarga furados. “As pessoas têm que entender que se elas acordam às cinco da manhã para ir para o trabalho não precisam acordar o resto das pessoas”. Falando sobre o barulho das motocicletas, alguns motociclistas alteram o escapamento do veículo para que este faça ruídos ainda mais altos, fazendo muito barulho, e do ponto de vista ambiental e ecológico o excesso de ruídos ameaça afugentar a fauna nativa, como aves, roedores, felinos etc.

De fato ocorre no Sana o uso abusivo das motocicletas, menores de idade as pilotam e circulam pelo pequeno arraial em alta velocidade e acessam as cachoeiras. O coordenador da base operacional da SEMA no Sana afirma tentar impedir a entrada dos mesmos nas áreas restritas, as quais o acesso às terras é feito a pé ou com animal, por meio de conversas e advertências, pois não tem poder policial ou fiscal para de fato impedi-los. Essa “mudança de hábito incomoda os mais velhos e mais tradicionais”, bem como os ambientalistas e o até então secretário, ou seja, todos envolvidos.

O Sana é apenas mais um cenário de atuação, dentre tantos outros, das autoridades. Elas escutam pessoas que possam ser entendidas no âmbito da burocracia, linguagem através da qual aquelas classificam os usos dos recursos naturais. Assim há uma série de negociações e conversas em andamento. Nesse processo, as posições das pessoas podem mudar, serem renovadas, reavaliadas, ou mesmo radicalizadas. Há momentos de maior, e outros de menor entendimento entre elas. O que busco apontar, através de alguns autores das Ciências Sociais, é como está ocorrendo a mudança dos entendimentos dos usos dos recursos da natureza no Sana, através de quais caminhos, quais agentes sociais, e quais valores morais estão sendo acionados para que as pessoas justifiquem seus pontos de vista.

3.4 Os “ambientalistas” no Sana: protetores de qual tipo de natureza?

Bohannam chamou de ‘sistemas de *folk*’ as ideias de um povo descritas com precisão. Nele inspirada descreverei a parte principal do sistema de *folk* do grupo social que aqui intitulei como ‘ambientalistas’, aqueles que ‘zelam pela proteção da natureza’ e os “nativos tradicionais”, os que manejam recursos em suas propriedades com métodos tradicionais adquiridos através de gerações, ou não, mas que não têm conhecimento de seus direitos legais nos usos da ‘natureza’.

São classificadas como degradação ambiental e infrações legais as modificações no território ou curso hídrico que podem gerar alguma ameaça ao ecossistema e à biodiversidade local, ou à salubridade do ambiente que os cerca, oferecendo riscos para a população. As formas de encaminhamento burocrático dessas infrações são através de denúncias ao órgão ambiental fiscalizador (SEMA). Esses passivos ambientais que geram multas podem ser comparados às classificações de dívidas, como descrito por Bohannam (1957) na sociedade *Tiv*, posto que, em geral, nosso sistema legal ocidental tende a classificá-las em diversas categorias.

Há nativos tradicionais que fazem manejo de suas terras, visto como inadequados pelos ambientalistas e pelo poder público. Retirada de madeira da floresta, desvio de curso hídrico, fogo para a capina, monoculturas, são exemplos de manejo utilizados pela população mais rural do distrito. Um tropeiro, depois de questionado do porquê de sua área de pasto ser tão grande em relação à quantidade de bois, afirmou, demonstrando irritação com a pergunta, que os “animais [dele] precisam comer” e que “no Sana tem bastante floresta e o [seu] pasto não causa impacto nenhum”. Esse senhor, de mais de 70 anos de idade, mora no arraial do Sana e frequentemente sobe de burro ao Vale para manejar o pasto. Afirma que é analfabeto e que o que ele sabe fazer é criar bois e fazer frete. Graças a seu trabalho como tropeiro grande parte do escoamento da banana cultivada no Vale chegou, e ainda chegam, ao seu destino comercial, bem como foram construídas ou reformadas as casas dos primeiros imigrantes da década de 70 e 80.

Existe uma base legal que define os usos dos recursos em âmbito federal como o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica. Essas leis buscam assegurar o uso dos recursos florestais extremamente necessárias na tentativa da manutenção das funções ecológicas dos ambientes naturais. O Código Florestal de 68 foi modificado por força política daqueles que lideravam a bancada ruralista no Congresso Nacional, reduzindo as áreas de preservação permanente (APP) e anistiando os que infringiram esta lei até 2008. O novo Código Florestal

foi sancionado em 2012. Esta medida recebeu muitas críticas de ambientalistas e da comunidade científica, que de diversas formas expressou o descontentamento com a diminuição da proteção das florestas. As APPs são áreas estratégicas para a conservação de nascentes e cursos d'água, bem como de áreas íngremes, topos de morro, dentre outras.

Nessa rede de acusações de infrações à natureza, a partir das legislações vigentes, a fiscal da SEMA afirmou que a maior parte dos autos de infração na APA do Sana estão relacionados à desmatamento e construções em APP, uso de agrotóxicos e corte de árvores. Ela alega que muitos sabem que não é permitido e mesmo assim descumprem a lei. Outro ponto dessa rede que comecei a depurar e avaliar mostra como a legitimação ou não de ações dos moradores tradicionais por meio de processos administrativos é encarada como fato limitador de sua maneira de compreender “a natureza” e os “usos” que dela até então fazem ou faziam ou vêm deixando de fazer. Frequentemente, enfrentam-se processos de acusações na região sobre o mau uso dos recursos naturais, classificados como atitudes transgressoras da lei – em alguns casos absolutamente desconhecida por parte dos acusados. Comportamentos que até os dias atuais são entendidos pelos moradores como parte de seu mundo corriqueiro, como a prática do pasto, da queima de vegetação para o mesmo e da caça, passou a ser instrumento de regulação legal.

No próximo capítulo, mostrarei como o que venho relatando aparece como referencial na memória dos agentes sociais envolvidos nas disputas pelos modos mais legítimos de usos dos recursos naturais, principalmente os imigrantes que moram há mais tempo no Sana. Na medida em que as pessoas falavam disso cotidianamente, sem necessariamente serem provocadas por minhas questões, avalei que havia no lugar o uso de narrativas de longa duração de trajetórias pessoas para legitimar as opiniões dos agentes envolvidos. E, nesse sentido, pode-se observar mais detidamente, só que de forma diluída no cotidiano das pessoas, em situações não formais de conflito, como as reuniões, os elementos culturais acerca da compreensão dos direitos sobre a natureza, avaliados por Gluckman como algo central nas pesquisas. É possível que esse quadro venha a confundir um uso mais ortodoxo dos apontamentos de Bohannan, uma vez que mostre as dissonâncias das percepções dos moradores acerca do processo de legalização daquilo que eles não veem como sendo legítimo nos usos da natureza.

Assim, mesmo entendendo as diferenças entre as propostas desses dois autores ao fazer estudos sobre usos sociais do direito, e de seus entendimentos, minha pesquisa necessita de uma compreensão complementar entre eles. Tanto é necessário entender das leis oficiais

mais gerais, mesmo que sem submetê-la ao surgimento do direito romano, sem cair em supostas universalizações de seus usos, como também é preciso buscar as compreensões dos envolvidos, sua cultura de folk, para localizar nas relações sociais em que ponto há concordância e discordância entre os envolvidos no processo de judicialização dos usos dos recursos naturais no Sana.

4. CAPÍTULO 3 - CAMINHOS DA MEMÓRIA NO SANA

4.1 Estratégias narrativas e sentidos acerca dos recursos da natureza

Após dois anos frequentando as reuniões do Conselho Gestor da APA do Sana e participando, mesmo que indiretamente, da gestão da APA através da Secretaria de Ambiente posso afirmar que minha pesquisa aborda questões que estão em movimento na política do local, ainda indefinidas, em disputa, por se tratar de levantamento de dados do tempo presente, após a mudança de gestão política do município.

Primeiramente observei constantes rearticulações políticas entre os membros gestores do órgão ambiental responsável pelas tomadas de decisão acerca do uso dos recursos naturais no distrito. Num primeiro momento, no início de 2013 o recém Secretário de Ambiente estruturou o organograma do órgão uma Coordenadoria da APA do Sana, onde estava alocado um gestor responsável pelos processos encaminhados à Secretaria de Ambiente ou ao Conselho Gestor. Em dezembro de 2013 este gestor já não estava mais lotado na Secretaria de Ambiente e passou a fazer parte de outro órgão do governo, por motivos que desconheço. A partir daí a Coordenadoria da APA do Sana foi extinta, a Subsecretária de Ambiente e então Coordenadora de Unidades de Conservação, setor que abrange a política e gestão de todas as áreas protegidas do município, bem como a criação de novas unidades, passou então a assumir as responsabilidades do antigo gestor em acúmulo de função com outros compromissos da subsecretaria, em conjunto com uma pequena equipe contendo 3 biólogos e 1 assistente administrativo. Em julho de 2014, outro Secretário de Ambiente assume o posto de gestor municipal alterando, dentro do órgão, os cargos de subsecretário e coordenadores. Em maio de 2015 o Subsecretário e então coordenador de Unidades de Conservação é exonerado de seu cargo, deixando a APA do Sana e outras unidades de conservação sem equipe estruturada até hoje (jun./2015).

Estas modificações na estrutura do Poder Executivo ambiental do município mostram claramente uma descontinuidade nos modos de proceder, afetando a forma com que as unidades de conservação do município, e em particular a APA do Sana, aplicam políticas de conservação dos recursos e da biodiversidade. Esse fator pode também justificar inconstâncias no trabalho do Conselho Gestor, pois a cada mudança de cargo a relação da presidência (ou representante desta) do conselho com o mesmo passa a ser diferenciada, bem como o grau de importância com que as questões são tratadas.

Durante todo este período acompanhei diferentes discussões e objetivos dentro das reuniões do Conselho. Estas pautas pré-definidas perpassam por questões acerca do ordenamento turístico, uso e parcelamento irregular do território, gestão de água, esgoto, regularização do conselho, entre outras. Mas outras questões foram constantemente abordadas mesmo fora de pauta oficial como por exemplo a revitalização do Portal do Sana, ou realização da festa anual do distrito. Em diversas reuniões representantes de algumas cadeiras destinadas aos órgãos públicos faltaram ou foram substituídos, havendo também descontinuidade na representação governamental dentro do conselho. No caso das representações de entidades civis, a maioria esteve presente na grande parte das reuniões que frequentei.

A ferramenta de gestão participativa em unidades de conservação é o Conselho Gestor, que visa garantir a integração da comunidade local com a gestão dos recursos e da unidade como um todo através do Plano de Manejo. Porém o processo de gestão de uma UC não pode nem deve estar desvinculado de um processo maior de desenvolvimento da região onde está UC está inserida, para que esta não se torne uma ilha inadequada à sua realidade, ainda mais se tratando de uma UC de uso sustentável, conforme vimos no primeiro capítulo, permite atividades econômicas e propriedades particulares. As ferramentas legais de gestão ambiental visam garantir os ‘direitos da natureza’ e suas disparidades devem ser discutidas com a população a fim de chegar a consensos que garantam o desenvolvimento socioambiental local. Para entender os processos de conservação ou não da natureza no meu campo, foi essencial desenvolver nesta pesquisa um olhar direcionado aos processos sociais através da antropologia, ao invés de focar em métodos da biologia da conservação, para a qual fui instrumentalizada na graduação, dado que o maior agente de mudança no ambiente, em curto prazo, é o homem.

Ao descrever o meu campo no primeiro capítulo, pontuei o quão extenso é o território da APA do Sana e que existem cantões de difícil acesso, ou seja, sem estradas e energia elétrica para toda a população. Demostrei com base nos estudos de Jeronymo (2012) que os limites cartográficos da APA estão incorretos no seu principal instrumento de gestão, o Plano de Manejo, e que existem habitantes que sequer sabem que suas propriedades estão inseridas no distrito, ou seja, numa área ‘protegida’. Fica em aberto a questão de existir real representatividade da ‘comunidade’ do Sana na gestão da APA.

O funcionamento adequado do conselho deveria se dar através do trabalho do mesmo em fazer valer o Plano de Manejo. Já está previsto no próprio plano, como também estava no

plano de governo do ex-secretário de ambiente Guilherme Sardemberg, a revisão do documento, visando levantar dados mais específicos dos aspectos biológicos, físicos e geográficos, bem como a respeito da população do distrito, com objetivos de adequar os programas sugeridos no documento à realidade local e política do município. Também fazia parte do plano de ação da SEMA, em 2013, a formação de conselheiros, com objetivos de capacitar a comunidade a organizar-se em associações e participar das reuniões. Embora o planejamento tenha sido adequado ao que se refere em instrumentalizar a APA para sua gestão, trâmites burocráticos atrasaram e impediram a contratação de mão-de-obra capacitada para realizar tais propostas.

Para fazer valer de fato a legislação ambiental, que ao ser introduzida num ambiente rural tem a intenção de mudar as práticas tradicionais consideradas impactantes e assim assegurar a conservação dos recursos, é necessário instrumentalizar os usuários destes recursos, de forma que eles possam sentir-se amparados pelo Estado para adequar suas atividades à nova realidade e também para participarem efetivamente do processo de gestão. É possível perceber nesse quadro evidências que apontam para uma difícil mudança de mentalidade e de práticas administrativas acerca dos recursos naturais para todos os agentes sociais envolvidos na região, cada qual com seus interesses.

Rejane Silva (2014) em sua pesquisa etnográfica sobre o campo das iogas destacou pontos que convergem com o movimento Nova Era surgido nos anos 70, dentre eles a busca por conhecimentos diferentes dos produzidos em sociedades urbanas ocidentais ao questionar valores vigentes na época. Avalio que isso seja semelhante com os interesses de muitos dos agentes sociais que passaram a viver no Sana durante o mesmo período, inclusive com os interesses daqueles que ainda migram para a APA em busca de “viver uma vida menos urbana, com mais saúde e contato com a natureza”.

Os anseios de uma juventude em busca da “*visão transformadora de si e do mundo para além dos limites de qualquer cultura particular, sistema político e religioso*” (AMARAL, 2000, *apud* SILVA, 2014, p.86) permeou a vida de muitas pessoas no Brasil e no mundo nos anos 60 e 70, também caracterizando o movimento Hippie. Ainda citando Amaral, Silva destaca que a Nova Era inclui diversos discursos que se misturam como sincretismos, e usa como exemplo dos discursos de contracultura, propostas de comunidades alternativas, de autodesenvolvimento, discursos ecológicos de sacralização da natureza, dentre outros. Esses anseios permaneceram ao longo das gerações e ainda hoje encontramos esses discursos e o movimento das pessoas atraídas por eles. Esta característica é notável principalmente em

áreas rurais e turísticas, de demasiada beleza cênica natural, como é o caso do Sana, Visconde do Mauá/RJ, São Thomé das Letras/MG, Chapada Diamantina/BA.

As ideias de consciência ecológica, vida sustentável, medicina alternativa, artes, ecoturismo e espiritualidade estão presentes, pelo menos em parte, nos agentes sociais que buscaram no Sana um local ideal para viver e constituir família. Há relatos de que frequentemente são encontradas oferendas às divindades nas matas e beiras de rio, como flores, velas, vinho. Também existem pessoas ligadas a religiões do Santo Daime, Umbanda, Católica, Evangélicas e Rastafari. Para Silva o rearranjo de elementos culturais traz a possibilidade de fazer combinações que geram diversidade.

As características destes agentes sociais que se expressam de diversas formas como a maneira de se vestirem, dietas, estilo de vida ou mesmo como se expressam artisticamente, tem o efeito de atrair visitantes que buscam os mesmos ideais, ou que os admiram. Já moradores que se definem como nativos, em sua maioria não se enquadram nestes perfis, a não ser pelo fato da religiosidade, a qual é muito presente principalmente naqueles mais velhos. Em geral estes assumem uma personalidade mais rural, sem grandes ambições relativas aos estilos de vida, mas que lutam para manter suas formas tradicionais de manejo dos recursos. Há também moradores nativos que influenciados por todos esses elementos passaram a modificar suas formas de ocupar e cultivar a terra. Paulo, agricultor do Vale do Peito de Pombo, afirma ter mudado as suas práticas de cultivo depois que conheceu a agroecologia e parou de utilizar insumos agrícolas. Esses cenários apontam diferentes de perspectivas sobre usos sociais da natureza em pouco espaço de tempo.

Parte da atual crise de recrudescimento das possíveis mudanças não está diretamente envolvida pelos costumes arraigados nas práticas da região. Algumas práticas estariam revelando estilos de vida e de moralidades sobre maneiras de concepção de usos de recursos naturais mais ligados às práticas Nova Era, isto para algumas pessoas que construíram suas formas de compreensão do mundo noutro tipo de relação conjunta com os recursos naturais.

Por outro lado, os agentes mais 'frios' que chegam com fórmulas burocráticas possuem outra perspectiva acerca dos usos dos recursos naturais que, muito embora encontrem um primeiro momento de tentativa de aproximação com os moradores e/ou proprietários locais com suas práticas, logo deixam de lado isso. Num segundo momento, portanto, até mesmo pelas temporalidades dos jogos políticos e as trocas de cargos como moeda, capital, sendo usada em vários níveis pelo prefeito e outras autoridades, até as federais, deixa-se de lado a possibilidade e as práticas, ainda muito frágeis, de diálogo e volta

tudo ao que era. As práticas de diálogo estavam em construção, negociação, por isso serem frágeis, sob novas regras em fase de construção. Isso está presente no artigo da Cláudia Teixeira que trabalhei no segundo capítulo, ou seja, a troca dos agentes sociais que participam disso só colabora para a interrupção dessa pedagogia dos novos entendimentos sobre usos de recursos naturais. Esta se caracteriza então na descontinuidade entre a esfera da cidadania e da política, com efeito nos limites e possibilidades de tradução dos valores entre uma experiência e outra.

A *modernização da agricultura*, no final dos anos 1960, com a absorção de crescentes de crédito agrícola, incorporação de “insumos modernos”, tecnificação e mecanização da produção, permitiu o aumento de produtividade de alimentos e matérias-primas para exportação e no mercado interno. Essa modernização também foi chamada de Revolução Verde, onde o aumento da produtividade através da tecnologia agrícola, sobre a promessa de ser uma resposta ao problema da fome no mundo, gerou problemas ambientais e de saúde que estão em evidência atualmente. Esta alteração das bases técnicas da agricultura e das relações ente produtor com a indústria de processamento de alimentos, modernizando o trabalho no campo, aconteceu sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, tendo efeitos negativos para a classe de trabalhadores rurais, como a concentração da propriedade, o aumento da taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, crescimento da taxa de auto exploração nas propriedades menores e a decadência da qualidade de vida da população trabalhadora do campo. No Sana esta realidade parece ter sido evitada, as atividades rurais que prosperaram no local foram criação de gado e cultivo de banana, a característica montanhosa da região e difícil acesso pode ter sido um dos fatores que atrasou a modernização e que ela chegasse neste nível na região. Porém também existem grandes latifundiários e o uso de insumos, também denominados ‘venenos’ por muitos produtores, apesar de ser proibido na APA, continua sendo aplicado e denunciado para o poder público.

Curiosamente, em se tratando do perfil mais comum da exploração latifundiária no Brasil, a modernização rural no Sana não ocorreu através da monocultura mecanizada para exportação. O que busquei demonstrar aqui são outras maneiras contemporâneas de o poder público legislar as terras, através dos mesmos mecanismos legais de parâmetros ambientais, os quais produziram incongruências tanto nas formas de conservar os recursos, como nas formas de prosperar em atividades rurais no local. Na retórica da conservação o Poder Público vem, de certa forma, investindo minimamente no lugar. Fiscalizações pontuais ‘castigam infratores’ mas ao mesmo tempo não educam, investimentos em infraestrutura e capacitações

para trabalho e renda no local são irrisórios, tanto no âmbito do ecoturismo e conservação, quanto no âmbito da agricultura sustentável.

O fato de não haver a tradição de latifundiários com exércitos armados privados ao seu dispor na região, ao contrário das áreas avaliadas por Sigaud (2005), mostra que o ambiente político local não foi constituído pela luta armada, com assassinos profissionais pagos para resolver disputas pelos usos da terra e da natureza, apesar de as disputas nem sempre terem ocorrido de forma pacífica. Assim, os confrontos ainda estão no plano do diálogo, mesmo que difícil e interrompido, e não levando em conta a eliminação física de algum oponente aos usos dos recursos naturais. Mesmo assim, não há, tal como no quadro avaliado por Sigaud (2005), bons entendimentos entre agentes do estado, empresários e moradores de tipos diversos.

Palmeira (1989) chama atenção para outros processos sociais desenvolvidos em meados do século passado e de certa forma articulados com a ‘modernização’, que contribuíram de forma autônoma para conformar o perfil atual do campo brasileiro e configurar os problemas sociais atuais, especialmente por meio das ‘configurações de interesse’ em posições antagônicas no espectro social, como por exemplo, os capitalistas e investidores do agronegócio. As motivações de investimento destas configurações de interesse na agricultura residem na perspectiva de aplicação financeira mais vantajosa dentro dos marcos de uma política econômica considerada a conjuntura do mercado. Já para os trabalhadores rurais trata-se de acabar com a articulação hierarquizada de interesses que se pensa abaixo do termo *agricultura*, investindo num projeto de classe e não um projeto de setor.

Entre 1940 e 1980 o percentual da distribuição espacial das populações rural e urbana invertera-se, caindo de aproximadamente 70% para 30% a população residente na zona rural e vice-versa (Palmeira, 1989). Na APA do Sana desde o fim da exploração econômica do café para mercados maiores observou-se um esvaziamento do campo. Em 1922 havia 3.722 habitantes no distrito, já em 2000 o censo demográfico do IBGE contabilizou uma população de 1.184 habitantes, 344 na área urbana e 840 na zona rural (COZZOLINO, p.59). Para Palmeira o que é notável no ‘êxodo rural’ dos tempos recentes é a “expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior de grandes domínios” (p. 89), esta expulsão refere-se às modificações nas relações trabalhistas no campo. Até os anos 1960, em geral, o trabalhador rural residia nas terras de patrões, numa forma de *contrato tradicional*, onde em troca de moradia e algum pagamento ele cuidava da terra e do gado/lavoura. A saída de migrantes das áreas rurais contribui para criar desequilíbrios nas estruturas sociais que

servem de suporte às atividades econômicas, com a expulsão sistemática de trabalhadores dos grandes domínios rurais e a inviabilização da pequena propriedade, em algumas áreas. Assim, são as próprias estruturas que são transformadas. A substituição de produtos agrícolas, especulação imobiliária e substituição da agricultura pela pecuária, são alguns exemplos citados pelo autor que estão diretamente vinculados com a ‘expulsão’ de moradores, agregados, posseiros e outros trabalhadores rurais em diversas áreas do País. No Sana não foi diferente, atividades como pecuária e as plantações de banana expandiram-se no local, e até hoje caracteriza grande parte das suas atividades rurais. Vale ressaltar que essas atividades são aquelas que empregam menos pessoas, onde as necessidades de recursos naturais como terra e água são grandes e o custo operacional com mão de obra é pequeno.

Certa vez, Nilo, contando a história de sua família no Sana, falou:

“Boa parte dessas terras eram do meu avô, ele tinha muita terra no Sana, o Alto da Glória era todo dele, tinha engenho de açúcar e vendia o café. Quando as pessoas começaram a ir embora daqui ele vendeu tudo por um preço muito baixo. Vendeu pra qualquer um. Hoje em dia, nenhum dos familiares conseguem comprar terra em outro lugar que tenha o mesmo valor que as terras aqui”.

Ao referir-se às pessoas que adquiriram suas terras por um valor muito baixo, ficou subentendido a forma como este homem observa a valorização da terra por aqueles que às compraram. Como se a compra por um preço baixo trouxesse para o Sana pessoas que não davam o mesmo valor à terra que seus antepassados. Havia também uma retórica de culpa, pois graças a essa venda realizada pelo seu antepassado, a área por ele referida hoje se tornou um local de conflito e ambientalmente degradada. Os valores de terras e imóveis no Sana hoje são altíssimos.

Para Palmeira o jogo entre diversas relações em disputa pelos usos da terra vai resultar no peso relativo de cada uma das categorias sociais que se articulam em torno das diferentes posições nos vários mercados que se estabelecem: mercado de trabalho, mercado de terras, mercado de produtos e ‘mercado político’. Trata-se do aparecimento de novas posições e personagens no campo de disputa, capazes de gerar novos interesses e produzir grupos que assumam os mesmos, mas que apenas existem porque diminuíram as distâncias entre esses diferentes universos e porque se estruturou num novo sistema de posições. Desta forma, no Sana a retórica de conservação do patrimônio natural se apresentou com interesses para além da ‘proteção da natureza’, onde surgiram grupos de interesses os quais atraem personagens ora para reivindicar a conservação e empregos associados a ela, ora para reivindicar os usos tradicionais da terra.

Não podemos deixar de observar que a ‘modernização’ foi um processo conduzido pelo Estado, mesmo que haja todo um discurso de que tais mudanças são atribuídas ao empresariado moderno urbano ou ao empresariado rural que se modernizou. Mas documentos governamentais e muitas análises de economistas e cientistas sociais tem a tendência em tratar o setor privado e o Estado como entidades alheias uma à outra, embora todos ressaltem o peso dos empresários na condução do Estado. Palmeira sugere que se procure indicar o que tem sido a ação do Estado no campo, analisar os meios os quais essa ação se tem dado e também explorar as suas implicações, porque é necessário então pensar o que a simples presença do Estado no campo tem significado, nos mais diversos lugares no Brasil.

A chegada do Estado no distrito do Sana deu-se basicamente com a criação da Área de Proteção Ambiental, pois, a partir daí, o distrito geograficamente isolado da cidade sede, Macaé, passou a sofrer fiscalizações, mesmo que deficientes na visão de alguns conselheiros, bem como a regulamentação legal dos usos das terras e dos recursos naturais. Mas a chegada do Estado ao distrito por si só pode não ter significado um controle eficiente dos usos de recursos e da terra e nem mesmo assegurado aos agentes sociais nativos uma alternativa às suas atividades agora proibidas.

Seu Davi, nascido no Sana e criador de gado numa área de preservação da vida silvestre (segundo o zoneamento), certa vez falou:

“esse pessoal novo que chegou aos poucos no Sana foi mudando a visão de muitos de nós sobre a natureza, hoje a gente sabe que não pode desmatar tudo. Se não fossem eles eu tinha botado pasto em tudo, mas sei que é bom também deixar arvores para os passarinhos, fica mais fresco. Mas vê só: eu não sei ler nem escrever, a única coisa que eu sei fazer é criar gado e carregar peso em tropa de burro, graças a Deus meus filhos estão em Macaé e trabalham embarcados. A vida aqui dá muito trabalho”.

Esse senhor apenas tem o conhecimento de que o Sana é uma Área de Proteção Ambiental, mas sequer sabe que existe um zoneamento, ou plano diretor, que restringe ainda mais o uso da terra para a criação de gado no local onde se localiza a sua propriedade. Algum agente do Estado criou meios de informá-lo e instruí-lo quanto à legalidade de sua atividade? E se de fato criou, esta instrução não chegou a ele, e se chegasse qual seria a sua alternativa? De que forma este homem asseguraria o seu trabalho e renda sem ferir a legislação? De que forma o Estado asseguraria os direitos da natureza sem criar um impacto socioambiental?

Palmeira adverte que questões como: “quem fez? ”, “a quem serviu? ”, “foi ou não cumprida? ” e “é ou não adequada à nossa realidade?”, são o grande obstáculo à percepção sociológica do fato novo: a legislação que passou a existir. Independentemente da efetivação

de políticas por ela possibilitadas, a nova lei passou a ter existência social e tornou-se referência capaz de permitir reordenamento das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades – assim como as associações, suas representações e o próprio conselho gestor.

Os pontos de interesse na abordagem de Palmeira ao tratar dos processos associados à modernização, questão agrária e Estado, convergem com minhas observações e levantamentos de campo na APA do Sana, pois retratam os processos sociais que conduziram alterações nos modos de se relacionar com a terra. Logo, os recursos naturais, sempre com a presença do Estado, estão ameaçados. Palmeira observou que as intervenções do Estado, oferecendo “vantagens” através da política de modernização, tiveram efeitos de beneficiamento aos latifundiários que atraía para o campo capitais de outros setores da economia, como grandes grupos econômicos e multinacionais, garantindo no mercado de terra não só uma reserva de dinheiro mas também uma possibilidade de acesso a outras formas de riqueza. Além disso, condicionou o mercado de terras a perpassar por dentro da máquina do Estado. Então, deixa de ser regulador externo do mercado e torna-se um dos agentes econômicos e, num âmbito mais amplo, possibilitou a alterações de esquemas de dominação preexistentes.

No caso do meu campo, a legislação reguladora das atividades, antes tradicionais, obriga os agentes sociais a se submeterem à máquina do Estado para assegurar os direitos aos seus usos dos recursos naturais. Essa modificação nos modos de proceder não garantiu necessariamente a conservação dos recursos e da biodiversidade no Sana, pois o Estado não agiu paralelamente às aplicações das leis criando formas de capacitar a população tradicional no sentido de aperfeiçoar suas práticas agrícolas sustentavelmente. Existem diversas maneiras de acessar os recursos naturais de forma a contribuir para a conservação. A agroecologia é uma delas, na qual é possível produzir alimento, gerar renda e favorecer a biodiversidade local.

4.2 A Forma Unidade de Conservação

Lygia Sigaud (2004) observou uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado, analisando as condições de possibilidades que fizeram das ocupações de terras na Zona da Mata Canavieira o método apropriado de reivindicar a reforma agrária. No Brasil nos últimos 30 anos esta forma foi a de ocupação de terras, de onde surgiram movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o movimento sindical e outras organizações no universo rural. Segundo a autora o

Estado tem conferido legitimidade ao movimento, desapropriando fazendas ocupadas e redistribuindo lotes.

A autora descreveu as formas de ocupar terras improdutivas nos engenhos de açúcar que se tornaram objeto de reivindicação da desapropriação. Os participantes da ocupação eram os pretendentes à redistribuição das terras. Observou ainda que havia um vocabulário próprio associado às ocupações e acampamentos e técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, como a organização espacial das barracas, regras de convivência, elementos simbólicos como a bandeira, por exemplo, revelando uma forte correlação entre a *forma acampamento* e as desapropriações promovidas pelo Estado.

A política de retirada do Estado da economia nos anos 80 com a supressão de subsídios que garantiam o preço do açúcar, privatizações e exportações com consequentes aumentos nas taxas de juros, assim como condições ambientais de seca na época, geraram uma crise no setor açucareiro. Engenhos falidos e improdutivos somados à suspensão de pagamentos e desempregos foram as causas que resultaram nas condições perfeitas para o recrutamento de candidatos às ocupações de terra na Zona da Mata pernambucana. A mudança na configuração social foi conduzida por uma conjugação de condições sociais, o que produziu a *forma acampamento* na mata pernambucana.

Sigaud, através da etnografia, identificou que as origens sociais e trajetórias dos trabalhadores que ocupavam as terras entre 97 e 2000 eram distintas, mas em meio à essa diversidade tinham algo em comum: a crença na melhoria de vida através das ocupações, onde ganhariam um pedaço de terra para trabalho e subsistência. A autora trata desta interpretação para explicar melhor os fatos que estariam obscuros caso o ensejo da ocupação fosse encarado como “produto de uma conversão à ‘luta por terra’”, como análises romantizadas dos movimentos sociais podem acabar sugerindo.

Os casos dos trabalhadores poderiam ter sido resolvidos de forma costumeira na Justiça do Trabalho, sem que causassem desapropriações, porém os movimentos sociais produziram uma inflexão no rumo dos acontecimentos: um conflito de terras foi gerado onde antes não havia e por meio deste a solicitação de desapropriações ao Incra. A *forma acampamento* foi a maneira de transformar soluções costumeiras num conflito por terra que desencadeou o processo que pode levar às desapropriações. Sigaud argumenta que a montagem dos acampamentos compõe uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos, de os movimentos legitimarem suas pretensões à desapropriação e ao reconhecimento de sua identidade.

O perfil social do Sana, em termos de usos e ocupações da terra por alguns agentes, pode ser caracterizado pela forma menos burocrática de proceder. Uma vez que parte significativa dos dados obtidos nessa pesquisa se referem ao vale do Peito do Pombo as considerações que seguem determinam características próprias desta localidade. Há alguns proprietários que herdaram suas terras, outros compraram e possuem escritura. Alegam pagar o Imposto sobre a Propriedade Território Rural (ITR), como é o caso dos proprietários da área onde se concentram as cachoeiras mais visitadas no Sana. Mas parte destes possui apenas um documento de posse ou recibo de compra e venda, principalmente no caso de novas compras ocorrendo através do parcelamento ilegal da terra. Nos casos das vendas legalizadas, em outras partes do distrito, anunciadas no mercado imobiliário de Macaé e cidades vizinhas, os valores são altos, evidenciando grande especulação imobiliária sob a justificativa de o Sana ser um ‘paraíso ecológico’, como observado na sessão de “classificados” de jornais locais.

Observo a quebra de relação histórica com a terra na região, pois havia, até certos anos, uso de mão de obra coagida, escrava, produzindo para algum mercado próximo, para gerar lucro – mesmo que pequeno, se comparando aos grandes cafezais da região do Vale do Paraíba e mesmo de Nova Friburgo, bem perto do Sana. Com o fim destes processos a terra passa a não possuir valor em termos de meio de produção, àquelas estimuladas pelo agronegócio no país. Isso vai na contramão do que ocorreu em várias partes do Brasil, quando uma vez a terra sendo explorada como meio de produção latifundiário, sempre será tratada desta forma.

Um fator importante na sociogênese local dos usos dos recursos naturais por alguns agentes sociais foram práticas e discursos anticapitalistas vulgares, ligados ao que genericamente referenciei ao movimento Nova Era, e que demarcaram claramente uma nova maneira de se lidar com isso no Sana. Tudo o que fosse ligado ao lucro e aos mercados era visto como contra senso ao estilo de vida de quem procurou a região como refúgio, nos anos 1970. Dessa maneira, para alguns interlocutores a terra não vem sendo entendida como fonte de lucratividade, ao contrário do que ocorreu na Zona da Mata pernambucana, conforme as pesquisas de Sigaud, mas sim de subsistência, e nem há emprego de mão de obra remunerada ou escrava em escala alguma. Vale dizer que a última é fora da lei, claro, desde 1888, mas há casos recentes na região do Norte Fluminense, em Campos dos Goitacazes, por exemplo, envolvendo imigrantes haitianos nas plantações de cana.

No meu campo de investigação observei que a terra não é disputada através das linhas que Sigaud aponta em seu cenário de pesquisa. Mas nem por isso o Sana está escapando dos

recursos burocráticos e jurídicos do Estado moderno, e suas práticas de ordenamento de interesses de seus agentes sociais, muitas vezes, com discursos de que estão ali pelo bem público e dos moradores da região – agora vistos como cidadãos contribuintes, mas até então ignorados pelo Estado.

Outra característica antagonica entre as lutas do campo pesquisado por Sigaud e a minha pesquisa é a forte presença de sindicatos e movimentos sociais de trabalhadores rurais que determinaram as formas de proceder perante o Estado. No meu campo a marca é a ausência desse tipo de associação, exatamente porque a terra não tem, ou tinha, valor comercial, não era vista como capital. Contudo, a terra só está virando capital no Sana através da especulação imobiliária e das perspectivas turísticas, isto é, pelos usos que as pessoas fazem de possíveis estilos de vida momentâneos, experimentando sensações a serem recordadas – como no motocross, nas trilhas, acampamentos, cachoeiras e festas.

A autora observou que existe uma retórica de enfrentamento entre Estado e os movimentos que acaba ocultando as relações de estreita cooperação e dependência entre eles. Como o governo não elaborou políticas para a desapropriação de terras improdutivas autorizadas pela lei, gerou a relação de dependência do Estado para com os movimentos, que acabam por indicar quais as propriedades são dignas de desapropriação e quais os destinatários da redistribuição de terras. Graças aos movimentos e sua forma de legitimar as reivindicações de terras através de todo o simbolismo empregado pelo acampamento, é criado não somente a demanda por terra, mas também as condições de possibilidade de se tornar um trabalhador rural sem-terra e ser contemplado pela reforma agrária. Todas as vantagens conferidas pelo Estado aos favorecidos pela desapropriação, como a redistribuição das terras, as liberações de créditos para assentamentos, entre outros, mantiveram a esperança fundada dos movimentos em mobilizar as ocupações com sucesso.

Ao comparar o caso com as ocupações e reivindicação de reforma agrária na África do Sul a autora identifica as condições sociais que no caso brasileiro favoreceram a institucionalização das ocupações e no caso sul-africano as tem obstaculizado. Sugere que na África do sul as repressões violentas dos fazendeiros contra os trabalhadores rurais impediram o crescimento dos movimentos sociais que defendessem os trabalhadores da expulsão das terras de brancos. Nos dois casos aparecem as mesmas pretensões de fazendeiros esvaziarem suas terras de possíveis candidatos a elas e os governos não garantiram os direitos por eles instituídos.

Por meio da etnografia foi possível enxergar que as ambições dos trabalhadores rurais em ter acesso à terra seriam para plantar e viver, e não de tornarem-se empreendedores ou proprietários, como sugerido nos projetos de governo sul-africano. E no caso brasileiro as pretensões eram as de ter um pedaço de terra, livre da dominação do patrão e de beneficiar-se das políticas de Estado. Sem desmerecer ou idealizar a “luta por terra”, Sigaud afirma que “a demanda por terra não é preexistente: é produzida pelos movimentos e alimentada pelas práticas do Estado” (2004, p.276).

De forma semelhante à história de ocupação do Sana, e especificamente do Vale do Peito de Pombo, é possível visualizar inflexões no modo de proceder do Estado e dos seus agentes sociais. Os ideais dos “novos” moradores desta área, de conservação da natureza aliados ao projeto pessoal de ‘viver uma vida mais simples, sustentável e livre do sistema’, criaram as condições de possibilidade de que a maneira mais adequada de reivindicar a proteção da natureza seria a de institucionalizá-la em forma de Unidade de Conservação. Portanto, se Sigaud fala em “forma acampamento”, em paralelo posso supor na gestação e sedimentação de uma **forma Unidade de Conservação**, específica para o caso do Sana. Esse modo de proceder por si só já é contraditório com a “libertação do sistema”, pois a partir daí o Estado passou a atuar na região, e do jeito considerado insatisfatório pela população, seja por aqueles que anseiam a proteção e regulação dos recursos naturais ou por aqueles que vivem deles. Portanto, a **forma Unidade de Conservação** possibilita entender uma espécie de gatilho que dispara a organização dos agentes em associações e ONGs como a forma mais adequada para legitimar suas pretensões. Assim, um padrão de organização das disputas vem sendo formulado no Sana, com a legitimação de todos os diferentes grupos participantes, incluindo o Estado através de autoridades públicas e de seus funcionários.

Como já foi descrito no primeiro capítulo, as atividades no Vale do Peito do Pombo até os anos 70 eram as plantações de banana e café (este último já havia sofrido modificações em decorrência de queda de valor de mercado). Segundo Davi, último tropeiro da região, “esse pessoal foi chegando aos poucos” para construir suas casas nesta área. “Já trabalhei muito para eles, tirando madeira na mata, abrindo trilhas, carregando telhas, tijolos e cimentos no lombo de seus burros”. A partir do momento em que a reivindicação para a conservação das florestas, do solo, da água e da biodiversidade se traduziu na luta e conquista da criação da APA no Sana como um todo e não apenas no Vale do Peito de Pombo, então algumas de suas atividades se tornaram ‘ilegais’ na área, a qual recebeu a categoria de uso mais restritiva, comparando-se às outras. Ao que parece, torno isso mais visível quando adoto o modo de

entender o processo de disputas, recentes, mas gestados desde os anos 1970, pelos usos dos recursos naturais como a **forma Unidade de Conservação**.

O surgimento de diversas entidades de representação civil com o tempo suscitou diferentes posições e opiniões acerca das decisões de gestão para o Vale do Peito de Pombo, gerando conflitos entre alguns dos agentes sociais. Atualmente esta mesma área continua recebendo novos moradores, com ideais muito similares aos dos primeiros imigrantes, mas talvez sem o conhecimento ou interesse em participar das decisões burocratizadas da área. Na retórica da conservação da natureza, muitos deles ignoram os processos judicializados que em teoria deveria proteger a área que os mesmos buscam ocupar, como a legalização de seus pedaços de terra e da construção de suas casas, embora haja acusações e denúncias aos outros proprietários que ‘abrem clareiras’ para cultivo ou botam pasto.

Fábio, morador no Vale do Peito de Pombo desde 2007, fez a seguinte declaração: “... é um absurdo o que está acontecendo aqui no Sana, a Prefeitura não faz nada para impedir, a fiscalização não sobe a trilha para multar os loteamentos ilegais e a derrubada da floresta nativa. [...] os caçadores estão à solta e os traficantes de passarinhos também”. Este morador alerta para os problemas que ocorrem nesta região de difícil acesso. De fato são questões que necessitam de intervenção do Estado para que seja cumprida a lei e assegurar os recursos que a lei, no papel, visa proteger. Devo ressaltar aqui que existe uma lacuna entre a regulação legal dos recursos e a verdadeira intenção do Estado em assegurar a sustentabilidade nos seus usos, como disposto no plano de manejo. O Legislativo tem o poder de criar áreas protegidas que o Executivo não tem capacidade de proteger. A Secretaria de Ambiente tem trabalhado na fiscalização do Sana principalmente através das denúncias, mas nem todos os casos de infração legal são de fato oficialmente denunciados. E os que são, tratam apenas do castigo e não oferecem solução.

4.3 Depoimentos biográficos e narrativas de usos de recursos naturais legítimas

Biografias são contadas como um caminho, unidirecional, geralmente apresentando começo, meio e fim (ou finalidade), como se a vida fosse um conjunto de acontecimentos inseparáveis de uma existência individual ou um percurso orientado, concebida como se fosse uma história. Bourdieu (1986) escreve sobre isto em “A ilusão biográfica”, onde expõe que a vida contada como história descreve acontecimentos que “tendem ou pretendem organizar-se em seqüências ordenadas segundo relações inteligíveis” (p.184), baseando-se no ensejo de

atribuir sentido, consciência e constância, que pode ser justificado pelo interesse que o entrevistado tem pelo projeto biográfico, tornando-se ideólogo da própria vida.

Seguindo estas orientações teóricas, me vi diante de conversas informais que faziam referência biográfica constante acerca da importância dos recursos naturais como marca de distinção nas narrativas. Meus interlocutores traziam nestas suas histórias como sua vida no Sana era legitimada pelos usos da natureza, e porque desejavam mantê-las dessa maneira, ao também manterem sua relação com aqueles recursos. A seguir, analiso algumas dessas histórias de vida, e também de visões pessoais do lugar.

Estive algumas vezes com José, que se sentiu à vontade para falar sobre sua relação com o lugar, através dos usos, de suas percepções, dos recursos naturais. Na ocasião, uma visita à sua propriedade numa quarta-feira pela manhã, José relatou sua chegada ao Sana nos anos 70, da seguinte maneira: alegou que ao chegar ao lugar não havia energia elétrica nem muitas estradas que hoje estão abertas, o número de propriedades com pastos e bananeiras era muito maior do que hoje, no Vale do Peito do Pombo. “Os burros desciam a trilha carregados de banana”, disse ele. José se referia a uma das principais atividades do Sana e ao trabalho do já mencionado Davi, tropeiro que durante anos desceu as montanhas com sua tropa de burros carregados de banana. Sua intenção com o local era fazer morada ali, trabalhar com ervas medicinais e aprender a produzir seu alimento.

Hugo, filho e neto de nativos do Sana, afirmou que quando chegaram esses novos agentes a população logo estranhou: eles se vestiam de maneiras diferentes, tomavam banho nas cachoeiras, coisa que os nativos não faziam. “Minha mãe tinha medo da Cachoeira Mãe, ela não ia lá de jeito nenhum, dizia que era um lugar horrível”, afirmou. Sua família sempre foi produtora de gado e sempre tiveram o hábito de caçar. Alega que essas atividades são comuns para a sua família e não pensam nisso como algo impactante.

Nilo afirmou que saiu do Arraial do Sana (área de ‘concentração urbana’), pois entrava em conflito com muitos moradores. Resolveu então morar sozinho numa área longe da área mais turística do lugar, onde alega poder viver a vida mais simples e “sem aporrinhão de turista” bem como sem disputar pelo cuidado com o Sana com os moradores que se “acham donos do local”, e apenas “discutem em reuniões e não resolvem nada”. Em outra ocasião ele afirmou que não vai mais fazer o trabalho de manter as trilhas limpas e capinadas. “Ninguém quer cuidar disso, eu é que não faço mais. Passava o dia inteiro roçando, eu, Pedro, Davi, mas agora não tem mais, ninguém mais quer. Quero ver agora, turista se perdendo nas trilhas, topando nas pedras e árvores”, Nilo afirmou isto rindo.

Justificando sua teoria, Bourdieu pressupõe que o relato sobre a vida, organizada como uma história, segue ordem cronológica e lógica desde um começo, ou seja, um princípio e um sentido de existência. Ele argumenta então que o relato autobiográfico pretende sempre ter constância e consistência, com efeito à causa. “O mundo social tende a identificar a normalidade com a identidade entendida como constância em si mesmo de um responsável, [...] à maneira de uma história bem construída dispõe de todo tipo de instituições de totalização e de unificação do eu” (p.186). Esse tipo de tratamento da vida é tido por Bourdieu como uma ilusão retórica, utilizada na literatura como um romance, e citando Allain Robbe-Grille afirma que o “o real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão [...], aleatório” (p.185).

O autor aborda os mecanismos sociais que favorecem este tipo de descrição sobre a vida, como unidade ou totalidade, identificando a normalidade com a identidade entendida como permanente em si mesmo. O nome próprio seria a única forma fixa e imóvel, uma identidade social constante e durável o qual intervém como ‘ator’ em todas histórias de vida possíveis. Revela então que “a nominação e a classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferentes às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais, no fluxo das realidades biológicas e sociais” (p.187). Sendo então o nome próprio o suporte do chamado ‘estado civil’, ou seja um, conjunto de propriedades burocratizadas ligada às pessoas, isto é, à existência social.

Nos depoimentos coletados, observei que a estratégia narrativa dos interlocutores era falar de sua vida no contexto do Sana, desde que pudessem realçar sua relação com os recursos naturais. A marcação do tempo era de permanência, mas todos sentem-se ameaçados pelas propostas das políticas públicas, bem como pelas ações de turistas. Ao que parece, revelam o medo de perderem o controle de sua própria existência, porque ela está ligada ao modo como se relacionam e entendem os recursos naturais, uma vez que não possuem controle algum, conforme admitem, sobre os mais recentes frequentadores do Sana. Vimos que há referência até mesmo aos novos sons, como das motocicletas, concorrendo com os que eles já estavam acostumados. Assim, há o início de uma crise de significação da cultura, como experiência simbólica, dos moradores no Sana, posto que identificam as mudanças objetivas na paisagem ecológica influenciando em sua forma de vida.

Bourdieu conclui que não é possível compreender uma trajetória sem que se contextualize os estados sucessivos do campo na qual a mesma se desdobrou, então o conjunto de relações objetivas que unem o agente em foco ao conjunto de outros agentes

envolvidos no mesmo campo. Denomina então de *superfície social*: “[...] o conjunto das posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma *individualidade biológica socialmente instituída* e o que age como suporte de um conjunto de atributos e atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos” (p.190).

Observei o processo recente de constituição do campo de referências dessas narrativas biográficas no Sana estando fortemente ligado ao de disputas judicializadas dos usos e do acesso aos recursos naturais. Isso ocorre em um cenário em que agentes públicos da prefeitura de Macaé fazem-se mais presentes, bem como empresários, envolvendo-se criando e envolvendo-se continuamente, algo nunca antes visto, numa onda de burocratização de procedimentos sobre a natureza. Novas relações sociais são estabelecidas, pessoas com perspectivas diversas entram em contato e defendem, com suas palavras, a maior legitimidade do modo como usam os recursos. Há questionamentos e desconfianças de todos os lados sobre as intenções em jogo. Também localizei a recente quebra de perfil de ocupação no Sana, e nos usos da terra, mostrando que há precisão na datação da emergência desse novo cenário, algo possível de ser identificado também nos depoimentos autobiográficos.

5. CONCLUSÃO

Com a atual crise de queda da biodiversidade, desmatamentos, ocupações irregulares nas margens dos rios e emissões de carbono na atmosfera, para mim é evidente a necessidade de alterar os meios de produção e consumo industrial que influenciam diretamente na sustentação dos recursos naturais bem como promover esforço político para articular meios para um desenvolvimento sustentável das sociedades rurais e urbanas. As legislações ambientais são as formas judicializadas de gestão dos recursos que na teoria visam atingir este objetivo, embora sejam em sua maioria elaboradas por políticos e técnicos burocratas que em geral não participam dos métodos de manejo daqueles, exceto os empresários que apenas especulam os lucros obtidos através de sua exploração.

Estratégias políticas com intenções de conservação de recursos nem sempre são eficazes em seus objetivos. Contemplar os agentes sociais que os utilizam nas tomadas de decisão é uma das intenções das políticas participativas, mas é necessário integrar nesse denso processo a parcela de agentes que manejam recursos aos meios de socialização. A implementação da APA do Sana na Bacia do Rio Macaé pelo Poder Público foi descrita no Plano de Manejo com um processo democrático e participativo, porém Gaspar (2008) observou que parte da população rural do Sana não foi contemplada na decisão de judicializar os usos dos recursos e de como fazer isso.

Imigrantes com projetos pessoais e ideologias que se assemelham às práticas Nova Era buscaram introduzir no Sana as suas formas de manejo ou evitar as práticas tradicionais através da luta pela criação de uma Unidade de Conservação no distrito. Esses agentes externos de classes sociais distintas daqueles moradores locais tentaram trazer novas formas de ‘controlar’ os recursos, através da intervenção do Estado por meio das fiscalizações. O sistema legal é influenciado pelo fato de que toda organização social é composta em torno de relações de status (GLUCKMAN, 1977), nesse sentido a criação da APA só foi possível a partir da participação daqueles atores sociais externos, que introduziram novas práticas no local a partir das suas próprias concepções do que seria o uso adequado do território.

Existe intensa construção da memória por parte dos moradores e dos proprietários, atendendo a interesses distintos e informando diferentes visões acerca do processo de ocupação da localidade. No entendimento dos agentes sociais há sensíveis modificações nos usos sociais dos recursos naturais, aumento das áreas de pasto, do uso de agrotóxicos,

construções irregulares, tráfico de animais etc. A criação da Unidade de Conservação não necessariamente garantiu a conservação dos recursos e também não foi vantajosa para os trabalhadores rurais nativos, pois a partir da regulação legal destes, muitos conflitos foram tratados apelando para as práticas de denúncias.

A elaboração do documento que visa nortear os usos do território da APA deixou de contemplar parte da população (GASPAR, 2008), os limites da APA não foram bem estabelecidos, como apontado por Jeronymo (2012), ocasionando num zoneamento quase impossível de ser cumprido em seu papel. As associações que compõem o Conselho Gestor não contemplam todos os agentes da APA, visto que parte desses atores sequer reconhecem que estão dentro de uma “área protegida” e que não tem costumes ou interesses na participação destas discussões. Grande parte dos debates presenciados neste espaço de diálogo se concentrara em questões referentes ao ponto turístico mais visitado, o Vale do Peito do Pombo.

Após a mudança de governo em 2013, as propostas e estratégias de estruturação do governo pareciam promissoras para os considerados ambientalistas, os cargos foram assumidos por técnicos e logo no início do governo houve reuniões com os proprietários do Vale do Peito de Pombo com intuito de “resolver” conflitos entre suas atividades e as normas atribuídas ao local pelo Conselho Gestor. Assuntos trazidos pelo Poder Público como a gestão da água, controle turístico no acesso às cachoeiras foram constantemente conflitantes com as opiniões dos conselheiros até a última reunião por mim presenciada. Questões políticas de esferas maiores de governo influenciam na política ambiental do município, e isto reflete na APA através das discontinuidades de gestão. As constantes trocas de cargos políticos podem ter contribuído para funcionamento impreciso do Conselho Gestor em sua função de contemplar todos os atores do Sana. Durante o tempo da pesquisa não houve construções de novas normas.

As leis são pouco ou nada eficazes quando agentes sociais chegam, abala com relações locais levando os moradores a tomarem alguma posição, e procurarem, por constrangimento das autoridades do estado, a se informarem das leis que serão empregadas, bem como se sua obediência será fiscalizada. Não há uma definição do jogo de direitos e deveres, mas sim uma série de negociações e conversas em andamento.

Maneiras contemporâneas de o poder público legislar as terras, através de mecanismos legais de parâmetros ambientais, produziram incongruências tanto nas formas de conservar os

recursos, como nas formas de prosperar em atividades rurais no local. Na retórica da conservação o poder público atuou com poucos investimentos no Sana. Investimentos em infraestrutura e capacitações para trabalho e renda no local são irrisórios. Para mudar esse quadro é essencial o investimento em alternativas de empregos tanto no âmbito do ecoturismo e conservação, quanto no âmbito da agricultura e pecuária sustentável. Também é necessária a criação de políticas que subsidiem proprietários que conservam recursos como nascentes e florestas, como o Pagamento por Serviços Ambientais, por exemplo, que foi discutido com os atores no começo do governo, porém não teve continuidade após a troca de cargos.

Por mais contraditório que pareça, os atores sociais com ideias de contracultura dos anos 1970 foram aqueles que atraíram agentes do Estado, acreditando ser esta uma melhor maneira para regular o uso dos recursos. Porém a chegada do Estado ao distrito por si só pode não ter significado um controle eficiente dos usos dos mesmos e nem mesmo assegurado aos agentes sociais nativos uma alternativa às suas atividades antes exercidas, agora dificultadas.

Através dos estudos de Sigaud foi possível construir o conceito de **forma Unidade de Conservação**, impulsionadora da organização dos agentes em associações e ONGs como a maneira mais adequada para legitimar suas pretensões, nos seus entendimentos. Porém é necessário aprofundamento para determinar a real representatividade do Conselho Gestor na participação dos atores de todo o território do distrito. Também é fundamental a capacitação dos agentes não contemplados, para que os mesmos sintam-se aptos para os debates de construções de novas práticas.

Através de relatos biográficos pude avaliar o medo de os moradores mais tradicionais perderem o controle de sua própria existência, porque ela está ligada ao modo como se relacionam e entendem os recursos naturais. Portanto há o início de uma crise de significação da cultura, como experiência simbólica, dos moradores no Sana. Essas narrativas estão fortemente ligadas às disputas judicializadas dos usos e do acesso aos recursos naturais num cenário em que agentes públicos da prefeitura de Macaé buscam fazerem-se presentes através do conselho gerando a burocratização de procedimentos sobre a natureza. Novas relações sociais são estabelecidas, pessoas com perspectivas diversas entram em contato e defendem, com suas palavras, a maior legitimidade do modo como usam os recursos. Há questionamentos e desconfianças de todos os lados sobre as intenções em jogo.

Aliar desenvolvimento econômico e conservação de recursos consiste num grande desafio para a APA do Sana e muitas das Unidades de Conservação de usos sustentável. O

Conselho Gestor, se bem instrumentalizado e representando todos os seguimentos da comunidade, tem a função de nortear esse desenvolvimento. Para tanto o poder público municipal deve atribuir maior autonomia ao conselho bem como promover ações que orientem e capacitem seus atuais e futuros integrantes.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. A. P. OLIVEIRA, R. C. F. *Design rural*. Rio de Janeiro: ESDI/Núcleo Editorial da UERJ. Trabalho de graduação apresentado à Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1977.

ATLAS dos remanescentes florestais da mata atlântica período 2013/2014. <http://mapas.sosma.org.br/site_media/download/atlas_2013-2014_relatorio_tecnico_2015.pdf> Acesso em: 26 junho 2015

BECKER, H. S. *Sociological Work*. Aldine Publishing Co., Chicago p. 357, 1970

BECKER, Howard S. 1977 (1970). “*De que lado estamos?*” In: Uma teoria da ação coletiva. Traduzido do inglês. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.122-136, 1977

BLOCH, Marc. 2001. [1949] *A apologia da História ou o método do historiador*. Traduzido do francês. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

BOHANNAM, Paul. *Justice and Judgement among Tiv*. Londres: Oxford University Press, ps. 102 – 113, 1957

BRASIL, Decreto-lei 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d23793.htm> Acesso em: 12/03/2014

BRASIL, Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm> Acesso em: 15/01/2015

BRASIL, Lei nº 11.947, 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11947-09>> Acesso em: 09/11/1014

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º. Incisos I, II, II e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09/set./2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/19985.htm>> Acesso em: 25/07/2013

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza SNUC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm> Acesso em 13/08/2013

BRITO, M. C. W. de. *Unidades de conservação – intenções e resultados*. 2ª ed. São Paulo: Annablume Fapesp, 2003.

CÂMARA, I. G.; GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I. G. *Breve história da conservação da Mata Atlântica*. In: Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica. Belo Horizonte: Conservação Internacional 472p, 2005.

COZZOLINO, Luiz Felipe Freire. *Unidades de Conservação e os processos de governança local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, 2005.

CUNHA, Olivia Maria. *Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos*. In: Estudos Históricos, CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, n. 35, 2005.

DEAN, Warren.. *A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil*. Estudos Históricos, v.4, n.8, p.216-228, Rio de Janeiro, 1991

DEAN, Warren.. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

DOUGLAS, Mary. [1966]. *Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Traduzido do inglês. Lisboa: Edições 70, Coleção Perspectivas do Homem, n.39, 2001.

FAVRET-SAADA, Jeanne. *Ser afetado*. Cadernos de Campo, Nº 13, ano 14, p.155-162, 2005.

Folha de São Paulo - Justiça decreta prisão de presidentes de 5 empresas na Operação Lava Jato <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548285-pf-pede-prisao-de-5-presidentes-de-empresas-durante-operacao-lava-jato.shtml>> Acesso em dezembro de 2014

GASPAR, Natália Morais. *Relações de poder e gestão do espaço: a criação de uma área de proteção ambiental no Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Antropologia. 5 – 14p, 2008

GLUCKMAN, Max. *Obrigação e dívida* In: DAVIS, Shelton H. (org. e intr.), *Antropologia do direito: estudo comparativo de categorias de dívida e contrato*. Traduzido do inglês. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.25-56, 1973.

JERONYMO, C. A. L. *Carta-Imagem da Área de Proteção Ambiental do Sana, Macaé – RJ*. IFF Fluminense, Laboratório de Geomática. Escala 1:1000. Não publicado s/d

JERONYMO, C. A. L. *Identificação de Áreas Prioritárias, com uso de Geoprocessamento, para Conservação e Recuperação da Área De Preservação Ambiental Do Sana, Macaé-RJ*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) Instituto Federal Fluminense. Macaé, 2012.

LATOUR, Bruno; SCHWARTZ, Cécile & CHARVOLIN, Florian. *Crises dos meios-ambientes: desafios às ciências humanas*. Traduzido do francês. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (org.). *Tecno-ciência e cultura: ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação Liberdade, p.91-125, 1998.

MACAÉ, Secretaria Municipal de Ambiente. *Lei Municipal nº 3.010, de 17 de dezembro de 2007. Disciplina o plantio, o replantio, a poda, a supressão, o transplante e o uso adequado e planejado da arborização urbana, e dá outras providências*. Disponível em:

<<http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1405005540.pdf>> Acesso em: 09/04/2015

MACAÉ. Secretaria Municipal de Ambiente. Lei Municipal nº 2.172, de 30 de novembro de 2001. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA do Sana. Mimeografado.

MACAÉ. Secretaria Municipal de Ambiente. Lei Municipal nº 2.560, de 2004. Dispõe sobre a legislação específica da Área de Proteção Ambiental do Sana, que compreende o território do 6º distrito do município de Macaé e institui normas para o parcelamento, o uso e a ocupação do solo e a construção, e dá outras providências.

MARINHO, P. A. *Unidade de conservação ambiental de uso sustentável: Apa do Sana, um instrumento de intervenção territorial tácito?* Monografia em Licenciatura em Geografia. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia. 44p, Macaé, 2011

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Biomas/Mata Atlântica <<http://www.mma.gov.br/biomas/mata-atlantica>> Acesso em 20/07/2013

MYERS, N. et al. *Biodiversity hotspots for conservation priorities. In: Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas.* GALINDO-LEAL, C.; CÂMARA, I. G. (Eds). São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2000.

NUNES, JR. E. et al. *O uso do mapa geomorfológico para a implantação do turismo científico na sub-bacia hidrográfica do rio Sana, Macaé, RJ.* III simpósio de áreas protegidas, 2005.

ODUM, E. P. 1983. *Ecologia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, Brasil. 434 p

OLIVEIRA, J. C. C., BARBOSA, J. H. C. *Roteiro para criação de unidades de conservação municipais* – Brasília, DF : Ministério do Meio Ambiente, p. 9, 2010.

PEIRANO, Mariza. *Etnografia não é método.* In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. Secretaria Municipal de Ambiente. Plano de Manejo da APA do Sana - fase 1. Macaé, ONG Viva Rio, Rio de Janeiro, 2003.

SIGAUD Lygia. *Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana.* Revista Mana, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, abr. 2004.

SIGAUD, Lygia. *As condições de possibilidade das ocupações de terra.* In: *Tempo Social*, (17)1, jul. p.25-280, 2005.

SILVA, Rejane Valvano Corrêa da. *Aprendendo a ficar em paz: estudo do Swásthya Yôga no campo das iogas.* Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia- Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Antropologia. (2014. Rio de Janeiro: Multifoco), 2010.

TEIXEIRA, Carla Costa. line. 306. "*Muitas vezes não há esta relação, é preciso enfatizar*": o político, o cidadão e o eleitor. Série Antropologia 306. Brasília, 2001.

UNIÃO MUNDIAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA - IUCN. Guidelines for Protected Area Management Categories – Part II. IUCN. 1994.

VELHO, Gilberto. “*Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas.*” In: Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.13-38, 1981.

VELHO, Gilberto. 1977. *A utopia urbana: uma crítica da patologia social*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

VIEIRA, S. C. *A representatividade das unidades de conservação do bioma mata atlântica da bahia na conservação da avifauna ameaçada*. Programa de pós-graduação UESC – BAHIA, 2007